



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

WILIAN PRZYBYSZ

**UMA UNIVERSIDADE FEDERAL PÚBLICA E POPULAR É POSSÍVEL?
UM ESTUDO DA UFFS A PARTIR DO *CAMPUS* LARANJEIRAS DO SUL**

**TOLEDO – PR
2015**

WILIAN PRZYBYSZ

UMA UNIVERSIDADE FEDERAL PÚBLICA E POPULAR É POSSÍVEL?
UM ESTUDO DA UFFS A PARTIR DO *CAMPUS* LARANJEIRAS DO SUL

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Serviço Social, área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista.

TOLEDO – PR
2015

WILIAN PRZYBYSZ

**UMA UNIVERSIDADE FEDERAL PÚBLICA E POPULAR É POSSÍVEL?
UM ESTUDO DA UFFS A PARTIR DO *CAMPUS* LARANJEIRAS DO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a Dra. Esther Luíza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a Dra. Ana Paula Araújo Fonseca
Universidade Federal de Integração Latino-
Americana

Toledo, 18 de dezembro de 2015.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA

Campus de Toledo

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social -Mestrado/PPGSS

Rua da Faculdade, 645 - Jd. Santa Maria - Fone: (45) 3379-7130 - CEP 85903-000 Toledo - PR

E-mail: toledo.mestradoservicosocial@unioeste.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Ata da Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social – Nível Mestrado/PPGSS, Área de Concentração: Serviço Social, Política Social e Direitos Humanos. Linha de Pesquisa: Políticas Sociais, Desenvolvimento e Direitos Humanos.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, às dez horas, em sessão pública, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Unioeste – *Campus* de Toledo, perante a Banca Examinadora composta pelos professores: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista (orientador/UNIOESTE), Prof.^a Dr.^a Esther Luíza de Souza Lemos (UNIOESTE), Prof.^a Dr.^a Ana Paula Araújo Fonseca (UNILA), presidida pelo primeiro, compareceu o mestrando **WILIAN PRZYBYSZ** para realizar Banca de Defesa de Dissertação, com o trabalho intitulado: **“Uma Universidade Federal Pública e Popular é Possível? Um Estudo da Uffs a Partir do Campus Laranjeiras do Sul – PR”**. Feitas as arguições e tendo o candidato respondido às questões que lhe foram formuladas, a banca examinadora considerou-o **APROVADO**, fazendo jus ao título de **Mestre em Serviço Social** e fez as seguintes orientações:

*Realizar alterações orientadas pela Banca e
algumas, já simplistas no próprio texto. Socializar o
trabalho dissertativo com a comunidade acadêmica e
em especial com o Campus da UFFS de Laranjeiras do Sul.
Divulgar por meio acadêmico a publicação dos seus artigos.*

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata, lavrada e assinada por mim, Alfredo Aparecido Batista, Presidente da Banca, pelos demais membros e pelo mestrando.

Toledo, 18 de dezembro de 2015.

Alfredo Aparecido Batista

Presidente

Esther Luíza de Souza Lemos

Membro

Ana Paula Araújo Fonseca

Membro

Wilian Przybysz

Mestrando

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

P973u Przybysz, Wilian
Uma universidade federal pública e popular é possível? : um estudo da UFFS a partir do Campus Laranjeiras do Sul / Wilian Przybysz. -- Toledo, PR : [s. n.], 2015
159 f. : il. (algumas color.), quadros

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

1. Serviço social - Dissertações 2. Universidade Federal da Fronteira Sul (Campus Laranjeiras do Sul) 2. Ensino superior - Brasil 3. Universidade pública 3. Educação popular I. Batista, Alfredo Aparecido, orient. II. T

CDD 20. ed. 378.8162

*Ao meu avô Mino (in memoriam).
Sua determinação e honestidade
são exemplos e pilares para a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A minha família, ao meu filho Guilherme e a minha esposa Tatiane, pela paciência e sensibilidade, pelo amor e carinho.

Ao meu professor orientador, Dr. Alfredo, a quem muito respeito e admiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Agradeço ao corpo docente e aos agentes universitários pelo compromisso coletivo em construir uma formação pública e gratuita.

Às agências de pesquisa – CAPES, CNPq e FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA – pelo incentivo e financiamento, destacando suas diferentes formas de contribuição

Aos discentes do PPGSS da UNIOESTE, em especial aos meus amigos de turma, Vivian e Kleber, que partilharam da mesma luta nos últimos dois anos.

À Professora Ana Paula Araújo Fonseca, por sua disponibilidade e colaboração.

E, como não poderia deixar de ser, aos meus colegas da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* de Laranjeiras do Sul, principalmente à professora Patrícia, que muito me incentivou, e aos eternos amigos do Setor de Assuntos Estudantis, Chaline, Everton, Fernanda, Franciele e Larissa, pelo apoio incondicional, pela confiança e pelas inúmeras substituições no trabalho.

MUITO OBRIGADO!

Por amor às causas perdidas ...
Tudo bem... até pode ser
que os dragões sejam moinhos de vento
Tudo bem... seja o que for ...
Seja por amor às causas perdidas
Por amor às causas perdidas

Tudo bem... até pode ser
Que os dragões sejam moinhos de vento
Muito prazer... Ao seu dispor
Se for por amor às causas perdidas...
Por amor às causas perdidas

Dom Quixote

Composição: Humberto Gessinger/Paulo Gauvão

PRZYBYSZ, WILIAN. **Uma Universidade Federal Pública e Popular é Possível?** Um Estudo da UFFS a Partir do *Campus* Laranjeiras do Sul. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2015.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral compreender como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no *Campus* Laranjeiras do Sul, efetiva-se enquanto Pública e Popular, voltada à valorização do saber popular, ao desenvolvimento regional e à superação da matriz produtiva vigente, sem deixar de ser uma Instituição Federal de Ensino Superior subordinada legal e burocraticamente aos princípios excludentes, elitistas e reprodutores da ordem social estabelecida. Na primeira parte deste trabalho, que envolve os capítulos 1 e 2, com o intuito de dimensionar a UFFS como objeto da pesquisa e o *Campus* Laranjeiras do Sul como seu *locus*, realizou-se uma revisão bibliográfica e legal. Tal revisão apresentou como categorias centrais as Universidades enquanto instituições sociais; a UFFS: seu histórico diferenciado e sua proposta ímpar; o público e a esfera pública, amparando-se, sobretudo, nas lições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas; além de recorrer, principalmente, a Paulo Freire, Carlos Brandão e Conceição Paludo para tratar do popular e da educação popular. Na segunda parte, presente no capítulo 3, além da descrição dos percursos metodológicos, está contida a pesquisa de campo propriamente dita, com a exposição e análise dos dados qualitativos produzidos nas entrevistas realizadas com a Direção de *Campus*, as Coordenações Administrativa e Acadêmica e as Coordenações de cada um dos Cursos de Graduação do *Campus* Laranjeiras do Sul da UFFS acerca das concepções que esses sujeitos apresentam da proposta institucional e dos sentidos que tais concepções imprimem nas suas ações diárias. Na terceira e última parte desse trabalho se evidenciou os movimentos contraditórios da proposta institucional e as possibilidades dessa nova universidade, que apresenta sim um caminho, principalmente pela proximidade com os movimentos sociais da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVES: Universidade Pública; Educação Popular; UFFS.

PRZYBYSZ, WILIAN. **Is a Federal Public University and Popular Possible?** A Study of the UFFS from Laranjeiras do Sul Campus. 2015. 159f. Dissertation (Master's Degree in Social Work), State University of Western Paraná, Toledo/PR, 2015.

ABSTRACT

This dissertation has the general objective of understanding how the Federal University of Southern Border (UFFS), Laranjeiras do Sul Campus, is effective as Public and Popular, oriented to the appreciation of popular knowledge, the regional development and the current production matrix overcoming, without ceasing to be a Higher Education Federal Institution subordinated legal and bureaucratically to the excluding, elitist and reproductive principles of the established social order. In the first part of this work, which involves the chapters 1 and 2, in order to show UFFS as an object of research and Laranjeiras do Sul Campus as its locus, a bibliographical and legal review was performed. Such review presented as central categories universities as social institutions; UFFS and its distinctive history and its unique proposal; the public and the public sphere, with support, especially, from the lessons of Hannah Arendt and Jürgen Habermas; In addition to resorting, mainly, to Paulo Freire, Carlos Brandão and Conceição Paludo to deal with the popular and popular education. In the second part, chapter 3, beyond the description of the methodological pathways, it encompasses the field research itself, with the exposure and analysis of qualitative data produced in the interviews conducted with the Campus Management, the Administrative and Academic Coordination and Coordination of each of the Campus Undergraduate Courses from UFFS' Laranjeiras do Sul campus about the ideas that these subjects have about the institutional proposal and the meaning such conceptions have in their daily actions. The third and final part of this work highlighted the contradictory movements of institutional proposal and the possibilities of this new university that does present a way, especially by the proximity with the social movements of the working class.

KEYWORDS: Public University; Popular Education; UFFS.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Número de Horas / Componentes do Domínio Comum.....	37
QUADRO 2 – Alunos Matriculados / Procedência do Ensino Médio.....	39
QUADRO 3 – Matriculados nos <i>Campi</i> / Percentual de Escola Pública.....	39
QUADRO 4 – Representação Gráfica da Repartição de Vagas na UFFS	41
QUADRO 5 – Procedência dos Alunos Ingressantes nas IFES	42
QUADRO 6 – Procedência dos Alunos Ingressantes nas UFFS	42
QUADRO 7 – Vagas Ofertadas / Vagas Preenchidas	77
QUADRO 8 – Situação dos Alunos por Curso.....	77
QUADRO 9 – Perfil dos Entrevistados – Instituição de Graduação e Pós-Graduação	81
QUADRO 10 – Pontos Comuns entre a UFFS e as demais Universidades Federais	96
QUADRO 11 – Local de Presença dos Movimentos Sociais na UFFS.....	101
QUADRO 12 – Formas de Acolhimento das Demandas	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM	Banco Mundial
CANTU	Microrregião da Cantuquiriguaçu
CES	Conselho Estratégico Social
COEPE	Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento Território Cantuquiriguaçu
CONSUNI	Conselho Universitário
CUT	Central Única dos trabalhadores
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACEOPAR	Faculdade do Centro-Oeste do Paraná
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEDOC	Interdisciplinar de Educação no Campo
IEDOC – A	Interdisciplinar de Educação no Campo em regime de Alternância
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de alfabetização
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPC's	Projeto Pedagógico dos Cursos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFCA	Universidade Federal do Cariri

UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNAP	Universidad Nacional de la Amazonía Peruana
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Federal Tecnológica do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E A SUA MISSÃO.....	16
1.1	O Ensino Superior no Brasil.....	16
1.2	O Movimento Pró-Universidade na Criação da UFFS	27
1.3	A UFFS e seu Diferencial	31
<i>1.3.1</i>	<i>Proposta Curricular dos Cursos de Graduação da UFFS.....</i>	<i>34</i>
<i>1.3.2</i>	<i>A Política de Ingresso dos Discentes na UFFS.....</i>	<i>38</i>
<i>1.3.3</i>	<i>O Controle e a Participação Social na UFFS.....</i>	<i>43</i>
2	O PÚBLICO, O POPULAR E A EDUCAÇÃO POPULAR: RESGATE TEÓRICO DOS COMPONENTES DA PROPOSTA INSTITUCIONAL DA UFFS	49
2.1	O Público	51
2.2	O Popular	57
2.3	A Educação Popular na Contemporaneidade.....	60
<i>2.3.1</i>	<i>A Concepção de Educação Popular enquanto Educação do Popular</i>	<i>60</i>
<i>2.3.2</i>	<i>A Concepção de Educação Popular em uma Perspectiva Transformadora</i>	<i>62</i>
<i>2.3.3</i>	<i>Universidade Popular: do que se Trata?</i>	<i>67</i>
3	O CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL E A PROPOSTA INSTITUCIONAL DA UFFS – A INVESTIGAÇÃO	71
3.1	Laranjeiras do Sul e a Microrregião da Cantuquiriguaçu	71
3.2	O Campus Laranjeiras do Sul	74
3.3	A Investigação de Campo.....	78
<i>3.3.1</i>	<i>Identificação dos Participantes da Pesquisa.....</i>	<i>79</i>
<i>3.3.2</i>	<i>Apresentação e Análise dos Dados Observados</i>	<i>82</i>
	CONSIDERAÇÕES	105
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	123
	APÊNDICE 2 – Questionário de Pesquisa	124
	ANEXO 1 – Manifesto.....	126
	ANEXO 2 – Mapa da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul	139
	ANEXO 3 – Carta de Serviços ao Cidadão da UFFS	140

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), resultado da política expansionista do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, nasceu do engajamento de movimentos sociais que, liderados pela Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF SUL) e Via Campesina, em cooperação com parcela da Igreja, lideranças políticas e empresariais locais buscam, junto ao Governo Federal, a implantação na Mesorregião Grande Fronteira Sul do que hoje se configura como uma das mais novas universidades federais.

Desde a sua criação a UFFS está estruturada como uma universidade *multicampi*, com sede em Chapecó no estado de Santa Catarina e outros cinco *Campi* nos municípios de Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e em Realeza e Laranjeiras do Sul, no Paraná.

Historicamente, as Instituições Universitárias que datam do período que compreende os séculos XI e XIV têm como base as antigas escolas gregas e romanas e mantêm um caráter notadamente elitista, excludente e comprometido com a manutenção e reprodução da ordem social estabelecida.

As universidades enquanto instituições sociais, que nascem e se desenvolvem no interior do modo de produção feudal, ganham forças, ampliam suas unidades e se estruturam com qualidade a partir da estruturação do modo de produção capitalista, passando a utilizar suas forças e seus fins para a manutenção da ordem vigente, ao passo em que exclui de seus espaços a maioria da população. Para Pereira (2011, p. 65), a realidade da universidade brasileira não é diferente, pois “[...] produz um cenário de forte elitização, caracterizando o ensino superior como local privilegiado para a (re)produção das elites econômicas do país”.

Contudo, é no âmago do velho que nasce o novo. A UFFS em seus propósitos estruturais, configura-se como uma experiência ímpar, nascida para responder aos desafios locais e regionais, no sentido de superar as graves iniquidades de uma sociedade marcada por discriminações e exclusões e que aposta para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário (ROMÃO; LOSS, 2014).

Nesse sentido, a Universidade Federal da Fronteira Sul tem como missão institucional assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região e possui um perfil voltado às necessidades da mesorregião em que se situa. Em seu Projeto Político Institucional é pensada enquanto uma universidade que se funda sob a compreensão

teórico-prática, pública e popular. Nessa medida, o *Campus* de Laranjeiras do Sul – Paraná se constitui enquanto espaço físico e temporal – *locus* que abrange e incorpora o objeto deste estudo.

É nesse espaço que as relações sociais na esfera universitária e suas imbricações com a sociedade demarcam o objeto dessa dissertação. Ressalta-se que a experiência educacional da UFFS, bem como a totalidade dos projetos educacionais do Brasil estão fincados sob as premissas teórico-práticas capitalistas. Assim, pautar o contraditório, ou seja, colocar em movimento conteúdos que se fundamentam na possibilidade concreta da compreensão da educação sob a matriz do popular, referenciando a contribuição freireana de educação enquanto “[...] esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares [...]” (FREIRE, 2013, p. 33) é nosso desafio.

A compreensão acerca da proposta institucional, o lugar ocupado pelos movimentos sociais e segmentos populares, as convergências e divergências da UFFS com os modelos tradicionais de universidade e os significados de uma universidade se propor pública e popular são questões centrais que orientam o presente estudo. Logo, compreender como a UFFS, *Campus* de Laranjeiras do Sul – Paraná, na atual conjuntura histórico-social, busca se efetivar enquanto Pública e Popular, voltada à valorização do saber popular e à superação da matriz produtiva existente é o objetivo geral.

De modo mais específico, este estudo visa a identificar quais são as concepções de educação popular presentes nos órgãos de administração central do *Campus*, além de averiguar qual é o sentido e a orientação que essas concepções imprimem nas ações diárias da Direção de *Campus*, das Coordenações Acadêmica e Administrativa e das Coordenações de Curso e evidenciar os limites e as possibilidades presentes na proposta institucional.

No que se refere à metodologia, a investigação ora proposta se configura como uma pesquisa exploratória, que para Gil (2002, p. 41) tem “[...] como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições [...]” e, quanto a sua abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, pois,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2008, p. 21).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa proposta se caracteriza como um estudo de caso, que pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Ele visa, nesse sentido, a conhecer em profundidade como e por que uma determinada situação se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002, p. 33).

Tendo em vista os nossos objetivos, a pesquisa bibliográfica e a entrevista foram empregados com importantes instrumentos. A primeira “[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122), que além de ser indispensável para a pesquisa básica, serviu de sustentação para a análise dos dados coletados na entrevista. Já a entrevista,

[...] tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, 2008, p. 64).

Isto é um pressuposto fundamental na pesquisa qualitativa pois, como argumenta Martinelli (1999, p.22), “[...] se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir diretamente ao sujeito [...]”, aproximando-nos efetivamente do objeto de estudo e nos possibilitando a coleta dos dados.

Para a análise dos dados coletados seguimos a trajetória apresentada por Minayo (2008). Inicialmente, procedemos a uma leitura compreensiva do material selecionado, criando um esquema de classificação. Em uma segunda etapa, efetuamos a exploração do material, distribuindo dentro do esquema criado na primeira parte, os trechos, as frases e os fragmentos do material coletado – conteúdos que foram desvelando o movimento do objeto em questão, apreendendo suas afirmações, negações e contradições e revelando suas verdades afirmativas. Como parte final, elaboramos uma “síntese interpretativa” (MINAYO, 2008, p. 92) estabelecendo um diálogo do tema com os objetivos e os pressupostos da pesquisa, efetivando a dimensão analítica e interpretativa.

Cabe destacar que o presente trabalho, que condensa os resultados do projeto de pesquisa submetido e aprovado pela banca de qualificação e pelo Comitê de Ética em Pesquisas da UNIOESTE, está organizado em três capítulos básicos:

O primeiro, denominado “A Universidade Federal da Fronteira Sul e sua missão”, concebe as universidades como instituições sociais, produtos da sociedade e a ela intimamente ligada e traz um breve resgate histórico acerca do Ensino Superior no Brasil e reforça lógica elitista e excludente que predomina até nossos dias, sobretudo nas Instituições Federais. Além disto, destaca a Universidade Federal da Fronteira Sul enquanto uma instituição criada a partir do poder de mobilização e organização dos movimentos sociais, que se propõe pública e popular, que se compromete com os saberes populares e com a superação da matriz produtiva vigente e seu diferencial se torna conhecido – principalmente em relação à proposta curricular diferenciada dos cursos de graduação, a política de ingresso e o controle e a participação social.

No segundo capítulo, são trabalhadas as categorias que fundam a proposta institucional diferenciada e as concepções de público e popular e seus desdobramentos na educação são apontados. Autores como Hannah Arendt (2010), Jürgen Habermas (2003), Luiz Eduardo Wanderley (2010), Conceição Paludo (2001), Carlos Rodrigues Brandão (2012), Ana Maria do Vale (2001) e Paulo Freire (2013) são visitados com maior frequência.

No terceiro e último capítulo é apresentado, de forma aproximativa, o movimento do objeto, efetivando a pesquisa em sua forma expositiva. A partir das conexões realizadas por meio dos conteúdos desvelados, pautamos nossas análises e interpretações.

Para finalizar, tecemos considerações a respeito da proposta inicial da pesquisa, procurando responder ao problema que suscitou o presente estudo.

1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E A SUA MISSÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada pela Lei 12.029/2009, nasceu do engajamento de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná que, liderados pela Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e pela Via Campesina, em cooperação com parcela da Igreja Católica, lideranças políticas governamentais e empresariais, buscaram, junto ao Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, a implantação na Mesorregião Grande Fronteira Sul – composta por 396 municípios e formada por mais de 3,7 milhões de habitantes – do que hoje se configura como uma das mais novas instituições federais de ensino superior.

Desde a sua criação, a UFFS está estruturada como uma universidade *multicampi*, com sede em Chapecó no estado de Santa Catarina e outros cinco *Campi* nos municípios de Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e em Realeza e Laranjeiras do Sul, no Paraná, que se compromete com a valorização dos saberes populares e com princípios que questionam as premissas que fundamentam o modo de produção capitalista na contemporaneidade.

Desse modo, ao passo que a UFFS se propõe pública e popular, diferencia-se das demais Instituições Federais de Ensino Superior, rompendo com as características que marcam historicamente a educação superior brasileira – tais como o caráter elitista, os processos seletivos excludentes – e com a reprodução da ordem social estabelecida. Como veremos a seguir, o modelo de educação superior instituído no Brasil possui raízes nas instituições europeias, desconsidera a realidade brasileira, apresenta natureza profissionalizante, volta-se à formação dos filhos da elite dominante e se compromete com a manutenção da ordem social, com modelo de educação pautado em um posicionamento de classe social determinado, ou seja, burguês.

1.1 O Ensino Superior no Brasil

A Educação Superior no Brasil remota ao início do século XIX com a criação dos primeiros cursos superiores, voltados à formação profissional, diretamente controlados pelo Estado e de cunho extremamente elitizado. Segundo Santos e Cerqueira (2009, p. 3), com a criação dos primeiros cursos de nível superior, “[...] havia somente a preocupação de implantar

um modelo de escola autônoma que formasse para as carreiras liberais: advogados, engenheiros e médicos, para atender às necessidades governamentais e, ao mesmo tempo, da elite local [...].”

Tal modelo perdurou por quase um século. As Universidades e o ensino superior brasileiro, nos moldes que hoje conhecemos, foram somente implementados no início do século XX, quando inúmeras escolas de ensino superior foram criadas e quando – por meio das Constituições de 1934 e 1937 – o Estado permitiu a descentralização do Ensino Superior, possibilitando, assim, a criação de instituições públicas e privadas, ligadas ou não à Igreja, tendo “[...] como escopo principal formar uma elite intelectual para servir às demandas da classe dominante e da indústria nascente [...]” (BENINCÁ, 2011, p. 33).

Com o intuito de atender a elite dominante e com cunho extremamente religioso, o Governo Federal cria em 1920, pela fusão da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, a Universidade do Rio de Janeiro. Tal instituição passou, após a reforma Francisco Campos¹ a ser considerada o exemplo a ser seguido, um modelo para as demais instituições nascentes.

As Universidades, enquanto instituições sociais, datam do período que compreende os séculos XI e XIV, “[...] em um contexto de forte crise do modo de produção feudal e de muitos conflitos e contradições sociais de toda ordem [...]” (BENINCÁ, 2011, p.32). Elas surgem no bojo das condições que possibilitaram a passagem das sociedades feudais à sociedade capitalista, no interior do processo que forma as novas relações de produção, como aparato ideológico capaz de reproduzir a formação social emergente.

Com o renascimento das cidades; a complexificação da divisão do trabalho, separação do trabalho manual do intelectual; a intensificação das atividades do comércio; e o desenvolvimento do mercado, as universidades nascem com o objetivo explícito de atender aos interesses da classe burguesa, diante das atividades que começavam a se desenvolver (BENINCÁ, 2011).

A Universidade é uma Instituição Social, “[...] isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada [...]” (CHAUÍ, 2001, p.35), ou seja, as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e entre as classes sociais, dominantes e dominadas, põem às instituições sociais. Assim, tais instituições, dentre elas a

¹ A Reforma Francisco Campos foi a primeira reforma educacional, de caráter nacional, colocada em prática pelo então Ministro da Educação e da Saúde Francisco Campos. Tal reforma criava o “Sistema Universitário Brasileiro” e apresentava como finalidade maior a elevação do nível cultural da população.

Universidade, na perspectiva teórico crítica, fazem parte da superestrutura social² e, como nos lembra Faleiros (1997), foram criadas pela sociedade capitalista e se configuram como um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a Sociedade, como um aparelho de classe que faz parte do tecido, da rede social lançada pelas classes dominantes para desenvolver e consolidar o consenso social e reproduzir a ordem vigente, pois, como enfatizam Marx e Engels (1998, p.18),

[...] a produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc.

Decorrente disso, o termo Universidade,

[...] foi originalmente aplicada às sociedades corporativas escolásticas e, provavelmente no decorrer do século XIV, o termo passou a ser usado à parte, no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e alunos, e cuja existência corporativa houvesse sido reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica ou civil (WANDERLEY, 2003, p. 16).

Assim, com o objetivo explícito de atender aos interesses da classe burguesa nascente, exprimindo e refletindo a sociedade em que está inserida, a universidade enquanto instituição social apresenta sua manifestação original em Bolonha na Itália no ano de 1088 e em Oxford na Inglaterra em 1096 (BENINCÁ, 2011). Passou, no decorrer do tempo, a dar vasão ao seu espírito corporativo,

Embora ela tenha dado grandes contribuições à humanidade, lamentavelmente, salvo raras exceções que confirmam a regra geral, o espírito corporativo acabou por predominar em sua estrutura e em seu funcionamento e ela passou, ao longo dos séculos, a produzir muito mais para suas próprias finalidades e para a realização de seus membros do que para a sociedade como um todo. Por isso, desenvolveu uma série de vícios, dentre os quais se destacam: o elitismo, o credencialismo, a fragmentação dos saberes, o cientificismo e a miopia em relação aos conhecimentos produzidos fora de

² Marx, no prefácio da obra “Contribuição à crítica da economia política” escrita em 1859, conclui que a totalidade das relações de produção contraídas pelos homens na produção social da própria vida constitui a estrutura econômica da sociedade – INFRAESTRUTURA –, base real sobre a qual se eleva uma estrutura política e jurídica – SUPERESTRUTURA. Marx (2008, p. 47) complementa dizendo que “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual [...]”. Assim, a base econômica e material da sociedade explica e condiciona suas formas e instituições políticas e jurídicas.

seus muros, sem falar que, por isso mesmo, passou a ser uma prerrogativa das elites e de uma minoria de vanguardistas (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 144).

A situação da Universidade Brasileira não é diferente. Florestan Fernandes (1975) demarca que nossa universidade lançou suas raízes históricas, culturais e pedagógicas em modelos institucionais europeus, resumindo-se de início a uma única função: a de preparar um certo tipo de letrado, apto para o exercício de profissões liberais. Nas palavras de Rossato (2008, p. 50), “Em seu início, o ensino superior brasileiro teve um caráter colonialista, dependente, tardio, classista e desvinculado da realidade nacional [...]”.

Nessa perspectiva, a universidade, enquanto instituição social, produto da sociedade capitalista, utiliza suas forças e seus fins para a manutenção da ordem vigente, ao passo que exclui de seus espaços a grande maioria da população. Na mesma linha, Mészáros (2008, p. 35) é enfático ao afirmar que,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...].

Como afirma Chauí (2003), a Universidade representa a sociedade que lhe deu origem. Dessa forma, mesmo com a criação dessas novas escolas e com as possibilidades apresentadas pelas Constituições de 34 e 37³, a maioria da população brasileira permanecia à margem desses espaços. Para Pereira (2011, p. 65), a universidade brasileira “[...] produz um cenário de forte elitização, caracterizando o ensino superior como local privilegiado para a (re)produção das elites econômicas do país [...]”.

Assim, essas recém-criadas instituições continuavam reféns da elite dirigente, amarrando seus fundamentos no processo que instituiu a escolarização brasileira no período colonial. Teixeira (apud ROSSATO, 2008, p. 50) salienta que,

A sociedade colonial era arcaica, de cultura oral, fundada na escravidão, no patriarcado rural e na burocracia colonial. Nesta sociedade a educação era predominantemente eclesiástica e destinada à manutenção dos privilégios da ordem social rígida e fechada.

³ As Constituições de 1934 e 1937 dedicaram, pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro, capítulos sobre a educação e a cultura, definindo a educação como direito de todos e possibilitando a emergência do Ensino Superior Privado no país.

Nesse mesmo sentido, Florestan Fernandes (1975, p. 130)⁴ enfatiza que, “[...] a distribuição das oportunidades educacionais se vincula de tal forma à preservação e a transmissão da posição social que se incorpora rigidamente às estruturas do poder dos estratos superiores e dominantes das classes médias e altas [...]”.

Mantendo seu formato elitista e conservador, a Universidade Brasileira, desde o seu nascimento até o golpe militar de 1964, expande-se de forma constante e comedida, chegando ao ano de 1968 a marca de 779 (setecentos e setenta e nove) estabelecimentos de ensino e a 280.000 (duzentos e oitenta mil) estudantes (TEIXEIRA, 1989), passando assim, do pós-64 até nossos dias, por dois fortes períodos de expansão.

O primeiro, de 1964 a 1980, apresentou um crescimento significativo de matrículas, aumentando em quase dez vezes o número de alunos inseridos no ensino superior (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006).

Rossato (2005) ressalta que com a realização do golpe militar de 1964, os novos rumos determinados para a área política atingiram diretamente a área educacional. A política em vigor, marcada pela força militar e pela ordem, aliada ao êxodo rural, à explosão demográfica e o expressivo crescimento do ensino primário e secundário contribuíram inegavelmente para a expansão do ensino superior.

Esse período se caracterizou pela reforma do ensino superior e foi condicionado, sobretudo, pela ênfase na teoria do capital humano⁵. Tal teoria defende a tese de que o maior investimento que um sujeito pode realizar é na própria capacitação, o que fez com que a educação passasse a ser entendida como uma das principais formas de ascensão social e como um importante componente no desenvolvimento econômico de um país. Isto se deu pelo acordo entre o Ministério da Educação e a United State Agency For International Development – MEC/USAID, firmado no contexto da Guerra Fria, como parte de um amplo programa do governo norte-americano, com vistas ao planejamento da ordem educacional brasileira; pela ação dos empresários nacionais que, unidos pelo pensamento anticomunista, atribuíam ao ensino superior a responsabilidade pela formação da elite dirigente; e pelos relatórios sobre a

⁴ O renomado sociólogo brasileiro, em sua obra “Universidade brasileira: reforma ou revolução?” sedimenta sua afirmação nas investigações produzidas por Bertram Hutchinson junto ao corpo de discentes da Universidade de São Paulo no ano de 1955. Tal investigação demonstrou que mais de 74% dos estudantes da Universidade pertenciam aos estratos superiores das classes médias e altas.

⁵ Para apreender com solidez esse enunciado, verificar as obras de Schultz (1971), Frigotto (1993) e Oliveira (1997).

reforma universitária, sobretudo, o relatório Atcon que evidenciou a crise universitária brasileira da década de 1960 (ROSSATO, 2008).

A reforma em questão, instituída pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, não passou de “[...] uma manifestação de tutela política e como mera panaceia [...]” (FERNANDES, 1975, p. 203), servindo antes para conservar seu caráter elitista e cercear o movimento estudantil do que para transformá-la.

Nesse sentido, Cunha (2007) reforça que tal reforma – projetada inicialmente nos meios estudantis e que apresentava como bandeiras principais a modernização, a democratização e o vínculo da universidade com a realidade social brasileira e com os problemas populares, à medida que é assumida e incorporada pelo Estado – tem seu sentido redefinido e passa a se configurar como “[...] mero apoio à modernização do ensino superior [...]” (CUNHA, 2007, p. 169).

Para Ermelio Rossato (2008, p. 111),

Em relação à lei 5.540/68, que consolidou a reforma do ensino superior brasileiro, pode-se concluir, em síntese, que, da parte da sociedade havia a premência e a consciência da necessidade da reforma da universidade, com forte pressão sobre o governo. Da parte do Governo também havia a percepção das transformações sociais, culturais e econômicas que estavam a exigir mudanças. Mas se havia consciência da necessidade da reforma, o regime político em vigor buscou fazer com que as mudanças não fugissem ao controle do governo. Assim é que o Governo fez a reforma sem afetar sua hegemonia e sem abalar o grupo que ocupava o poder.

Afinal, “[...] as novas forças no poder, com o golpe de Estado de 1964, não iriam promover uma mudança radical nas tendências modernizantes da educação superior que vinham marcando a política de educação superior durante os governos nacional-reformistas [...]” (SGUISSARDI, 2004, p. 6), retirando de cena as bandeiras da democratização interna e externa das Universidades.

Desse modo, mesmo a reforma de 1968 tendo procedido significativas mudanças no sistema educacional brasileiro – vinculando educação e demandas do mercado de trabalho; proclamando a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão; instituindo o concurso vestibular; instituindo a departamentalização e a matrícula por disciplina; fixando os currículos mínimos e a duração mínima dos cursos e; estabelecendo o fim da cátedra – e possibilitado a expansão do ensino superior, ampliando o número efetivo de vagas e proliferando principalmente as instituições privadas, isto não significou necessariamente sua democratização. Para Saviani (1996, p. 84), tais mudanças “[...] visavam fundamentalmente,

ajustar a educação à ruptura política operada em 1964, assentando, assim, um rude golpe nas aspirações populares que implicavam a luta pela transformação da estrutura socioeconômica do país [...]”.

O segundo e mais importante período de expansão ocorreu a partir do ano de 1995, tendo como propulsor o crescimento da rede privada de ensino, decorrente do aumento das camadas médias, das novas oportunidades de trabalho, da demanda pela qualificação e da adoção do receituário neoliberal preconizado nas regras do Consenso de Washington⁶, que consistem, principalmente, no liberalismo econômico, na desregulamentação do mercado, na redução dos gastos públicos, na abertura comercial e no investimento estrangeiro direto.

A educação se torna, de fato, um negócio e um negócio extremamente lucrativo. Se em 1980 o Brasil contava com 882 Instituições de Ensino Superior (IES) das quais, 77,3% (682) eram instituições privadas, em 2012 passou a contar com 2.416 instituições, sendo que a grande maioria, 87,4% (2112) são instituições privadas.

Neste mesmo ritmo, multiplicaram-se às matrículas. Em 1980 o país apresentava 1.377.286 alunos matriculados, chegando ao ano de 2012 a expressiva marca de 7.037.688 alunos – com a rede privada abarcando mais de 73% destes alunos (INEP, 2013).

Nesse sentido, importa salientar que o decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre as Instituições de Ensino Superior e Cursos Superiores de Graduação e Sequenciais no Sistema Federal de Ensino, em seu artigo 2º, estabelece que o Sistema Federal de Educação Superior compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior. Em seu artigo 12, descreve que tais instituições serão credenciadas como universidades, centro universitários e faculdades, sendo as universidades complexos de instituições que asseguram a indissolubilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; os centros universitários, centros pluricurriculares com vocação para o ensino de excelência e com complexidade intermediária; e as faculdades, centros menores e especializados geralmente em alguma área de atuação e que, segundo o censo da educação superior de 2012, respondem por 84,3% das instituições, sendo, em sua maioria absoluta, vinculadas ao setor privado.

Para Paula (2011, p. 63),

⁶ Política Oficial do Fundo Monetário Internacional, elaborada em conjunto pelos economistas do próprio Fundo, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro Americano e que passou a ser “receitada” aos países em desenvolvimento.

No universo das privadas, a grande maioria compõe-se de instituições com fins lucrativos, de qualidade duvidosa, que se dedicam fundamentalmente ao ensino e estão orientadas a fornecer um diploma de curso superior mais aligeirado aos alunos, sendo a menor parte constituída de instituições privadas sem fins lucrativos, com níveis de qualidade mais elevados.

A expansão do ensino superior brasileiro pode também ser percebida pela evolução no número de matrículas. Segundo o último Censo da Educação Superior, em 2013 o Brasil apresentava 7.305.977 alunos matriculados, mantendo a lógica do vínculo com o ensino privado, pois 5.373.450 estavam inseridos em instituições particulares de ensino, e deixando transparecer que “[...] as instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio [...]” (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 5).

Ainda segundo o mesmo Censo, no período de 1980-2013 o número de instituições privadas cresceu 206% em todo o território nacional. Em relação ao número de matrículas, a diferença é ainda maior. A média brasileira para esse quesito apresentou uma variação de mais de 500% no período.

Tal realidade é produto, sobretudo, da influência dos organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional e das políticas neoliberais de privatização das estatais, da redução dos gastos públicos, da abertura comercial para o capital estrangeiro e, principalmente, do reconhecimento da Educação como um Serviço. Assim, ao passo que os países em desenvolvimento renegociam suas dívidas e contraem novos empréstimos, aceitam e reproduzem às condicionalidades e os receituários destes organismos. Nas palavras de DIAS SOBRINHO (apud AMARAL, 2003, p. 91),

Aos países que buscam seus empréstimos [o Banco] impõe que a educação se ajuste a uma nova realidade de restrições orçamentárias, torne-se mais eficiente, produtiva e útil ao mercado, particularmente estreite seus laços com a indústria e assuma a racionalidade do modelo gerencial.

Isto realça, no âmbito da educação, a necessidade dos países em desenvolvimento investirem na educação básica, principalmente à nível fundamental e abrirem a educação superior aos princípios que regem o livre mercado.

Para Sguissardi (2008, p. 1000),

À sombra das recomendações do documento do Banco Mundial, de 1994, *Higher education: the lessons of experience* (Educação Superior: as lições da experiência), que propunha, entre outras coisas, uma muito maior diferenciação institucional e diversificação de fontes de manutenção da educação, incluindo o pagamento pelo aluno das IES públicas; que

considerava a *universidade de pesquisa* (neo-humboldtiana) inadequada para os países em desenvolvimento e em seu lugar propunha a adoção da *universidade de ensino* (sem pesquisa); que recomendava às autoridades que ficassem ‘atentas aos sinais do mercado’, aprovava-se, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esta lei, aprovada como uma espécie de ‘guarda-chuva jurídico’, possibilitou a edição de diversos decretos normalizadores imbuídos do espírito dessas recomendações. Entre eles, destaca-se o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997, que reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, isto é, como objeto de lucro ou acumulação.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e, posteriormente, o decreto 2.306 de 1997 rompem o entendimento da educação superior enquanto direito, reconhecendo-a como um bem, como um serviço comercializável. Nesse sentido, para Katia Lima (2015, p. 2),

A noção da educação como um descaracterizado ‘bem público’ cria as bases políticas e jurídicas para a diluição das fronteiras entre público e privado: se a educação é um ‘bem público’ e instituições públicas e privadas prestam esse serviço público (não-estatal), está justificada, por um lado, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e a ampliação da isenção fiscal para estas instituições, e, por outro, o financiamento privado das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições públicas.

Seguindo, assim, à risca todas as recomendações internacionais, entendendo que “[...] *el Estado debía centrar el grueso de sus esfuerzos en la enseñanza primaria o básica*” (BANCO MUNDIAL [BM], 2000, p. 43), que é preciso assegurar “[...] *que los costos de la educación superior se destinen a las personas directamente beneficiadas* [...]” (BM, 2000, p. 63) e que caberia ao governo dos países em desenvolvimento “[...] *fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas* [...]” (BM, 1995, p. 29).

Como versa Chauí (2001, p. 203), na “[...] sintonia ideológica fina entre o pensamento do Banco e do MEC.”, o Brasil abre o Ensino Superior ao mercado, inclusive internacional, possibilitando a participação do capital estrangeiro na educação brasileira e diversifica as instituições de ensino superior e suas formas de financiamento, viabilizando a criação de Universidades, Centros e Faculdades e legalizando parcerias público-privadas e a locação de recursos públicos em instituições privadas.

O período de expansão do ensino superior em voga, completa-se com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – a própria UFFS tem sua gênese diretamente ligada ao REUNI.

O PROUNI é um programa do MEC, criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado em 2005, Lei 11.096/2005. Por intermédio desse Programa, as instituições

privadas de ensino superior, em troca de isenções fiscais na esfera federal⁷, concedem bolsas de estudo (integrais ou parciais) em seus cursos de graduação a estudantes com renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio. Desde a sua criação até o ano de 2013, o Programa colocou na graduação mais de 1,2 milhão de estudantes. Segundo o MEC, em 2014 foram ofertadas 306.726 bolsas de estudos das quais mais de 205 mil foram integrais (BRASIL, 2014).

Com o PROUNI, o Governo Brasileiro atende claramente às orientações dos organismos internacionais, ampliando a rede privada de ensino superior, ofertando vagas de graduação à população pobre e, principalmente, fomentando as parcerias público/privadas, alocando recursos públicos em instituições privadas de ensino. Assim, configura-se, como salientam Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 137), em uma “[...] medida de impacto popular, privatista e de baixo custo orçamentário [...]”, que tenta conciliar ações de democratização do acesso ao Ensino Superior, à luz das recomendações dos organismos internacionais, com os interesses da iniciativa privada, ou seja, o dinheiro público serve aos interesses particulares, na mesma medida em que converte a educação (em particular o ensino superior) em um bem comercializável.

O REUNI também não foge dessa lógica. O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, institucionalizado em 2007 pelo Decreto Federal 6.096, atende incondicionalmente às orientações do Banco Mundial, principalmente quanto à centralidade na graduação. Léda e Mancebo (2009) deixam claro que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizados tanto pela Constituição Federal (em seu artigo 207) quanto pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (artigo 52), é esquecida no Decreto do REUNI. Em suas palavras:

Todavia, surpreendentemente, a palavra ‘pesquisa’⁸ não aparece uma só vez no Decreto que determina o REUNI; nem no documento de agosto de 2007, que normatiza e detalha o Decreto (intitulado Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Nas ‘Diretrizes’ ocorre uma única menção à palavra extensão ao se referir às ‘Políticas de extensão universitária’, como uma dimensão do compromisso social da instituição. Sem meias palavras: a expansão desejada e ‘financiada’ é só para o ensino, seguindo antigas lições do World Bank (1994) (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 55).

⁷ Isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa da Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

⁸ No nosso entendimento, ausência da “pesquisa” no decreto que cria o REUNI, ao seu modo, reforça a ordem vigente, pois como conhecer e transformar a realidade se a pesquisa não ocupar um lugar central?

Mesmo não mencionando pesquisa e extensão, o Decreto do REUNI nasce “[...] com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007, s.p.), apresentando como meta global, elevar as taxas de conclusão dos cursos de graduação para noventa por cento (90%) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito (18). Para tanto, suas diretrizes são claras:

- I - redução da evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento das vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007, s.p.).

As propostas apresentadas pelo REUNI não constituem nenhuma novidade, mas representam a atualização das políticas elaboradas pelo Banco Mundial para países em desenvolvimento (LIMA, 2015).

Nesse mesmo sentido,

Sem meias palavras: a expansão desejada e ‘financiada’ é só para o ensino, seguindo antigas lições do World Bank (1994), que além de condenarem a predominância das universidades de pesquisa (*humboldtianas*) – uma realidade que nunca existiu no sistema de educação superior brasileiro – propunham as universidades (!!!) de ensino (que se ocupariam do ensino ou da formação neoprofissional), mais adequadas aos países com déficit público crônico (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 55).

Além de tudo, o REUNI traz em seu bojo, a abertura das universidades à gestão privada do patrimônio público, por intermédio da Lei de Inovações Tecnológicas (Lei 10.973/2004, que estimula o incentivo e apoio de instituições de natureza privada às Instituições Federais de Ensino Superior, direcionando o sentido de estudos e pesquisas às demandas do mercado) e da Lei das Parcerias Público Privadas (Lei 11.079, também de 2004, que possibilitou ao mercado

assumir a prestação de serviços públicos), ocupando um importante papel na transformação da educação, antes direito social, em um bem comercializável, em uma mercadoria.

Seguindo a cartilha neoliberal, a terceira fase do REUNI⁹ possibilitou a expansão regional e internacional com a criação das Universidades Federal da Fronteira Sul, que integra os estados fronteiriços da região Sul do Brasil; Federal do Oeste do Pará, da Integração Amazônica; Federal da Integração Latino-Americana, voltada a todos os países da América Latina; e da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, cujo objetivo é a aproximação entre os países falantes da língua portuguesa.

Sendo a contradição inerente a sociedade burguesa, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, levando a cabo as recomendações dos organismos internacionais, possibilitou a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, uma instituição comprometida com o desenvolvimento regional e com a integração constante do ensino, da pesquisa e da extensão, uma universidade democrática, aberta à sociedade, que se propõe pública e popular e que é resultado, também, do poder de organização e mobilização dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Contra um passado de difícil acesso e de esquecimento do poder público, com relação ao acesso à educação superior, constituiu-se – no estado do Rio Grande do Sul, abarcando os três estados do sul – o Movimento Pró-Universidade, talvez o principal responsável pela posterior criação da UFFS.

1.2 O Movimento Pró-Universidade na Criação da UFFS

Uma Universidade não nasce do acaso, como aponta Chauí (2001). As universidades são instituições sociais e como tais reforçam e reproduzem as sociedades em que estão inseridas. A UFFS também não nasceu do acaso, sua criação também reforça e reproduz a sociedade em que está inserida. Seu nascimento ocorre no bojo do projeto expansionista do ensino superior brasileiro como parte do REUNI – ao seu lado outras dezessete Universidades Federais foram criadas.

⁹ O MEC lista três fases de expansão das Universidades Federais. A primeira fase seria a de expansão para o interior, com a implantação e consolidação de doze novas universidades, atendendo, sobretudo, a forte demanda do interior. A segunda, a fase de expansão com reestruturação, ampliando os *Campi* pré-existentes e implantando mais de 100 (cem) novos *Campi* universitários. A terceira, a expansão com integração regional e internacional, que se processou com a criação de quatro novas universidades – UFFS e UFOPA em 2009 e UNILA e UNILAB em 2010. (BRASIL, 2012b)

Assim como a Fronteira Sul, outras cinco universidades são inteiramente novas, a Universidade Federal do ABC (UFABC) criada em 2005, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) criada em 2006, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em 2010, a Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira (UNILAB) também em 2010 e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) criada em 2013. Essas instituições foram “criadas do zero” apresentando todo um rol de possibilidades, excluindo, de início, as práticas, os vícios e as rotinas excludentes e elitistas presentes nas demais instituições.

As demais Universidades: Federal da Grande Dourado (UFGD), Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Federal de Alfenas (UNIFAL), Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), todas de 2005, Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) de 2008, Federal do Oeste do Pará (UFOPA) de 2009, Federal do Cariri (UFCA) de 2013, Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) de 2013 e a Federal do Oeste da Bahia (UFOB), também de 2013, são originárias de extensões e desmembramentos de outras universidades ou escolas técnicas, carregando em seu âmago, todo o histórico das instituições que lhes deram origem.

Contudo, uma importante diferenciação se faz entre a UFFS e as demais universidades brasileiras:

A UFFS foi a primeira universidade pública federal cuja criação deveu-se, diretamente, ao poder de mobilização e de convencimento público pelos movimentos sociais e pelas lideranças políticas e comunitárias. As redes de associativismo civil e o denso tecido de organizações sociais da região – berço de alguns dos principais movimentos sociais do campo do Brasil – foram mobilizados para a formulação do projeto de universidade e sua subsequente concretização. (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 150).

Segundo o “Manifesto”¹⁰, constituiu-se no estado do Rio Grande do Sul o Movimento Pró-Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que formado por movimentos sociais, organizações populares e agentes públicos,

[...] teve início, de forma não articulada entre os três estados da Região Sul, ainda em 2005. No Rio Grande do Sul, iniciou com o objetivo da criação de uma universidade federal para o norte do Estado. Foram organizados comitês municipais na maioria dos mais de 200 municípios, comitês regionais e o

¹⁰ Documento elaborado pela Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, para ser entregue ao secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, professor Ronaldo Mota, em audiência realizada em maio de 2007 (Anexo 1).

comitê estadual (COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL, 2007, p. 3).

Tal Movimento era constituído por organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Via Campesina, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e se orientou “[...] pela construção de uma IES pública e popular, aberta aos grupos sociais mais excluídos e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário da região, tendo como eixo a produção familiar e camponesa [...]” (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 150).

Com a adesão ao Movimento Pró-Universidade, de lideranças políticas e empresariais locais, de movimentos da Igreja Católica, de sindicatos e partidos políticos e de outros movimentos sociais da classe trabalhadora – como as Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar, Movimento dos Atingidos por Barragem e o Movimento das Mulheres Camponesas –,

O *mutirão* regional pela universidade federal e popular ganhava corpo. O projeto se fortaleceu com a junção de forças do movimento que lutava com o mesmo objetivo no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná¹¹, regiões estas com realidades sociais, culturais e econômicas muito comuns. Da confluência de intenções, emergiu a proposição de uma universidade multicampi e interestadual, o que motivou tratativas mais concretas com o governo federal (BENINCÁ, 2011, p. 42).

Dessas “tratativas mais concretas” resultaram uma sinalização positiva e a aprovação da proposta apresentada pelos Estados.

Em 13 de junho de 2006, em audiência no Ministério da Educação, o Ministro Fernando Haddad ficou sensibilizado com a diversidade produtiva e a identidade cultural da Região, aprovou a ideia de uma universidade federal para o Sul do Brasil (abrangendo o norte do Rio grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná) e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Nesse dia também foi acertada uma nova reunião para aprofundar o perfil da instituição e o processo de sua implantação (COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL, 2007, p. 3).

¹¹ O Manifesto elaborado pela Coordenação do Movimento Pró-Universidade reconhece que no Paraná várias entidades realizaram encontros para discutir a importância de uma universidade federal para o sudoeste do estado e, em Santa Catarina, desde 2003, a criação de uma universidade federal que atendessem ao oeste do estado era assunto recorrente.

A realização de tal estudo, apresentando o projeto de organização da instituição, no que se refere a pessoal, instalações e formação, foi atribuída à Comissão de Projeto da Futura Universidade Federal da Fronteira Sul. Instituída pela Portaria 948 de 22 de novembro de 2007 da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, a comissão era composta de forma paritária, estruturada com 22 membros e abarcando representantes de órgãos governamentais e dos movimentos sociais¹² que compunham o Movimento Pró-Universidade.

Com o estudo elaborado pela comissão em mãos, como reforça Benincá (2014), após uma intensa negociação entre o Movimento Pró-Universidade e o MEC, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assina o Projeto de Lei de Criação da Universidade e envia-o ao Congresso Nacional.

Destaca-se que o Movimento Pró-Universidade não se mobilizou apenas pela criação de uma Universidade Federal na Mesorregião da Fronteira Sul, mas, sim, pela criação de uma Universidade diferente das existentes. Uma Universidade que superasse os modelos que mercantilizam a educação, que elitizam o acesso e o ensino e que excluem de seus espaços as camadas populares. Uma Universidade comprometida com a valorização dos saberes populares, com a escola pública e com a superação da matriz produtiva vigente.

Para Benincá (2011, p. 43-44),

Os idealizadores da universidade conceberam-na como um espaço privilegiado de produção do conhecimento capaz de potencializar o desenvolvimento da região, através da graduação, da pesquisa, da extensão e da pós-graduação. Conferiram-lhe a responsabilidade de laborar a reflexão teórica aberta ao mundo e a prática acadêmica desde o contexto em que se insere. Esta compreensão, entretanto, não significa que a universidade possa ou deva ser confundida com uma agência de desenvolvimento econômico, mera prestadora de serviços sociais, uma escola de formação de militares político-partidários ou um suporte cultural e científico do mercado, o que seria um equívoco.

E, conforme completa o Manifesto,

¹² A comissão de implantação tinha a seguinte composição e representação: Airton Fontana, Professor e Prefeito de Guaraciaba SC; Alexandra Borba da Silva, Movimento Estudantil; Altemir Tortelli, Coordenador Geral da FETRAF SUL; Armênio Bello Schmidt, MEC; Beatriz Bitencourt Collere Hanff, UFSC; Carlos Alberto Ceretta, UFSM; Dalvan José Reinert, UFSM; Dom Orlando Dotti, Bispo de Vacaria RS; Elemar Cezimbra, Via Campesina; Elton Scapini, Professor e Assessor Parlamentar, RS; Gelson Luiz de Albuquerque, FINEP; Jaci Poli, Assessor, Sudoeste do Paraná; João Carlos Denardin, UFSM; Lucia Helena Correa Lenzi, UFSC; Luciane Carminatti, Professora e Assessora Parlamentar, SC; Márcio Alexandre Barbosa Lima, MEC; Marcos Aurélio Souza Brito, MEC; Marcos Laffin, UFSC, Coordenador; Maria Andréia Maciel Nerling, Via Campesina; Maria Ieda C. Diniz, MEC; Marlene Stochero, Região Missões do RS; Verônica Cardoso Pessoa de Carvalho, MEC; Zeferino Perin, Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

Não queremos uma instituição para vender educação com intenção de obter lucro, como fazem um grande número de instituições, hoje, mas queremos uma instituição que esteja envolvida com a vida das pessoas e que contribua, através das suas ações planejadas coletivamente, com a melhoria da qualidade de vida (COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL, 2007, p. 9),

Assim, do Movimento que fez nascer uma universidade resultante do poder de mobilização e organização dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora, emanou, também, a exigência de que essa Universidade tivesse um vínculo estrito com as camadas populares e com o desenvolvimento regional sustentável, que fosse pública, gratuita e de qualidade, que prezasse pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que tivesse como princípio o ser humano histórico. Como enfatiza Trevisol (2014, p. 13), “[...] o movimento orientou-se pela construção de uma IES pública e popular, preocupada com a transformação da realidade, aberta aos grupos sociais mais excluídos e comprometido com o desenvolvimento regional.”.

Decorrente disso, a UFFS se configura como uma experiência ímpar, como uma Universidade que se projeta pública e popular e que nasce comprometida com o desenvolvimento local e regional.

Conforme ressalta Florestan Fernandes (1995, p. 11),

[...] no ponto zero, pretendeu-se que a universidade fosse serva dos poderosos e de seus privilégios. Hoje, o que se quer é que a universidade contribua para a libertação dos oprimidos e que promova, entre os de baixo, uma forte aspiração de combater o embrutecimento, de promover a desalienação e desvendar o seu talento para si, para sua classe e para a coletividade.

Assim, com a missão de assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região, com perfil voltado às necessidades da mesorregião em que se situa – com a peculiaridade de ser resultado do poder de organização e mobilização dos movimentos sociais da classe trabalhadora e pretendendo ser pública e popular – é criada, em 2009, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), diferente por natureza.

1.3 A UFFS e seu Diferencial

Por intermédio da Lei 12.029 de 15 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009), nasce uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro em Chapecó, no estado de

Santa Catarina. Estrutura-se, assim, a UFFS para melhor atender aos seus objetivos, como uma universidade *Multicampi*, que além da sede no oeste catarinense, apresenta outros cinco *Campi*, três deles no norte gaúcho, nos municípios de Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo e outros dois no sudoeste paranaense em Realeza e na cidade de Laranjeiras do Sul.

Abarcando 396 municípios da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul¹³, uma extensão territorial de 139 mil quilômetros quadrados e mais de quatro milhões de habitantes, a UFFS nasce fincada aos ideais do Movimento que lhe deu origem. Como aponta Mohr et al. (2012, p. 800), “[...] a partir do debate inicial realizado no movimento pró-universidade da região, fica evidente a adoção de uma postura política que permeará os diversos documentos norteadores da UFFS [...]”.

Assim, a “origem” da UFFS atuará diretamente sobre os seus ideais e a sua missão. O vínculo do Movimento Pró-Universidade com a Fronteira Sul, com o compromisso de promover o desenvolvimento regional integrado e com a promoção do acesso das camadas populares ao ensino superior, balizará todos os documentos oficiais da Universidade, atribuindo à instituição o desafio e a responsabilidade de oferecer um ensino superior público, popular e de qualidade, com vistas à dignidade humana e à transformação social.

Tal desafio e responsabilidade estão expressos na missão institucional:

1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social;
2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno;
3. Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (UFFS, 2015a).

E reforçado em seu perfil:

A Universidade Federal da Fronteira Sul caracteriza-se por voltar-se às necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul onde está instalada, configurando-se como Universidade:
- pública e popular;

¹³ A Mesorregião abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, está inserida nas Bacias Hidrográficas dos Rios Uruguai e Paraná, apresenta uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes à Região Sul, um baixo grau de urbanização em relação ao restante do Brasil (em torno de 65%) e concentra parcela significativa de sua população no campo (MESOMERCOSUL, 2015). Tal mesorregião pode ser observada no Anexo 2.

- de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil;
- democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade;
- que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
- que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente (UFFS, 2015b).

Produzindo – dos anseios do Movimento, da missão e do perfil institucional – as seguintes metas:

- Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região;
- Assegurar o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, para a qualificação profissional e para o compromisso de inclusão social;
- Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e seu entorno (UFFS, 2015c).

Desde 11 de agosto de 2009, com a promulgação do Decreto 6.932 (BRASIL, 2009), todos os órgãos do Poder Executivo Federal que prestam algum tipo de serviço ao cidadão devem confeccionar e amplamente divulgar uma Carta de Serviços com informações claras e precisas acerca de cada um dos seus serviços prestados.

A *Carta de Serviços ao Cidadão* da Universidade Federal da Fronteira Sul (Anexo 3), (UFFS, 2013, p. 3), explicita o vínculo da Universidade com os movimentos sociais ao versar que “[...] o perfil institucional da UFFS, bem como a sua missão, objetivos e área de atuação acadêmica, encontra forte aderência aos movimentos sociais da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul [...]”, desenha o histórico institucional numa perspectiva política ao se reconhecer “[...] como uma universidade multicampi, interestadual, pública, gratuita, democrática, popular e interiorana [...]” e se compromete com a predisposição econômica local ao visar o desenvolvimento regional integrado e a valorização e superação da matriz produtiva vigente.

Tudo isto para dizer,

Que o espaço regional da UFFS está concebido como sendo de luta anticapitalista, de luta social, de possibilidades transformadoras. De

experiência teórico-prática, de formação de produtores e reprodutores de saber não somente para as demandas imediatas da produção de mercadorias para o mercado regional ou mesmo internacional, mas para as necessidades vitais urgentes e inadiáveis das maiorias trabalhadoras e da humanidade (LIMA FILHO, 2009, p. 6).

Assim, todos os compromissos e desafios reconhecidos, tanto nos documentos institucionais quanto na Carta de Serviços ao Cidadão têm se objetivado, sobretudo, em três grandes fatores: na proposta curricular dos cursos de graduação da universidade, na política de ingresso dos discentes e na garantia do controle e da participação social.

1.3.1 Proposta Curricular dos Cursos de Graduação da UFFS

A proposta curricular dos cursos de graduação da UFFS, pautada na formação crítico-social, organiza-se em torno de três domínios, imprescindíveis à formação acadêmica, que estão expressos na Matriz Curricular da Universidade em componentes curriculares. Nas palavras de Silva (2011, p. 127),

O currículo da UFFS foi concebido como uma árvore, composta por um tronco (o domínio comum), os galhos (o domínio conexo) e as folhas (o domínio específico). Neste sentido, cabe destacar que a organização curricular dos cursos de graduação da instituição contempla esses três domínios mutuamente relacionados, sem preponderância de um em detrimento dos demais.

Assim, todos os cursos de graduação da Universidade contemplam disciplinas pertencentes ao núcleo de domínio comum, conexo e específico, objetivando “[...] assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade [...]” (UFFS, 2015d).

Conforme registrado oficialmente no Regulamento da Graduação, aprovado em junho de 2014 pela Câmara de Graduação do Conselho Universitário, entende-se por domínio comum o conjunto de componentes curriculares que todos os cursos de graduação da Universidade devem adotar, por domínio conexo os componentes curriculares localizados na interface entre as áreas de conhecimento e por domínio específico o conjunto de componentes identificados como próprios de um determinado curso (UFFS, 2014a).

Pela relação entre os domínios específico (que objetiva prioritariamente a formação profissional), conexo (que objetiva o diálogo interdisciplinar entre os cursos) e comum, busca-se assegurar que todos os estudantes de graduação

[...] recebam uma formação simultaneamente cidadã, interdisciplinar e profissional, oportunizando, ao cidadão, o conhecimento necessário para: a) saber conviver em sociedade; b) conectar saberes interdisciplinares; c) apreender os conhecimentos, as habilidades e as atitudes específicas de um profissional de nível superior (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 158).

A Matriz Curricular da UFFS e sua organização nesses três domínios, por si só, não representam a objetivação do diferencial institucional preconizado nos documentos oficiais. Tal objetivação está presente, principalmente, nas particularidades do domínio comum, em sua definição e em suas finalidades.

O domínio comum, que representa o primeiro momento de formação do estudante na UFFS, é o reflexo das proposições dos movimentos sociais da classe trabalhadora que compunham o Movimento Pró-Universidade. Ele possibilita a criação de novas potencialidades, ao objetivar promover:

- a) a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social profissional.
- b) a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorizações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos (UFFS, 2014a).

Como versam Romão e Loss (2014), para o movimento que deu origem à Universidade, a classe trabalhadora precisa de conhecimentos que não sejam apenas técnicos, mas que articulem os conhecimentos teóricos, políticos e humanos no desenvolvimento de um cidadão ativo, consciente e desperto para as questões do convívio em sociedade, da justiça social, da sustentabilidade e da diversidade cultural¹⁴. Nesse mesmo sentido, Silva (2011, p. 127-128) reforça que “[...] no domínio comum reside o caráter inovador da universidade, visto que o

¹⁴ Importa reforçar que, nessa passagem, a contradição é evidente. No mesmo momento em que o Movimento Pró-Universidade “luta” por uma instituição comprometida com a superação da ordem vigente, apresenta, também, categorias como convívio em sociedade, cidadania e justiça social, situadas no campo limite do projeto burguês, ou, como enfatizado por Marx (2010), no campo limite da emancipação política, que por mais que represente um significativo progresso, embora constitua a forma definitiva de emancipação possível na atual ordem mundial, não significa a forma definitiva de emancipação humana.

mesmo possibilita romper com o ensino estritamente direcionado para cada área específica do conhecimento [...]”.

Assim, a adoção de tal Matriz Curricular, com a oferta do domínio comum, vem ao encontro das orientações teóricas crítico-sociais e da ideia do homem omnilateral contra o indivíduo unilateral, em que a construção do homem integral se dá pela direta relação entre educação, sociedade e trabalho, superando a unilateralidade, “[...] em função do conjunto da sociedade, implica homens completos, cujas faculdades são desenvolvidas em todos os sentidos e que estão à altura de possuir uma clara visão de todo o sistema de produção [...]” (MARX; ENGELS, 2004, p. 106), permitindo ao homem compreender criticamente a sociedade ao seu redor e agir sobre a realidade. Para Gadotti (1997, p. 59),

O que importa, para Marx, é tornar o homem disponível para enfrentar todas as mudanças que as novas exigências do desenvolvimento do trabalho impõem. Para isso é necessário substituir o homem unilateral, especializado e alienado, por homem omnilateral, não especializado e, sobretudo, livre da exploração e da alienação do seu trabalho.

A experiência do domínio comum¹⁵ – com a oferta dos componentes Leitura e Produção Textual I e II, Introdução à Informática, Matemática Instrumental, Estatística Básica, Iniciação à Prática Científica, Direito e Cidadania, História da Fronteira Sul, Meio Ambiente, Economia e Sociedade, Introdução ao Pensamento Social e Fundamentos da Crítica Social – vincula a aquisição e a elaboração do saber com um projeto social transformador. Abre, assim, a possibilidade de superar o entendimento da educação como transmissora de um mínimo de conhecimentos necessários aos trabalhadores e de um conjunto de ideias e valores que apenas legitimam e reproduzem à ordem social e reconhece seu caráter transformador no acesso, na apropriação dos conhecimentos, valores e das habilidades e no desenvolvimento de suas potencialidades.

Essa inovação faz com que o estudante de graduação da UFFS, independente do Curso ou do *Campus* em que esteja inserido, integralize todos esses componentes para sua formação, ou seja, os alunos do Curso de Medicina do Campus Passo Fundo – RS, assim como os alunos de Ciências da Computação de Chapecó – SC, de Engenharia Ambiental de Erechim – RS, de Veterinária do Campus Realeza – PR ou, ainda, os de Educação no Campo de Laranjeiras do Sul, também no Paraná, terão que cursar com êxito (obtendo aprovação por nota e frequência)

¹⁵ Pelo Regulamento de Graduação (UFFS, 2014a) todos os cursos da universidade devem adotar os componentes curriculares desse domínio e os ofertar com cargas horárias que podem variar de 420 (quatrocentos e vinte) a 660 (seiscentos e sessenta) horas.

componentes que objetivam à “[...] análise crítica dos fenômenos sociais, políticos e culturais [...]”, bem como, “[...] possibilitar uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe [...]” (UFFS, 2012b, p. 53), tais como Fundamentos da Crítica Social, Direito e Cidadania, Meio Ambiente, Economia e Sociedade e Introdução ao Pensamento Social, que apresentam em suas relações de Referências Bibliográficas Básicas obras como *A Crítica da Filosofia do Direito* de Hegel, *O Capital* de Karl Marx, *A Riqueza das Nações* de Adam Smith e *A Sociologia* de Émile Durkheim.

O quadro a seguir demonstra a carga horária (número de créditos e de horas) de cada um dos Componentes Curricular do Domínio Comum praticada no *Campus Laranjeiras do Sul* – PR, que conta, atualmente, com seis cursos de graduação, a saber: Engenharia de Aquicultura, Agronomia, Ciências Econômicas, Interdisciplinar de Educação no Campo – Ciências da Natureza (Iedoc), Engenharia de Alimentos e Interdisciplinar de Educação no Campo – Ciências Humanas e Sociais (Iedoc – A).

QUADRO 1 – Número de Horas / Componentes do Domínio Comum

Componentes Curriculares	Créditos	Horas
Leitura e Produção Textual I*	04	60
Leitura e Produção Textual II	04	60
Introdução à Informática	04	60
Matemática Instrumental*	04	60
Estatística Básica	04	60
Iniciação à Prática Científica	04	60
História da Fronteira Sul	04	60
Fundamentos da Crítica Social	04	60
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	04	60
Direito e Cidadania	04	60
Introdução ao Pensamento Social	04	60

* No Curso de Iedoc – A carga horária destes dois componentes é de 02 Créditos (30 Horas).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015¹⁶.

Como aborda Silva (2011, p. 128),

¹⁶ Tabela elaborada com base nas informações contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS *Campus Laranjeiras do Sul*. (UFFS, 2012b).

As disciplinas de domínio comum ofertadas na grade curricular dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) cumpre dois propósitos: a) desenvolver habilidades e competências instrumentais; b) despertar consciência sobre as dimensões que compõem a realidade social.

Ainda, a construção do domínio comum na Matriz Curricular dos cursos de graduação da UFFS não só atende aos anseios dos movimentos sociais que possibilitaram a criação da Universidade, como também atribui à educação uma outra perspectiva, contribuindo para uma leitura crítica da realidade e para a construção da consciência de uma classe. Neste sentido, sob a perspectiva teórico-crítica, Gadotti (1984, p. 63) lembra que “[...] a educação não é, certamente, a alavanca da transformação social. Porém, se ela não pode fazer a transformação, essa transformação não se efetivará, não se consolidará sem ela [...]”.

Nesse contexto, outro importante mecanismo utilizado pela Universidade para atender às demandas e os anseios dos movimentos que lhe deram origem, possibilitando que os filhos dos trabalhadores do campo e da cidade acessem o Ensino Superior, é a política de ingresso adotada.

1.3.2 A Política de Ingresso dos Discentes na UFFS

A UFFS desde a sua criação optou pela utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como prova de conhecimentos básicos para o ingresso na Universidade e nos processos seletivos dos anos de 2010, 2011 e 2012 utilizou o “Fator Escola Pública”, acrescentando à nota dos candidatos um índice relacionado ao tempo de formação deles em escolas públicas.

Esses editais determinavam que a nota final de classificação dos candidatos fosse obtida pela aplicação do Fator Escola Pública na seguinte proporção:

- I) Fator Escola Pública = 1,3 para o candidato que declarou ter cursado integralmente, com aprovação, todo o ensino médio em escola pública;
- II) Fator Escola Pública = 1,2 para o candidato que declarou ter cursado integralmente, com aprovação, apenas duas séries do ensino médio em escola pública;
- III) Fator Escola Pública = 1,1 para o candidato que declarou ter cursado integralmente, com aprovação, apenas uma série do ensino médio em escola pública;
- IV) Fator Escola Pública = 1,0 para os demais candidatos (UFFS, 2012c, p. 6-7)

A aplicação desse fator bonificando cada ano cursado em escola pública com 10% – com o máximo de 30% – na nota do ENEM, garantiu que o quadro de discentes da Universidade apresentasse, desde os seus primeiros anos, uma supremacia de alunos com esta procedência, corrigindo eventuais desigualdades e antecipando em alguns anos à exigência legal da reserva de vagas para esse público. Para Rotta, Vitcel e Andriolli (apud PEREIRA, 2014, p. 156),

O Fator Escola Pública se constituiu em uma modalidade de cota social com o objetivo de proteger o estudante em situação de hipossuficiência educacional. Parte da ideia de que o Brasil enfrenta hoje uma precariedade da Educação Básica pública, o que coloca os alunos provenientes da mesma em condições desfavoráveis para tentar o acesso ao Ensino Superior público pelos mecanismos convencionais existentes.

Tal supremacia pode ser constatada nos quadros a seguir:

QUADRO 2 – Alunos Matriculados / Procedência do Ensino Médio

Ano	Matriculados	Ensino Médio em Escola Pública	Percentual
2010	2.211	2.114	95,6%
2011	2.316	2.258	97,4%
2012	2.419	2.345	96,9%
Total	6.946	6.717	96,7%

Fonte: UFFS, 2015f ¹⁷

QUADRO 3 – Matriculados nos *Campi* / Percentual de Escola Pública

Ano	Chapecó		Erechim		Cerro Largo		Realeza		Laranjeiras do Sul	
	I*	P*	I*	P*	I*	P*	I*	P*	I*	P*
2010	764	94,1	377	92,5	433	96,7	337	99,4	300	97,3
2011	820	95,9	395	95,1	445	98,8	349	100	307	98,0
2012	855	95,3	414	94,9	473	98,0	375	100	302	99,0
Total	2.439	95,1	1.186	94,2	1.351	97,9	1.061	99,8	909	98,1

I* - Número de alunos matriculados

P* - Percentual de alunos matriculados oriundos de escolas públicas

Fonte: UFFS, 2015f

¹⁷ Informações obtidas junto à Diretoria de Graduação, por intermédio do Sistema de Gestão Acadêmica.

A adoção do Fator Escola Pública deixou de ser presente no processo seletivo de 2013, contudo, a “vocação” da Universidade em acolher esse público foi reforçada. Com a promulgação, em agosto de 2012, da Lei Federal 12.711, que ficou conhecida como “Lei de Cotas”, que tramitou por mais de dez anos no Congresso Nacional¹⁸ e que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino superior, a UFFS alterou seu modelo de ingresso, se adequando à presente Lei (BRASIL, 2012a).

Em seu Artigo 1º, a Lei 12.711 obriga que toda Instituição Federal de Ensino Superior reserve ao menos a metade de suas vagas aos alunos oriundos das escolas públicas, ao versar que

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012a, s.p.).

Ao passo que a Lei de Cotas estabeleceu um número mínimo de vagas a serem reservada, a UFFS, em consonância com a sua proposta, resolveu elevar esse número ao correspondente de alunos matriculados no ensino médio em escolas públicas em cada Estado onde os *Campi* estão instalados. Assim, a distribuição de matrículas no ensino médio é a referência para o novo modelo do processo seletivo da UFFS, resguardando, em todos os *Campi* da Universidade, pelo menos 86% das vagas aos candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas.

Com a adoção desse novo modelo, a Universidade recorre às instituições oficiais e afere o número de matrículas no ensino médio público em cada Estado e reserva esse mesmo percentual em seu processo seletivo.

O Parágrafo único do Artigo 1º da Lei 12.711/2012 garante que no preenchimento das vagas destinadas aos estudantes que integralmente cursaram o ensino médio em escolas públicas, 50% deverão ser destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo (BRASIL, 2012a).

A Lei de Cotas obriga, ainda, que as vagas tratadas pelo Artigo 1º deverão ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de

¹⁸ O Projeto que originou a Lei de Cotas é de autoria da ex-Deputada Federal Nice Lobão (do PSD do Maranhão) e tramitou por treze anos no Congresso Nacional, sendo apresentado inicialmente à Câmara dos Deputados Federais em fevereiro de 1999, mas aprovado apenas em agosto de 2012.

pretos, pardos e indígenas na população do Estado onde está instalada o *Campus* da instituição (Artigo 3º) (BRASIL, 2012a).

Como a Lei não atende tanto os candidatos que cursaram parcialmente o ensino médio em escolas públicas, quanto os que realizaram seus estudos em instituições particulares mantidas, em parte, com recursos públicos, a Universidade garantiu a reserva de um percentual de suas vagas para os candidatos que se enquadram nessas condições:

Os processos seletivos anteriores demonstraram que há um percentual de candidatos que estão nessa condição e cujo perfil não lhes dá chances reais de participar, com sucesso, da ampla concorrência. Por isso, no âmbito de sua autonomia, a UFFS reserva 2% de suas vagas para alunos que cursaram pelo menos um ano do Ensino Médio, com aprovação, em escola pública ou que frequentaram escolas privadas cujo orçamento institucional seja, no mínimo, 50% composto por recursos públicos (UFFS, 2015e).

O quadro a seguir ilustra como as vagas estão distribuídas nos processos seletivos da Universidade:

QUADRO 4 – Representação Gráfica da Repartição de Vagas na UFFS

Estado	Vagas	AC	L1	L2	L3	L4	A1
PR	50	6	15	7	15	6	1
SC	50	6	18	4	17	4	1
RS	50	5	18	4	18	4	1

AC – Vagas destinadas a todos os candidatos, independente da procedência escolar, renda familiar e raça/cor.

L1 – Vagas reservadas a candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L2 – Vagas reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L3 – Vagas reservadas a candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L4 – Vagas reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

A1 – Vagas reservadas a candidatos que tenham cursado parcialmente o ensino médio em escola pública (pelo menos um ano com aprovação) ou em escolas de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento da instituição seja proveniente do poder público, em pelo menos 50%. Não se enquadram nesta modalidade candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escola pública.

Fonte: UFFS, 2012d.

A adoção desse modelo e a adequação plena à Lei que instituiu as cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior caracterizam a UFFS como uma das Instituições que apresenta os maiores números de discentes oriundos de escolas públicas.

Os quadros abaixo (5 e 6) retratam essa realidade, ao comparar, em períodos similares, os números da UFFS e da média nacional das Instituições Federais de Ensino Superior com relação à procedência dos alunos ingressantes.

QUADRO 5 – Procedência dos Alunos Ingressantes nas IFES

Ano	Matrículas	Escola Pública	Percentual
2011	1.032.936	216.236	20,9%
2012	1.352.517	331.451	24,5%
2013	1.137.851	570.985	50,1%
Total	3.523.304	1.118.672	31,7%

Fonte: INEP, 2011

QUADRO 6 – Procedência dos Alunos Ingressantes na UFFS

Ano	Matrículas	Escola Pública	Percentual
2010	2.211	2.114	95,6%
2011	2.316	2.258	97,4%
2012	2.419	2.345	96,9%
2013	1.996	1.857	93,0%
2014	1.984	1.845	93,0%
Total	10.926	10.419	95,3%

Fonte: UFFS, 2015f

No *Campus Laranjeiras do Sul* – PR os índices superam a média da própria Universidade. Em todos os processos seletivos o percentual de ingressantes oriundos de escolas públicas sempre foi superior a 94,8% (com média nos cinco primeiros anos de 97,1%), atingindo a marca de 99,0% no ano de 2012, em que dos 302 alunos ingressantes no Campus, 299 eram oriundos de escolas públicas.

Fica evidente que, embora tenha sido reduzido o número efetivo de alunos matriculados na universidade, o abandono do Fator Escola Pública, enquanto modelo de processo seletivo, não representou nenhuma mudança significativa no perfil dos alunos ingressantes e que a política de ingresso da UFFS é um importante diferencial da universidade.

Por intermédio da Resolução 33/2013 do Conselho Universitário, a Política de Ingresso, enquanto diferencial institucional, ganha um maior relevo ainda. A presente Resolução instituiu

na UFFS o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN). Pela primeira vez na Universidade, no processo seletivo de 2015, foram asseguradas duas (02) vagas suplementares para o ingresso de estudantes indígenas em cada curso de graduação.

Assim, além de destinar mais de 85% de suas vagas aos alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas e ao menos 44% aos alunos que apresentam renda familiar per capita inferior a 1,5 salário-mínimo, a Universidade garante também a possibilidade concreta de acesso de indígenas ao Ensino Superior.

O terceiro e importantíssimo fator que concretiza a proposta da Universidade é a forma encontrada para articular controle e participação social na Instituição.

1.3.3 O Controle e a Participação Social na UFFS

O Estatuto da Universidade, aprovado inicialmente pelo MEC em 2010 e que sofreu alterações em dezembro de 2012, concebe a Estrutura da UFFS composta por órgãos superiores de deliberação, de administração central e de controle, fiscalização e supervisão e por órgãos de base.

Entre os órgãos superiores estão o Conselho Universitário e os Conselhos de *Campi*, enquanto órgãos deliberativos; a Reitoria e as Direções de *Campi*, enquanto órgãos de administração central; e o Conselho Curador e a Auditoria Interna, enquanto órgãos superiores de controle, fiscalização e Supervisão. Já entre os órgãos de base, estão os Colegiados de curso e as Coordenações das Unidades Acadêmicas.

No desenho da Estrutura Institucional, o Conselho Universitário (CONSUNI), aparece como Órgão Deliberativo Máximo, que apresenta, entre outras competências, a de fixar normas sobre as políticas gerais e os planos globais de ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão; de deliberar sobre o planejamento anual, diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária e prestações de contas da universidade; e de aprovar as normas de recrutamento, seleção, admissão e habilitação dos discentes (UFFS, 2012a).

Pelo Artigo 17 do Estatuto fica estabelecido que o Órgão máximo de Deliberação da Universidade terá a seguinte composição:

- I. Reitor;
- II. Vice-Reitor;
- III. Diretores dos campi;
- IV. 30 (trinta) docentes, eleitos diretamente entre seus pares, com a seguinte composição:

- a. 10 (dez) lotados no Campus Chapecó;
 - b. 05 (cinco) lotados no Campus Erechim;
 - c. 05 (cinco) lotados no Campus Cerro Largo;
 - d. 05 (cinco) lotados no Campus Laranjeiras do Sul; e
 - e. 05 (cinco) lotados no Campus Realeza.
- V. 06 (seis) técnicos administrativos, sendo:
- a. 02 (dois) lotados no Campus Chapecó;
 - b. 01 (um) lotado no Campus Erechim;
 - c. 01 (um) lotado no Campus Cerro Largo;
 - d. 01 (um) lotado no Campus Laranjeiras do Sul; e
 - e. 01 (um) lotado no Campus Realeza.
- VI. 06 (seis) discentes, sendo:
- a. 02 (dois) matriculados no Campus Chapecó;
 - b. 01 (um) matriculado no Campus Erechim;
 - c. 01 (um) matriculado no Campus Cerro Largo;
 - d. 01 (um) matriculado no Campus Laranjeiras do Sul; e
 - e. 01 (um) matriculado no Campus Realeza.
- VII. 03 (três) representantes da comunidade externa (UFFS, 2012a, p. 9).

Garante, assim, em seu item VII, a participação de representantes da comunidade externa, dando vez e voto à sociedade nas questões relativas à Universidade, ficando tal participação também assegurada nos Conselhos de *Campi* (UFFS, 2012a).

Destaca-se que a participação da comunidade externa no CONSUNI não representa o espaço mais importante de participação e controle social na Instituição. Um dos grandes fatores de concretização da proposta institucional e dos anseios do Movimento que “originou” a Universidade é a criação do Conselho Estratégico Social (CES), resultado direto da participação do Movimento Pró-Universidade com vistas a garantir a inclusão e o controle social, tendo como principal atribuição, nas palavras de Stedile (apud BENINCÁ, 2011, p. 53), “[...] zelar para que, no seu dia a dia e no seu *que fazer*, a universidade funcione voltada para o povo.”¹⁹.

O CES foi pensado pelo Movimento Pró-Universidade para ser o órgão máximo de deliberação da Instituição. Contudo, seu caráter deliberativo ficou assegurado apenas no Parágrafo 2º, do Artigo 3º da Portaria 046/UFFS/2009, devendo ser aplicado apenas “I- na elaboração do estatuto da UFFS; II- na elaboração e monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional; e III- na construção, aprovação e monitoramento da proposta orçamentária anual, devendo estas iniciativas ser submetidas à sua homologação [...]” (UFFS, 2009, p. 1-2) e não perdurou por muito tempo.

Por força do Artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o caráter deliberativo do CES precisou ser suprimido. Conforme o preceito legal, o poder deliberativo

¹⁹ Na fala de Stedile, o “povo” assume a conotação de classe trabalhadora, diretamente vinculado ao modo de produzir da sociedade.

nas Instituições Públicas de Ensino Superior cabe aos órgãos e colegiados dotados de representatividade da comunidade acadêmica, impondo, nesses órgãos, o percentual mínimo de 70% de docentes, escolhidos entre seus pares. Segundo a LDB,

Art. 56º. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes (BRASIL, 2015, s.p.).

Mesmo perdendo sua competência deliberativa, o CES não perdeu importância no âmbito institucional. Entre os Órgãos Superiores listados anteriormente estão o CONSUNI e o Conselho Curador. Tanto o Conselho Universitário, quanto o Curador²⁰ apresentam em suas composições representantes da comunidade externa e cabe ao CES indicar esses representantes.

Além de fazer a indicação dos representantes da comunidade nesses Órgãos Superiores, o CES é um importante órgão consultivo da Universidade que tem como objetivo,

[...] contribuir para a construção de uma instituição de educação superior comprometida com a inclusão social e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, aplicado em questões relativas ao compromisso social da Universidade Federal da Fronteira Sul, em consonância com os princípios norteadores do PDI; na elaboração do estatuto da UFFS; na elaboração e monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional; e na construção e monitoramento da proposta orçamentária anual (UFFS, 2011, s.p.).

Apresentando competência para

- I. Analisar e avaliar o impacto social, econômico, cultural e educacional da UFFS na região da Fronteira Sul;
- II. Propor à alta administração da UFFS formas, mecanismos e estratégias para aprofundar a inserção da instituição na comunidade da região;
- III. Recomendar a execução de ações de natureza política, administrativa e acadêmica que possam melhor colocar a UFFS a serviço do desenvolvimento regional e, em especial, da população mais carente;
- IV. Propor questões estratégicas, diretrizes gerais, expansão de atividades, criação de novos cursos, em permanente diálogo com a produção acadêmica

²⁰ Segundo o Estatuto da Universidade, o Conselho Curador é o Órgão Superior de Controle e Fiscalização da gestão econômico-financeira da UFFS, ligado à Câmara de Administração do Conselho Universitário (UFFS, 2012a).

da instituição, considerando sempre a sua pertinência e seu impacto social para a região da Fronteira Sul;

V. Indicar os representantes da comunidade externa no Conselho Universitário, um representante no Conselho Curador, e, nos campi onde não houver Conselho Comunitário, a representação da comunidade externa no Conselho de Campus (UFFS, 2012a, s.p.).

Participam do CES, além de membros da comunidade acadêmica, representantes de movimentos sociais organizados, igrejas, Universidades Públicas, Sindicatos dos Professores do Ensino Fundamental e Médio, entidades patronais e representantes de associações dos municípios onde os *Campi* da Universidade estão instalados.

A atual composição do Conselho Estratégico Social conta com representantes de vinte (20) diferentes instituições, muitas das quais fizeram parte do Movimento que “criou” a Universidade. O MPA, o MAB, a FETRAF dos três estados do Sul, o Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, as Mitras de Erechim e Chapecó e as associações municipais das Missões, do Alto Uruguai e do Oeste Catarinense são algumas das instituições com representatividade na atual composição do CES.

A participação e o controle social também estão assegurados – além do CONSUNI, Conselho Curador e CES – nos Conselhos de Campi, cabendo a cada Campus Universitário assegurar em seu Regimento Interno a participação de representantes da comunidade externa.

Todos esses espaços representam uma grande conquista no campo do controle e da participação social. Contudo, o grande diferencial da UFFS, quanto ao controle e à participação possivelmente se dá nos processos de escolhas do Reitor, do Vice-Reitor e dos Diretores de Campus da Universidade.

Pela redação do Artigo 61 da Resolução 21/2014 do CONSUNI, que estabelece as normas institucionais da consulta prévia à comunidade para a escolha do Reitor, Vice-Reitor e Diretores de Campus, na composição da lista tríplice, os votos são paritários e a comunidade externa (regional) tem o mesmo peso dos demais atores do processo. Conforme o mesmo Artigo, “[...] nos processos de consulta de que trata esta regulamentação, os votos de docentes têm peso de 25%, dos técnico-administrativos em educação de 25%, dos discentes de 25% e da comunidade regional de 25% sobre o total dos votos válidos [...]” (UFFS, 2014b, p. 13).

Assim, a comunidade externa participa diretamente na elaboração das listas dos possíveis dirigentes, podendo participar do processo (Inciso IV do artigo 19),

[...] os integrantes da comunidade regional, devidamente credenciados.

§1º Integram o rol de eleitores da comunidade regional os membros representantes da comunidade regional do Conselho Universitário, do Conselho Estratégico Social, do Conselho Curador, dos Conselhos de Campus, dos Conselhos Comunitários, da Comissão Própria de Avaliação e de outros órgãos da Universidade, bem como aqueles que se credenciarem junto aos conselhos comunitários dos campi, como representantes de organizações, movimentos ou instituições ou como eleitores individuais.

§2º O cadastramento de eleitores é feito junto à Comissão Eleitoral Local.

§3º Cada unidade organizacional mencionada no §1º pode credenciar um eleitor, considerando os representantes que já integram órgãos da Universidade.

§4º Na inexistência de Conselho Comunitário em campus da UFFS, o credenciamento será realizado junto à Comissão Eleitoral Local.

§5º Eleitores individuais podem se credenciar para votação sendo que cada 100 (cem) votantes constituem uma unidade de voto, a ser somada aos votos dos representantes de organizações, movimentos ou instituições (UFFS, 2014b, p. 6).

Dessa maneira, além de participar dos Órgãos Consultivos e Deliberativos da UFFS, a comunidade externa e os representantes dos movimentos que criaram a Universidade podem também participar diretamente da escolha dos possíveis gestores da Instituição.

Assim a Universidade, uma instituição de origem medieval e que, particularmente, no Brasil sempre foi condicionada por interesses políticos e econômicos vinculados as funções de preservação social (ROSSATO, 2008), com a criação da UFFS, se apresenta de outra forma à sociedade. Garantindo que a maioria de seus discentes sejam oriundos de escolas públicas; possibilitando a participação e o controle social nos seus principais colegiados e no processo de escolha de seus dirigentes e; revendo o quadro de disciplinas ofertadas nos cursos de graduação por meio de sua proposta curricular.

Pela articulação desses três fatores, a UFFS dá vazão aos anseios do Movimento Pró-Universidade e, em seus principais documentos institucionais²¹, além de se comprometer com o desenvolvimento regional integrado, assegurar o acesso ao ensino superior, comprometer-se com a inclusão social e desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condições de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador, a Universidade Federal da Fronteira Sul pretende estar comprometida com a valorização dos saberes populares e com a superação da matriz produtiva vigente, Pública e Popular.

²¹ Tal Proposta Institucional está presente, sobretudo, no Projeto Pedagógico (UFFS, 2015d), na Carta de Serviços ao Cidadão (Anexo 3) e no Estatuto da Universidade (UFFS, 2012a).

No próximo capítulo será apresentada uma explanação envolvendo as categorias “público”, “popular” e “educação popular”. Tal resgate é imprescindível para compreender a proposta da UFFS enquanto instituição que se projeta Pública e Popular.

2 O PÚBLICO, O POPULAR E A EDUCAÇÃO POPULAR: RESGATE TEÓRICO DOS COMPONENTES DA PROPOSTA INSTITUCIONAL DA UFFS

Compreender e efetivar a proposta da UFFS implica, antes de mais nada, conceber a educação como uma atividade especificamente humana, fundada no trabalho e pelo trabalho, e reconhecer seu potencial revolucionário e transformador.

Por ser uma especificidade humana,

[...] o ato de ensinar confunde-se com a forma própria de organização dos seres humanos: a sociedade política. Em sua natural e irrefutável necessidade de sobreviver em uma natureza forte e hostil, os seres humanos criam uma maneira própria de vencer as adversidades às quais suas vidas estavam submetidas. Essa forma própria, que denominamos sociedade, caracterizou-se pelo agrupamento dos seres humanos em uma coletividade, a fim de que, unindo forças, lograssem êxito na garantia da vida de todos os seus membros. Tendo no trabalho a sua base essencial de constituição, a organização social de uma coletividade cria assim o mundo da cultura, que pressupõe um conjunto de valores, símbolos, técnicas e formas de relação entre os seres humanos, que servem como uma segunda natureza do animal humano (FREIRE apud FIGUEIREDO, 2009, p. 58).

Dentre os muitos elementos que compõem o mundo da cultura, Brandão (2012, p. 22) enfatiza que “[...] a educação, uma relação de saber entre trocas de pessoas, é condição da criação da própria pessoa. Aprender significa tornar-se, sobre o organismo, uma pessoa, ou seja, realizar em cada experiência humana individual a passagem da natureza à cultura [...]”. Porém, esse processo importantíssimo, como tudo na sociedade atual, tem seu sentido fetichizado e expropriado de sua real essência.

Como reforça Cambi (1999), desde o mundo antigo, pré-grego e greco-romano a educação já era uma educação de classes, diferenciada por papéis e funções sociais. Todavia, com o advento e a solidificação do Modo de Produção Capitalista essa diferenciação se acirra. Nas palavras de Paludo (2001, p. 22):

A ilustração consolida uma divisão cultural nas sociedades e, com ela, a discriminação cultural. É, a partir dela, que reforçam-se as dicotomias: o irracional x o racional, a cultura popular x a cultura erudita, os que sabem e os que não sabem, os não-educados x os educados, os que aprendem e os que ensinam.

A educação vai desempenhar funções diferentes, de acordo com as classes fundamentais: de um lado, um papel formativo com cunho extremamente ideológico, político e econômico e, de outro, “[...] vista como um dos meios capazes de proporcionar à classe

trabalhadora um saber que seja instrumento de luta [...]” (VALE, 2001, p. 46), a sua maneira, reiterando ou transformando à sociedade.

Isto é a educação, uma

[...] prática social instituída, é um espaço importante de disputa hegemônica, de produção individual e coletiva de significados e práticas que podem indicar para além da promoção de oportunidades individuais de melhoria de vida para alguns, apontando na direção da articulação da construção do saber escolar como a cultura *desinteressada* e não discriminatória; com a economia (trabalho, formal, informal e autônomo) e com a política, concretizando no cotidiano a formação do homem *omnilateral* e de uma outra concepção de mundo (PALUDO, 2001, p. 76, grifo do autor).

Logo, na perspectiva crítico-social, a educação pode apresentar um caráter transformador, socializando o conhecimento, as artes, “[...] inculcando nos indivíduos conhecimentos e valores revolucionários, isto é, que contribuam para a superação da sociedade de classes e do seu Estado político [...]” (PINHO, 2009, p.6). Como nos lembra Gadotti (1984, p. 63) “[...] a educação não é, certamente, a alavanca da transformação social. Porém, se ela não pode fazer a transformação, essa transformação não se efetivará, não se consolidará sem ela [...]”; logo, as instâncias instituídas de educação formal, dentre elas a universidade, não podem ser descartadas nesse processo.

Com esse intuito, sob a fundamentação crítica, nasce a UFFS, resultado da mobilização e organização dos movimentos sociais, com objetivos claros e delineados, dentre eles o de vincular a aquisição e a produção do saber com um projeto social transformador, enquanto instituição pública e popular.

Para a efetivação da proposta e a plena observação dos preceitos legais que a norteiam, a apreensão dos significados e das imbricações das categorias que fundam a Universidade e garantem seu diferencial é imprescindível. Em outras palavras, efetivar a proposta institucional da Universidade perpassa pela compreensão do que é o “público”, pela sua dimensão de acessibilidade e bem comum que transcende a imediatividade e que é de propriedade de todos, bem como também perpassa pela compreensão do “popular” e do vínculo que essa categoria apresenta com a necessidade de transformação social.

O resgate teórico do público, do popular e da educação popular, enquanto componentes essenciais da proposta institucional da UFFS é a tarefa que agora se apresenta.

2.1 O Público

Definir o significado da categoria *público* não é uma tarefa fácil.

O uso corrente de *público* e *esfera pública* denunciam uma multiplicidade de significados concorrentes. Eles se originam de diferentes fases históricas e, em sua aplicação sincrônica sobre relações da sociedade burguesa industrial tardia e organizada sócio-estatalmente, entram num turvo conúbio (HABERMAS, 2003, p. 13, grifos do autor).

O termo *público* está de imediato ligado ao bem comum, ao pertencimento geral, ao interesse coletivo, acessível a todos, ou, ainda, faz referência ao Estado, à contribuição coletiva, suas instâncias, ao seu poder e à sua finalidade.

Como apresenta Habermas (2003, p. 14, grifo do autor),

Chamamos de *públicos* certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas. Mas já falar de *prédios públicos* não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem se quer precisam estar liberados à frequência pública; eles simplesmente abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos. O Estado é o *poder público*. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos.

Assim, eventos públicos são eventos abertos a toda a população, que não carecerem de pagamentos ou de contribuições para serem acessados; prédios são públicos por abrigarem instituições estatais, albergarem serviços administrativos e destinarem-se a servir à população; e instituições são públicas por cumprirem utilidade pública, por serem de fácil acesso e mantidas direta ou indiretamente pelo conjunto da sociedade.

Além de se caracterizar pela possibilidade e liberdade de acesso e fazer menção ao Estado e ao seu patrimônio, o público se caracteriza, também, por se opor ao que é privado, ao que é particular, “[...] a própria *esfera pública* se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado.” (HABERMAS, 2003, p. 14, grifo do autor).

Embora um termo polissêmico, *público* denota, sobretudo, dois fenômenos distintos. Para Hannah Arendt (2010, p. 59) o primeiro fenômeno está centrado na ideia de acessibilidade, “[...] significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível [...]”. Assim, um pensamento, um sentimento, uma experiência artística e/ou tantas outras coisas experimentadas na individualidade ou na privacidade, quando divulgados, tornam-se de acesso público, disponíveis a todos. Na medida

em que a percepção da realidade depende da aparência, ou seja, da esfera pública, o público garante a realidade do mundo e das pessoas, “[...] a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos.” (ARENDR, 2010, p. 60).

O segundo fenômeno, que é correlato ao primeiro, centra no *público* a ideia de *comum*. Para Arendt (2010, p. 62), público também “[...] significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.”. Conviver no mundo, desse modo, significa produzir, compartilhar, intercalar, relacionar-se com as coisas e os homens. Arendt (2010, p. 62) complementa que “[...] a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer.”.

A filósofa política alemã associa a categoria público, ainda, à transcendência e à imortalidade terrena, versando não ser possível nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública construída apenas em uma geração ou para uma geração. Conforme Arendt (2010, p. 65),

O mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossas vidas tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobrevivera à nossa breve permanência. É isto que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública. E o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo.

Assim, o público e os espaços públicos não devem ser pensados e construídos para uma única geração. A preocupação e o desejo de tornar permanente algo que seja próprio/particular motivou durante muito tempo o ingresso das pessoas na esfera pública.

O termo *público*, segundo Habermas (2003, p. 13), é de origem grega. Na Grécia Antiga, a esfera pública era entendida “[...] como o reino da liberdade e da continuidade [...]”, contraposto ao reino da necessidade e da transitoriedade, compreendido pela esfera privada.

Assim, na cidade-estado grega, a esfera pública possibilitava aos homens serem livres, exercerem sua liberdade e encontrarem reconhecimento²².

Nessa mesma linha, Arendt (2010, p. 33, grifo do autor) cita a Paideia de Werner Jager:

O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, *além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu bios politikos. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (idion) e o que é comum (koinon).*

Dessa forma, o *público* que na Grécia Antiga estava determinado e ancorado na esfera da *polis*, contraposto ao *oikos* (privado, familiar), refere-se à organização do povo, ao que se fala em comum, ao que se realiza junto, ao mundo dos iguais (ARENDR, 2010).

Nas palavras de Wanderley (1996, p. 96),

Na representação que se faz hoje do contexto grego clássico, o espaço público estava ligado à praça pública, lugar concreto no qual os cidadãos se encontravam para debater as ações que interessavam ao governo da cidade. Ele se explicava como espaço público por excelência e se distinguia da esfera privada do domicílio e, por extensão, do econômico.

Ainda segundo Habermas (2003, p. 17), embora grega, a categoria *público* foi transmitida, ao longo da Idade Média, em sua versão romana. A esfera pública como *res pública*, como coisa do povo, coisa pública, comum e que é mantida pelo conjunto da sociedade, só passou “[...] a ter novamente uma efetiva aplicação processual jurídica com o surgimento do Estado moderno e com aquela esfera da sociedade civil separada dele [...]”, o público torna-se sinônimo de Estado. Este é o momento especial em que conceito de esfera pública passa a representar a possibilidade sistemática de entender a sociedade a partir de uma de suas categorias centrais (HABERMAS, 2003).

Assim, com o advento da Modernidade, o caráter público da esfera pública, que na *polis* se constitui na conversação, nos espaços onde ocorrem os debates, na formação da opinião e na participação dos cidadãos na vida política, assume outra conotação, aparecendo como mediador entre os interesses privados e o poder público.

A esfera pública que representava o espaço público das discussões e do exercício crítico na Modernidade então

²² Ainda segundo Habermas (2003), não eram todos os homens que participavam da esfera pública. A participação na vida pública estava condicionada à autonomia na vida privada, apenas os patriarcas, os “déspotas domésticos”, podiam exercer sua liberdade na esfera pública.

Assume a função política de fazer a mediação entre a sociedade civil (interesses privados burgueses estruturados conforme a lei do mercado) com o estado (aparato estatal da administração pública). A esfera burguesa de tipo liberal, com seu apelo ao universalismo (interesse geral) e a capacidade potencial de racionalização do poder e democratização através da discussão pública, aparece então como portadora desse potencial iluminista (LUBENOW, 2012, p. 19).

As pessoas privadas reunidas em um público passam a dar significado à esfera pública agora burguesa.

Elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 2003, p. 42).

A esfera pública burguesa se constitui como uma categoria que passa a influenciar diretamente o poder decisório. Essa nova concepção apresenta uma contradição inerente. Conforme Lubenow (2012, p. 19), “[...] a sociedade civil busca se apropriar da esfera do poder político para regular e garantir a própria esfera de interesses privados e, com isso, contradiz seu próprio princípio de acessibilidade universal [...]”.

O universalismo e o interesse geral são direcionados e institucionalizados, passando, com a atuação política da esfera pública, “[...] a ter o status normativo de um órgão de aut mediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponde às suas necessidades.” (HABERMAS, 2003, p. 93). Tal passagem garante a institucionalização da propriedade privada, a liberdade de contrato (igualando formalmente às partes) e a privatização total da sociedade burguesa, mascarando os interesses de determinada classe social na figura da esfera pública.

A ideia do interesse público, do bem comum, do coletivo, do que Hannah Arendt (2010) chamou de transcendência e imortalidade – que na Modernidade sofreu significativa mudança, assumindo funções políticas de mediação entre Estado e sociedade, com o advento da Contemporaneidade e das sociedades de massa – sofre uma transformação ainda mais profunda.

Como apresenta Lubenow (2012), a mudança estrutural e funcional da esfera pública repercute em sua decadência, na subversão do seu princípio crítico e, ainda, no comprometimento de seu potencial emancipatório e democrático. Tal mudança estrutural é apontada por Habermas (2003) como produto, sobretudo, de dois fatores. O primeiro diz

respeito à interpenetração do privado no público. Segundo Lubenow (2012, p. 44, grifo do autor), “[...] surge uma esfera pública repolitizada, que escapa à distinção entre público e privado [...]” onde a esfera pública perde “[...] seu caráter mediador capaz de projetar uma crítica sistemática, por meio da sua transformação numa instituição que *reforça a ordem vigente*.”.

Da esfera pública política, crítica em relação ao poder do Estado, apropriada da esfera do poder público, que funcionava como local por meio do qual a vontade coletiva se processava, “[...] surge o exercício burocratizado do poder e da dominação, complementado por uma esfera da opinião pública organizada com fins manipulativos.” (LUBENOW, 2012, p. 44). Em outras palavras, como reforça Habermas (2003), a separação do que é público e do que é privado serve de base para a esfera pública enquanto esfera crítica, democrática e emancipatória e a aproximação desses dois setores rompe com sua base, transformando a esfera pública de um “[...] espaço de formação e da opinião e da vontade política [...]” em uma instituição que “[...] reforça a ordem vigente [...]” (LUBENOW, 2012, p. 44).

Nesse sentido, ao tratar do social²³ e do privado, Arendt (2010, p. 78) introduz que, “[...] logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza [...]”, passando a esfera pública a proteger a esfera privada.

Como segundo fator, além da interferência mútua entre o privado e o público, Habermas (2003) aponta que a ampliação do público na esfera pública, também corroborou decisivamente para mudar estruturalmente a esfera pública. Na Grécia antiga, como referenciado anteriormente, o público era composto apenas pelos homens que tinham resolvido seus problemas privados, quem tinham posses e bens. Agora, com a expansão por exemplo do público leitor, com a ampliação dos direitos políticos e com a refuncionalização da imprensa, as massas irrompem o campo da política, expandindo o público que compõe a esfera pública.

Essa massificação da esfera pública, para Habermas (2003), apresenta de imediato alguns efeitos negativos, dentre eles a manipulação da expansão e a ampliação induzida de modo manipulativo pelos meios de comunicação, revelando “[...] como na esfera pública ampliada infiltram-se interesses particulares e utilitaristas que desvirtuam o princípio crítico da publicidade e sua função política [...]” (LUBENOW, 2012, p. 45). Contudo, a massificação da

²³ O “social” em Arendt (2010) denota a total ausência do domínio político na convivência humana. No “social” as relações entre os indivíduos ocorrem e se encerram no âmbito exclusivo do particular, do privado.

esfera pública também carrega um efeito muito positivo, aumentando progressivamente a participação dos cidadãos na vida pública (HABERMAS, 2003).

Esse efeito positivo, causado pela massificação da esfera pública, decorrente de sua mudança estrutural é extremamente valioso. Com a participação de novos e importantes atores constituindo a esfera pública, enquanto lugar de mediação e deliberação entre a sociedade civil e o Poder Público, as preocupações, os anseios e as demandas dessa nova constituição também passam a figurar e pressionar o Estado, aproximando a esfera pública de sua concepção primeira, como espaço público – comum, pertencente ao geral e de interesse coletivo – de discussão e exercício da crítica.

Corroborando, com essa lógica, a interpretação acerca do *público* introduzida por Wanderley (2010). Para ele,

De modo crescente se reconhece que o público não se restringe nem pode ser totalmente configurado pelo estatal, ainda que o Estado seja considerado como espaço de realização do público, uma dimensão democrática enfatiza que só acontece se ele represente a sociedade, mesmo que não se possa abdicar de suas responsabilidades. Os dados e informações aqui assinalados, em outras partes desse texto, demonstram como a Sociedade Civil, principalmente os setores organizados dela, tem desenvolvido novas formas de representação política, de controle social, de parceria na execução de políticas voltadas para os serviços públicos (WANDERLEY, 2010, p. 122).

O autor (2010) destaca ainda, à visibilidade social, à sustentabilidade, à cultura pública, à universalidade, o controle social e à democratização enquanto atributos que devem ser manifestados e executados nas políticas, nos serviços e nas instituições (inclusive nas universidades) que se propõem públicos.

Pelo atributo da universalidade, o que é público deve atender a toda a população, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza. Deve, por exemplo, quando se trata de educação pública ou de uma instituição pública de educação,

[...] criar condições de acesso a membros de todas as classes e setores sociais, com um ensino qualificado, escolas bem estruturadas, condições dignas de trabalho para os professores e funcionários, práticas pedagógicas adequadas, com meios eficientes de manutenção dos alunos e de evitar a sua evasão (WANDERLEY, 2010, p. 123).

Pelo controle social toda a sociedade acompanha e fiscaliza legitimamente as ações do Poder Público, bem como controla ativamente o funcionamento das instâncias decisórias e pela

democratização se garante a soberania popular e a participação ativa e efetiva dos cidadãos no Estado.

Dessa forma, embora o termo *público* denote uma gama variada de sentidos e significados, estão presentes em seus fundamentos: a coletividade, o bem-estar, a racionalidade, o interesse coletivo, a participação, a democratização e o controle social.

Tão difícil quanto a tarefa de proceder o resgate teórico do “público” é a tarefa de definir o que é “popular” e o sentido que tal categoria remete, principalmente, na proposta institucional da UFFS.

2.2 O Popular

A definição do que é *popular* e o sentido que tal categoria remete é extremamente emblemático. Tal qual a definição de *público*, ela expressa diferentes fundamentos teóricos e uma gama variada de significados. Como afirma Beisiegel (apud VALE, 2001, p. 53), “[...] o termo popular envolve alto teor de indefinição, apenas sugere, mais do que esclarece, tanto a natureza quanto a extensão dos fenômenos que procura especificar [...]”.

A ideia do que é *popular* assume diferentes definições. Pode representar tanto uma unidade, quanto uma diversidade; pode fazer menção à união entre os povos ou à divisão da sociedade em classes; pode ser referência da unidade entre os habitantes de determinado Estado ou Nação; como pode ser tomado sobre outra perspectiva, separando a sociedade em classes e fazendo emergir o pobre, a plebe, o excluído.

O *popular* também carrega sentidos pejorativos, “[...] a categoria popular é muitas vezes referenciada com termos como *marginais*, *pobres*, *carentes*, *dominados*, que realçam sempre conotações negativas e carências: são os que não possuem casa, educação, saúde, trabalho etc.” (SILVA, 2009, p. 130, grifo do autor).

Vale (2001) ressalta que mais importante que a definição do que seria o *popular* é o reconhecimento e a exaltação do que tal categoria pode oportunizar. Para a autora (2001, p. 55), “[...] o popular oportuniza desvendar o que a classe dominante tanto teme – as classes sociais, pois se existe algo popular significa já admitir a existência de algo não popular, portanto, pertencente a uma outra classe social – a elite [...]”.

O conceito do que é popular está intimamente ligado ao entendimento do modo de produzir da sociedade e à concepção de classes sociais. Nessa perspectiva, o popular faz referência à classe social que vive do trabalho, que necessita vender sua força para sobreviver.

Nas palavras de Montanõ e Duriguetto (2011, p. 94, grifo do autor), “[...] toda ela constitui-se em homens e mulheres *livres*, meros proprietários da força de trabalho, despossuídos dos meios fundamentais de produção e consumo, obrigados assim a vender sua força de trabalho ao capital, em troca de salário [...]”.

Desse modo, complementa Wanderley (2009), o popular apresenta três ângulos analíticos. Primeiro, refere-se ao povo, ao conjunto populacional de um determinado território e está relacionado à identidade nacional, traduzindo uma aparente superação das diferenças sociais e a participação de toda a população envolta de projetos que favoreçam o conjunto da sociedade nacional e ao exercício da cidadania. Segundo, faz referência às classes populares, compreendendo o operário, o camponês e o trabalhador rural. Por último, em um terceiro ângulo de análise, o popular se vincula aos pobres.

Aqui, a conceituação é bem ambivalente, com deslizes semânticos abundantes, pois englobam uma maioria de oprimidos, marginalizados, discriminados, e, mais proximamente, excluídos. A configuração é ampla, e inclui membros contidos nos dois ângulos anteriores: os privados dos bens materiais necessários a uma vida digna; aqueles cujas opressões são dadas pela discriminação racial, étnica e sexual; os imigrantes estrangeiros; os marginalizados (desempregados, subempregados, trabalhadores da economia submersa, os miseráveis englobando mendigos, menores abandonados, prostitutas etc.); os explorados (operários e lavradores); a franja inferior do setor dos serviços (pequenos funcionários, professores primários, pequenos comerciantes etc.) (WANDERLEY, 2009, p. 41).

Ao fazer a leitura do Campo Democrático e Popular, Paludo (2001) se propõe a entender quem, ao longo de toda a história do Brasil, compôs o popular. Para ela, desde o descobrimento do país, aqueles que resistiram à ordem instituída compunham o popular. Assim, em um primeiro momento, os índios, os escravos, os “sem posses”, os “sem títulos”, os que ocupavam atividades não nobres e de subsistência – o povo – constituíam o popular.

Já na República, o popular se caracteriza pelas classes subalternas, que representavam o atraso, a segregação e, sobretudo, o perigo.

Isto é, são indivíduos e grupos explorados economicamente e dominados politicamente. [...]. São os sem-terra, os sem-tetos, os sem-comida, os negros sem dinheiro, as mulheres pobres, os trabalhadores da indústria, da agricultura e do comércio que não ganham o suficiente para sobreviver, os sacoleiros, as prostitutas, os velhos desamparados, as crianças e jovens de rua [...] (PALUDO, 2001, p. 33).

No Brasil, especialmente, pós décadas de 70 e 80 do século passado, o popular se amplia, como composição e identidade.

Há uma ampliação das classes populares para além do proletariado e campesinato, às quais se conferia o poder de transformação social. Aos poucos o *mosaico heterogêneo* do popular foi sendo descoberto. Nele convivem, lado a lado, o subempregado, o biscateiro, o empregado regular, o boia-fria, o posseiro, o acampado, o meeiro, a doméstica. Mas também convivem a criança abandonada, o menino e a menina de rua, o idoso desamparado, o doente sem recursos, o adulto não alfabetizado (PALUDO, 2001, p. 43, grifo do autor).

Assim, embora impreciso e heterogêneo, a definição e o significado de popular tem foco central “[...] na definição de classes sociais, classe política, elites, proletariado campesinato, em sua origem, constituição e dinâmica [...]” (WANDERLEY, 2009, p. 40). É, portanto, sinônimo de classe trabalhadora, que sofre com a exclusão social e a marginalidade econômica e é extremamente heterogênea, composta pelos segmentos sociais explorados, subordinados e oprimidos.

Derivada dessa concepção tão problemática e heterogênea do popular, a definição e o entendimento da “educação popular”, como veremos a seguir, também apresentam orientações distintas.

2.3 A Educação Popular na Contemporaneidade

Diversas são as orientações conhecidas acerca da “educação popular”. Wanderlei (2010) apresenta três orientações. A primeira delas concebe a Educação Popular como orientação de integração, envolvendo a educação para todos como extensão da cidadania, com vistas à superação da marginalidade social e do subdesenvolvimento. A segunda, como orientação nacional-populista, dinamizada pelos próprios governos populista, que buscava, acima de tudo, homogeneizar os interesses divergentes e mobilizar setores das classes populares para o projeto nacional desenvolvimentista. A terceira, como a orientação de libertação, fortalecendo as potencialidades do povo, valorizando a cultura popular, a capacitação e a participação na busca da realização de reformas estruturais na sociedade capitalista.

Independentemente da orientação tomada como referência, importa ressaltar que todas são resultados/reflexos da sociedade de classes e da constante luta entre elas.

As diferentes experiências a que historicamente demos o nome de educação popular nasceram e demonstraram a sua razão de existência no conflito político entre as diversas classes sociais, e de como as mesmas entenderam e entendem as dimensões do ato de educar no interior desse conflito. A história da Educação Popular é, ao mesmo tempo, a história das políticas de Educação de massa organizadas pelas classes dominantes para atingir determinados fins ligados aos seus interesses de classe – políticas estas criadas de acordo com conjunturas históricas determinadas – e, por outro lado, é também a história da relação prática entre projetos populares educacionais de resistência e luta real pela transformação da estrutura política opressora (FIGUEIREDO, 2009, p. 66-67).

Tais orientações deixam claro a distinção entre Educação Popular, enquanto ações educativas realizadas junto as camadas populares – Educação do Popular e Educação Popular enquanto prática educativa diferenciada, com compromissos explícitos com os interesses e a emancipação dessas mesmas camadas populares.

2.3.1 A Concepção de Educação Popular enquanto Educação do Popular

A Educação Popular por muitas vezes é confundida com a Educação do Popular, tendo expropriado todo o seu sentido revolucionário e emancipador e se qualificado como um importante instrumento de consenso social. Nas afirmações de Figueiredo (2009, p. 63),

Se a Educação como um todo, no grosso de sua consolidação enquanto aparelho ideológico do Estado, em grande parte das experiências que conhecemos serviu historicamente aos interesses das classes dominantes na concretização ideológica de seu poder hegemônico, não seria diferente com a Educação Popular.

Desde muito cedo, a Escola como um todo e a Educação Popular em particular servem a interesses particulares. A educação estendida às grandes massas que, segundo Cambi (1999, p. 493), a partir do crescimento da escola oitocentista, também atinge “[...] as classes inferiores, aos filhos do povo [...]”, muitas vezes repassada “[...] através de vias muito empíricas e de validade duvidosa [...]”, procurou “[...]reproduzir a mão de obra, os técnicos e os dirigentes da sociedade burguesa-industrial e para conformar as gerações em crescimento aos valores coletivos [...]”.

Na mesma linha, complementa Gohn (2012, p. 17),

A medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos. A educação volta a ser pensada pelas classes dirigentes como mecanismos de controle social. Os teóricos da economia política a recomendam para evitar desordens. Adam Smith justifica a necessidade da educação em função da divisão do trabalho. Seria competência do Estado facilitar, encorajar e até mesmo impor a toda a população a importância do aprendizado mínimo às necessidades de capital, quais sejam: ler, contar, apreender rudimentos de geometria e de mecânica. O pressuposto básico era de que o povo instruído seria ordeiro, obediente a seus superiores e não presa de credences e superstições religiosas e místicas.

Assim, fica evidenciado que a classe dominante não possui um projeto de educação que contemple a sociedade como um todo. Cada classe social demanda um determinado tipo de instrução, produzindo, conforme Brandão (2012), uma pequena fração de senhores do poder e/ou do capital, uma parcela intermediária de trabalhadores funcionais e liberais e uma imensa massa de sujeitos pobres e subalternos a quem o nível de ensino dado apenas os civiliza e os torna qualificados para o mundo do trabalho. Essa educação disponibilizada a essa grande parcela da população, como enfatiza Gadotti (apud VALE, 2001, p. 51, grifo do autor), “[...] é *popular* apenas no que concerne à disciplinação das classes populares para terem uma fé servil na classe dirigente do Estado e, assim, assimilarem sua ideologia e torná-las massas de manobra a serviço da acumulação capitalista [...]”.

Com o intuito explícito de atender aos interesses das classes dominantes, o Estado – e demais instituições que representam diretamente os seus interesses – frequentemente lança mão

de ações e de programas que, por denominação, intitulam-se de Educação Popular. Essas ações e programas, no entendimento de Figueiredo (2009), ao utilizar a máscara da universalização da educação para as camadas populares, apresentam duas razões de ser:

[...] garantir a reprodução ideológica dos valores necessários à consolidação do poder das classes dominantes em nível de consciência; responder às necessidades conjunturais do modelo econômico dominante, a fim de garantir, em um nível de desenvolvimento econômico, a sustentabilidade do modo de produção capitalista e sua adequação às imposições do mercado nacional e internacional (FIGUEIREDO, 2009, p. 64).

No rol dessas ações estão, principalmente, as destinadas à educação de jovens e adultos. Movimentos como o da Escola Nova, criado ainda na década de 1930, campanhas como a de Educação de Adultos lançada no final da década de 1940 e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) da década de 60, junto aos mais recentes: Programa Brasil Alfabetizado de meados dos anos 90 e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens dos anos 2000, entre outros, são exemplos concretos dessas ações que, embora sejam evocadas e se apresentem sobre a da Educação Popular, servem para garantir as necessidades específicas apresentadas pelo Modo de Produção Capitalista, divulgando valores, consolidando o ideário e reproduzindo o consenso social. Acabam, assim, como reforça Paulo Freire (2013, p. 67), atuando “[...] contra os interesses e as características dessa cultura que denominamos popular [...]”.

A educação do popular, dessa forma, reforça a ideologia burguesa e revela a ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade, configurando-se como um “[...] fato político sem conteúdo²⁴” (WEFFORT, 2003, p. 25), legitimando a ordem social e exprimindo interesses determinados da classe dominante.

2.3.2 A Concepção de Educação Popular em uma Perspectiva Transformadora

A concepção de Educação Popular presente na proposta institucional da UFFS, contudo, de longe se difere desse entendimento limitado, conservador e até mesmo, em alguns

²⁴ Expressão usada por Francisco Weffort (2003) ao fazer referência à política populista brasileira. Segundo o autor, o populismo, que têm como condições gerais a massificação, a perda da representatividade da classe dirigente e a presença de um líder dotado de carisma de massa, caracteriza-se pela ausência de ideologia, sendo, então, uma mera exterioridade, vindo, assim, ao encontro da presente concepção de educação popular.

momentos, reacionário da Educação Popular, enquanto instrumento ideológico de controle e consenso social.

Conforme Vale (2001, p. 57),

A educação popular por nós entendida é necessariamente uma educação de classe. Uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade cujo objetivo maior deve ser o de contribuir para a elevação da sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição.

A Educação Popular em uma perspectiva crítica-social é um novo paradigma de educação que busca superar as práticas pedagógicas que reproduzem e afirmam a ordem social estabelecida e apresenta um vínculo direto com revolução social. Tal concepção de educação, enquanto prática pedagógica a serviço das classes populares, embora recente, como reforça Brandão (1985), tem sua manifestação original já presente nas sociedades primitivas onde todos sabiam tudo e entre si, todos se ensinavam e todos aprendiam. A emergência do ser social desencadeia a própria educação popular, tendo se separado da vida social, com a emergência da divisão social do trabalho. Assim, “[...] Enquanto o trabalho produtivo não se dividiu socialmente e um poder comunitário não se separou da vida social, também o saber necessário não teria existido separado da própria vida.” (BRANDÃO, 1985, p. 25).

Nas lições do mesmo autor, a “cidade” criou a escola e pela primeira vez a educação se separa das demais práticas sociais, transitando de um saber comunitário para um saber erudito.

Este é o momento – um longo momento da história – em que a educação popular, como saber da comunidade, torna-se a fração do saber daqueles que, presos ao trabalho, existem à margem do poder. Existem no interior de mundos sociais regidos agora pela desigualdade, e que dedicam uma boa parte do saber que produzem à consagração de sua própria desigualdade (BRADÃO, 1985, p. 30).

Como o Modo de Produção Capitalista é, em sua essência, contraditório, pois tem sua estrutura montada sobre os pilares das relações sociais de produção, “[...] a contemporaneidade é também a época das massas, da manifestação delas como protagonistas da história, trazendo também suas próprias conotações de rebeldia [...]” (CAMBI, 1999, p. 379). Dessa “emergência” das massas enquanto atores políticos na sociedade, a Educação Popular também emerge, não como um mecanismo de controle ou de garantia de um mínimo de conhecimentos às camadas

populares, mas como um importante processo de resistência, capaz de contribuir com a compreensão da realidade e da tarefa histórica da classe trabalhadora²⁵.

Nas palavras de Paulo Freire (2013, p. 38),

A diferença nas posições de resistir à dominação vai transformando a ação do dominador. As pessoas descobrem, dia após dia, que estão resistindo (por exemplo...) às ameaças de desemprego, estão resistindo à rotatividade de pessoas para manter baixos salários etc.; em seguida, não é difícil descobrir uma atitude que aperfeiçoe nos dominados a resistência. Quero dizer, começam a surgir ações coletivas buscando obter algum resultado positivo para todos aqueles que resistem.

Assim, surge a Educação Popular que apresenta como novo horizonte “[...] a possibilidade histórica da construção de uma nova hegemonia no interior da sociedade capitalista dependente [...]” (BRANDÃO apud PALUDO, 2001, p. 103), ao passo que as classes populares se educam com sua prática, no próprio processo coletivo de produção e reprodução da sociedade.

Pela primeira vez surge a proposta de educação que é popular não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada, mas porque o que ela *ensina* vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia (BRANDÃO, 2012, p. 95, grifo do autor).

Essa proposta, que nasce no interior dos movimentos sociais e que ganha força no Brasil no início dos anos sessenta, que mobiliza setores da sociedade e grupos significativos de educadores, tem como alicerces, segundo Paludo (2001), a Educação Libertadora de Paulo Freire, a Teologia da Libertação, o pensamento pedagógico socialista, o processo de organização operária e o desenvolvimento do proletariado industrial na América Latina, as experiências socialistas do Leste Europeu e a concepção de educação construída em países latino-americanos como a Nicarágua, o Chile e Cuba.

Tais alicerces propõem uma educação crítica a serviço da transformação social e da autolibertação do ser humano; reconhecem o importante papel atribuído a educação no processo de renovação social; enfatizam a esfera política da educação; defendem a importante integração

²⁵ Em Marx (2010), o proletariado é compreendido como o sujeito histórico capaz de representar os interesses de toda a humanidade, capaz de realizar, por meio de sua emancipação, a emancipação de toda a humanidade.

da educação com a organização e as lutas populares; e referenciam o trabalho produtivo e a constante relação entre educação e sociedade.

Vinculada à ação organizativa das camadas populares, atendendo seus interesses, com vistas a construção de um novo modelo de sociedade, a partir de uma crítica muito forte do sistema de educação vigente, a educação popular constitui uma nova teoria, não só pedagógica, mas também, das relações, das trocas entre o homem e a sociedade e, de condições de transformação das estruturas opressoras pelo trabalho libertador do homem (BRANDÃO, 2012).

Por definição, a Educação Popular

[...] constitui uma prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares, que busca fortalecê-la enquanto sujeitos coletivos, e assim, contribuir através de sua ação-reflexão ao necessário fortalecimento da sociedade civil e das transformações requeridas, tanto para a construção democrática de nossos países, como para o desenvolvimento econômico com justiça social (CEAAL apud WANDERLEY, 2010, p. 25).

Nas palavras de Brandão (2012, p. 97-98, grifo do autor), representa a negação da negação,

Não é um *método conscientizador*, mas é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções. É a negação de uma educação dirigida *aos setores menos favorecidos da sociedade* ser uma forma compensatória de tornar legítima e reciclada a necessidade política de preservar pessoas, famílias, grupos, comunidades e movimentos populares fora do alcance de uma verdadeira educação.

Essa nova concepção de educação, construída para o povo e pelo povo, para Junior e Torres (2009) deve questionar a estrutura social, que favorece os componentes da classe dominante, e servir aos interesses das classes populares. Afinal, os fundamentos teóricos, metodológicos, políticos, éticos e legais requerem outras bases de sustentação, para, então, colocar no cenário a classe trabalhadora como classe principal.

Pela Educação Popular, a produção e a reprodução de conhecimento devem valorizar o ser humano e, acima de tudo, “[...] dialogar e corresponder aos verdadeiros interesses dos homens e mulheres, os interesses mais gerais da sociedade” (TORRES, 2009, p. 42).

Assim, a educação que, segundo Wanderley (2010, p. 20), “[...] sempre oscilou entre dois polos: dominação e a emancipação” pela Educação Popular passa a se configurar como uma prática pedagógica inteiramente a serviço das camadas populares, como um importante

instrumento conscientizador e revelador, que fortalece as organizações sociais – aproxima-se dos movimentos sociais, valoriza os saberes populares –, utiliza o saber da comunidade e se compromete com a transformação social.

Essa prática pedagógica, conscientizadora e que indica contradições está presente na proposta da UFFS. Ao passo que a Fronteira Sul se projeta como uma Universidade Popular, resgata parte do histórico das universidades populares da Europa dos séculos XIX e XX e das experiências exitosas de Cuba e Peru, aqui na América Latina, e inova ao se configurar como a primeira Universidade Federal do Brasil comprometida oficialmente – em seus documentos, princípios e diretrizes – com a valorização dos saberes populares e a possibilidade de superação da ideologia burguesa.

2.3.3 Universidade Popular: do que se Trata?

Essa instituição milenar, importante mecanismo na produção e reprodução do consenso social, também apresenta um caráter contraditório e cheio de possibilidades. Pelo paradigma da Educação Popular a Universidade, instituição “[...] fechada em si mesma, no seu *mundo acadêmico* de doutores e pesquisadores científicos [...]” (VALE, 2001, p. 83, grifo do autor), comprometida com a qualificação de mão de obra, com as especificidades do mercado e a serviço do capital, começa a produzir novos saberes junto as camadas populares, comprometendo-se, explicitamente, com elas, e a estar a serviço da transformação social, passando a despir “[...] a ciência do capital da sua suposta neutralidade, e provocar os trabalhadores a produzirem e sistematizarem conhecimentos oriundos das suas próprias práticas.” (CARIBÉ, 2015, p. 12).

Para Paludo (2014), em uma sociedade de classes, a Universidade também tem que ter seu lado, repensando seus papéis e suas atividades de forma consequente. Assim, uma Universidade Popular é uma universidade voltada aos interesses das camadas populares e é

Uma universidade que se torna cada vez mais responsável pela intercomunicação entre cultura e as dimensões políticas, sociais, econômicas, epistemológicas e técnicas, tendo como característica primordial a emancipação dos sujeitos a partir do conhecimento e da consciência reflexiva sobre as diferentes culturas e classes sociais, para resistir às imposições da indústria cultural (LOSS; MICHELS; ONÇAY, 2014, p. 59).

As primeiras experiências exitosas de Universidades que se relacionaram diretamente com camadas populares datam do final do século XIX. Como resgata Rossato (2005), tais instituições nasceram da constatação de que um grande grupo – os operários – continuava excluído das universidades.

Segundo Mercier (apud ROSSATO, 2005, p. 91), as universidades populares são “[...] uma espécie de sociedade onde se põe em comum não as mercadorias, mas as ideias para intercambiá-las para o maior benefício de todos [...]”. Tais universidades, que tiveram suas manifestações mais marcantes no início do século XX, principalmente na França e em menor medida em Portugal, dirigiam-se aos operários e ao povo em geral respectivamente.

Pintassilgo (2011, p. 5) enfatiza que essas universidades fazem parte de um “[...] projecto de integração social e cultural e, de modo algum, apesar dos discursos que tomam o Povo como protagonista central, um projecto assente em critérios de classe [...] e “[...] o que se

pretende é congregar os esforços de todos à volta de *um ideal colectivo e nacional*, ainda que conciliável com uma perspectiva humanista.” (PINTASSILGO, 2011, p. 5, grifo do autor).

Para tal entendimento, Rossato (2005, p. 90) corrobora ao afirmar que

Na evolução da universidade, a experiência das universidades populares, ocorrida na França no final do século XIX e início do século XX²⁶, vale mais pelo que elas prefiguraram do que propriamente pela influência na transformação da sociedade e do modelo universitário. As universidades populares foram como que um anúncio das universidades socialistas e da importância da educação dos adultos [...].

Assim, as primeiras iniciativas de universidades populares estavam muito mais ligadas à valorização da cultura popular e ao acesso das classes populares do que a um processo de transformação social.

Já na América Latina, para Pereira (2014, p. 96), “[...] a ideia de Universidade Popular esteve presente na luta e na teoria de autores ligados à vertente socialista [...]”. São expressões significativas de tais instituições a Universidade Popular Gonzalez Prada, fundada em 1920 em Cusco no Peru e a Universidade Popular José Martí, de 1923 em Havana, Cuba. Elas desempenham um papel ideológico muito importante, estando a serviço da construção de uma sociedade mais justa, valorizando a educação dos jovens e adultos, fomentando a economia nacional e produzindo os quadros de que a economia precisa.

Outro marco significativo da América Latina, que não pode ser esquecido, até porque precedeu e influenciou diretamente as experiências populares do Peru e de Cuba, diz respeito à Reforma de Córdoba, na Argentina. Tal reforma, ocorrida no ano de 1918, não possibilitou a emergência de uma Universidade Popular, mas abalou os pilares das instituições tradicionais, democratizando o acesso, renovando os métodos de ensino, defendendo a gratuidade do ensino superior e a autonomia universitária.

Se as Universidades Populares que emergiram na Europa e na América Latina do século XX não se comprometiam diretamente com a transformação social, estando mais preocupadas com a possibilidade de acesso, com a formação das classes trabalhadoras e com a relação direta entre sociedade e universidade, a compreensão de Universidade Popular hoje presente se aproxima das classes populares, tem compromisso com elas e pauta seus interesses.

²⁶ Ricardo Rossato (2005) salienta que entre os anos de 1899 e 1914 foram criadas na França 222 universidades populares, destacando que as lideranças do movimento operário da época tinham ligação orgânica com a proposta.

Além da possibilidade de ingresso das camadas populares e muito além das instituições reguladoras e reprodutoras da ordem instituída, essa concepção de Universidade entende a educação como uma prática emancipatória, cujo maior compromisso está voltado aos segmentos populares e assumem funções estratégicas importantes. Nas palavras de Júnior e Torres (2009, p. 42), “[...] enquanto possibilidade de alianças para se reforçar a luta política dos oprimidos. Nessa perspectiva, as universidades devem cumprir seu papel social e político, aproximando-se dos movimentos sociais e das causas dos desfavorecidos [...]”, contribuindo para “[...] desvelar a ideologia opressora, historicamente disseminada nesses espaços [...]”.

Desse modo, a Universidade Popular valoriza o saber e a cultura popular, utiliza esse mesmo saber e essa mesma cultura em prol da emancipação humana²⁷ e tem por objetivo “[...] incluir em seus espaços todos que nela queiram entrar, mas para produzir conhecimento para estes que nela entraram, e não para aqueles que de fora a controlam [...]” (CARIBÉ, 2015, p. 11), garantindo o acesso e a permanência sobretudo das camadas populares.

Ademais, é dever dessa instituição estar a serviço, “[...] dos trabalhadores que nela não estudam também, porque ela deve ser a expressão dos setores mais oprimidos da sociedade, e não do segmento mais privilegiado dela.” (CARIBÉ, 2015, p. 11).

A Universidade Popular, a serviço da revolução social e das demandas imediatas das classes populares, tem o papel explícito de “[...] elevar o patamar da humanização.” (ONÇAY et al., 2014, p. 33). Para tanto, essa Universidade precisa elevar o patamar cultural da comunidade onde está inserida; precisa, pela pesquisa, apontar cientificamente novas perspectivas; e, ainda, em sua metodologia, tem que articular corretamente objetivos, métodos e procedimentos, possibilitando a apropriação crítica do conhecimento e do movimento do real pelas camadas populares, bem como a intervenção social (ONÇAY et al., 2014, p. 33).

Nesse sentido, “[...] uma universidade do e para o povo, significa aproximar-se das classes populares, do compromisso de classe, ou, ainda, uma tomada de decisão política que pressupõe estar a serviço dos interesses populares, e não de uma única classe social elitizada [...]” (LOSS, MICHELS, ONÇAY, 2014, p. 61). Uma Universidade Popular faz ensino, pesquisa e extensão de modo a diminuir a distância entre ela e as camadas populares, desenvolvendo-se em bases epistemológicas, pedagógicas e humanizadoras que, como reforçam os autores (2014), apropriam a reflexão de Paulo Freire a partir da: a) ação educativa

²⁷ Em Marx, como leciona Tonet (2006, p.107), representa “[...] o grau máximo de liberdade possível para o homem”. Em tal condição, o homem se encontra livre de toda e qualquer forma de alienação. Marx, tanto em *A Sagrada Família* quanto em *Grundrisse* reconhece que a Emancipação Humana representa a superação do modo de produção capitalista.

precedida de uma intensa reflexão sobre o homem e sobre a sociedade; b) a capacidade que o homem apresenta de refletir e intervir na realidade; c) o importante papel da educação na construção do homem enquanto sujeito; d) a educação comprometida, em conteúdo, programas e métodos, com a transformação do homem em sujeito; e e) superação da lógica capitalista de produzir e difundir o conhecimento.

A concepção de Universidade Popular, ora presente, define-se pela proximidade com as camadas populares e com seus movimentos organizativos, pelo compromisso explícito com as demandas populares e pelo envolvimento político a serviço dos interesses dessas camadas e, sobretudo, da transformação social. Tal instituição se compromete com o desenvolvimento do território onde está inserida, valoriza os saberes da população e remete seu ensino, sua pesquisa e sua extensão às demandas que se apresentam.

3 O CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL E A PROPOSTA INSTITUCIONAL DA UFFS – A INVESTIGAÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul – por seu histórico de criação, que envolveu segmentos e movimentos populares e por sua proposta inovadora, que em seus documentos institucionais se compromete com a superação da matriz produtiva e com a valorização do saber popular – configura-se como uma IFES ímpar, que diverge em inúmeros pontos das demais Universidades Federais. Com a criação em Laranjeiras do Sul de um *Campus* da UFFS as divergências se acentuaram ainda mais. As lideranças políticas locais e os Movimentos Sociais presentes no município tiveram um papel fundamental na criação da Universidade, o *Campus* Laranjeiras do Sul está situado dentro de um espaço inicialmente destinado à reforma agrária, apresenta uma ligação muito estreita com os movimentos sociais, principalmente com o MST, volta seus cursos para as Ciências Agrárias e para a formação de professores (Licenciaturas), além de se comprometer com o desenvolvimento e com o atendimento de uma demanda regional, histórica, pelo ensino superior público.

3.1 Laranjeiras do Sul e a Microrregião da Cantuquiriguaçu

Laranjeiras do Sul, desde 2009, possui um dos seis *Campi* da UFFS. Embora não figure entre os municípios que geograficamente compõem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, pelo papel e pela importância decisivos na conquista e implantação da UFFS, principalmente com relação à construção da proposta e do perfil da instituição, foi contemplada com um dos *Campi* definitivos da nova Universidade Federal.

Laranjeiras do Sul é um município do Médio Centro-Oeste do Paraná que, ao lado de outros 20 municípios, compõe a Microrregião da Cantuquiriguaçu – CANTU, localizada entre os vales dos rios Cantú, Piquiri e Iguaçu. A Microrregião apresenta sérios problemas de infraestrutura, pavimentação, saneamento básico, favelas e loteamentos irregulares na zona urbana de alguns de seus municípios, além de baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH²⁸ (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS [DA] CANTUQUIRIGUAÇU, 2003).

²⁸ No Ranking do IDH – Médio do Estado do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu (0,629) e Laranjal (0,585) figuram, em uma lista de 399 municípios, entre os 15 piores do Estado, acompanhados de perto pelos municípios de Candói (0,635), Cantagalo (0,635) e Espigão Alto do Iguaçu (0,636). Virmond é município da CANTU mais bem posicionado neste ranking, ocupando a 115ª colocação (0,722) (ATLAS BRASIL, 2013).

Enquanto que o Estado do Paraná, de modo geral, apresenta sua economia em grande parte impulsionada pelo Setor de Comércio e Serviços (69,82%), seguido pelo da Indústria (20,96%) e timidamente pelo Setor da Agropecuária (9,22%), o perfil econômico da Microrregião é basicamente composto pela indústria, pela produção primária e pelo setor de serviços (IPARDES, 2012).

Segundo o Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da CANTU (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS [DA] CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 26), “[...] as indústrias predominantes na região estão ligadas à agropecuária, com predominância do setor madeireiro ou em atividades relacionadas – móveis, laminados, etc.”. Nesse sentido, a indústria responde por 50% da riqueza gerada pela região, a produção primária por 40% e os serviços pelos 10% restantes, evidenciando seu potencial agroindustrial.

A população que habita a microrregião é extremamente diversa. Embora exista uma semelhança numérica entre as populações urbana e rural – e isto é outro diferencial da Microrregião em função do Estado, pois no Paraná mais de 85% da população reside em áreas urbanas – estão presentes no território da CANTU 11 (onze) aldeias de povos indígenas (das etnias Guarani e Kaingang), 03 (três) comunidades quilombolas, mais de 40 (quarenta) assentamentos da reforma agrária, alguns acampamentos do MST, além de imigrantes, negros, caboclos e camponeses. Essa diversidade obstaculiza uma integração mais dinâmica entre a população, traz à tona processos de exclusão e discriminação, bem como apresenta demandas específicas, crenças e vivências de cada grupo populacional, dificultando a mobilização, a organização e o sentido de pertencimento social.

No que se refere à educação, a Microrregião da CANTU apresenta índices de analfabetismo e abandono, seja no nível Primário seja no Médio, superior aos índices do restante do Estado. Encontra, assim, no que se refere ao Ensino Superior “[...] um vazio universitário, estando a mais de 100 KM dos centros universitários mais próximos (Guarapuava, Cascavel e Pato Branco).” (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS [DA] CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 64).

A realidade do município de Laranjeiras do Sul – elencado entre os municípios da CANTU para receber o *Campus* da UFFS –, em grande medida, não difere da realidade da Microrregião. Laranjeiras do Sul é um município com 69 (sessenta e nove) anos, emancipado em novembro de 1946, que apresenta uma população de 30.783 (trinta mil, setecentos e oitenta e três) habitantes, uma área territorial de 671.121 Km² (seiscentos e setenta e um mil, cento e vinte e um quilômetros quadrados) e uma renda per capita anual de R\$ 6.804,00 (seis mil,

oitocentos e quatro reais) (LARANJEIRAS DO SUL, 2015a). Contudo, em alguns pontos, Laranjeiras do Sul destoa da grande maioria dos municípios que, assim como ele, compõem a Microrregião da CANTU.

Nesse sentido, dois pontos são significativos. O primeiro deles diz respeito à economia. Laranjeiras do Sul apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$ 305.000.000 (trezentos e cinco milhões de reais), tendo no Setor de Serviços sua principal representatividade, respondendo por mais de 64,5% desse valor (LARANJEIRAS DO SUL, 2015b).

O outro ponto se refere ao grau de urbanização do município. Enquanto a Microrregião apresenta, como referenciado anteriormente, uma semelhança numérica entre as populações urbana e rural, com leve predominância da rural, Laranjeiras do Sul apresenta uma população urbana superior a 81% (ATLAS BRASIL, 2015).

Esses dois pontos, a economia e a predominância da população urbana, ao passo que afastam Laranjeiras do Sul da realidade dos demais municípios que integram a CANTU, também aproximam o município da realidade do Estado, pois o Paraná, assim como Laranjeiras do Sul, tem sua economia baseada no comércio e nos serviços e sua população basicamente urbana.

O IDH de Laranjeiras do Sul é de 0,706, a taxa de analfabetismo de 8,5%, mais de 89% das crianças com idades entre 5 e 6 anos estão na escola, 36,69% dos jovens com idades entre 18 e 20 anos possuem o Ensino Médio completo e 68,8% da população economicamente ativa do município está ocupada (ATLAS BRASIL, 2015).

Embora Laranjeiras do Sul se diferencie da CANTU em alguns aspectos e se assemelhe em tantos outros, no âmbito do Ensino Superior e da presença de Instituições Públicas de Ensino Superior, o histórico se reproduz.

Laranjeiras do Sul, nos seus quase 70 anos – e a Cantuquiriguaçu como um todo – ficou durante muito tempo desassistida de instituições de ensino superior. Conforme é possível perceber no Projeto para Criação e Implantação do *Campus* Universitário de Laranjeiras do Sul da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO (COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE LARANJEIRAS DO SUL, 2010), havia no município, desde o ano de 1990, o manifesto desejo de instalação de cursos de nível superior

Somente em 1999, ano em que se iniciaram os trabalhos do *Campus* Avançado da UNICENTRO em Laranjeiras do Sul, a população do município e da região passou a ter acesso ao Ensino Superior dentro de seu quintal. Até aquele momento, a população precisava se

deslocar para Guarapuava, Pato Branco, Cascavel ou, ainda, para a Capital do Estado para acessar esse grau de instrução.

Atualmente, Laranjeiras do Sul conta com um *Campus* Avançado da UNICENTRO, que oferece o curso de Pedagogia e disponibiliza anualmente 40 (quarenta) vagas para novos ingressantes e com um polo de apoio presencial do sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) que oferta os cursos de Ciências Biológicas (com trinta e duas vagas) e Administração Pública (com quarenta e oito vagas anuais).

Além do Polo da UAB e do *Campus* Avançado da UNICENTRO, desde 2006 Laranjeiras do Sul conta com uma Instituição Privada de Ensino Superior, a Faculdade do Centro-Oeste Paraná (FACEOPAR), que oferece os cursos de graduação em Administração, Gestão Ambiental, Serviço Social e Ciências Contábeis.

Agora, com a missão de garantir o acesso à educação superior como importante fator para o desenvolvimento da Microrregião da Cantuquiriguaçu, foi criado, em 2009, e implantado, em 2010, o *Campus* Definitivo da UFFS de Laranjeiras do Sul.

Importa salientar que a contradição mais uma vez é presente no processo de criação da UFFS. Embora a proposta institucional conceba a educação como um instrumento no processo de transformação social e de superação da matriz produtiva vigente, as metas institucionais da própria Universidade, bem como o Plano Diretor da Microrregião da CANTU apontam a UFFS como eixo estratégico de desenvolvimento regional integrado e o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, para a qualificação profissional e para o compromisso de inclusão social, destoando, assim, missão e proposta e compreendendo a educação não mais como um momento de criação, mas como uma mera mercadoria.

3.2 O Campus Laranjeiras do Sul

Com a promulgação da Lei 12.029 de setembro de 2009, fica criada a UFFS e se estabelece Laranjeiras do Sul como um dos seus *Campi* definitivos. A partir desse momento, o trabalho se desenvolveu sobretudo em duas frentes. De um lado, a união de esforços das lideranças políticas locais e dos movimentos sociais para a compra e doação de um terreno para a construção do *Campus* e, de outro, a mobilização legal para implantar e pôr em funcionamento a nova Universidade.

A construção do *Campus* definitivo da UFFS em Laranjeiras do Sul demandou um espaço físico de quase 1 (um) milhão de metros quadrados. A busca por um terreno que atendesse a essa exigência mobilizou e aproximou lideranças políticas de diferentes partidos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cedeu um espaço de 422 (quatrocentos e vinte e dois) mil metros quadrados, de uma área de reforma agrária, no meio do assentamento 08 de junho. O restante do terreno, uma área de 503 (quinhentos e três) mil metros quadrados, foi comprado e posteriormente doado à UFFS pelas prefeituras municipais de Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro e Laranjeiras do Sul, na época chefiadas no executivo pelos respectivos prefeitos: Sézar Bovino (PDT), Eugênio Bittencourt (PT), João Costa (PT) e Berto Silva (PMDB), que juntos desembolsaram dos cofres públicos R\$ 1.145.000,00 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil reais).

Paralelo a esse processo de aquisição do terreno, foram lançados os editais UFFS 01/2009 e UFSC-UFFS 01/2009 que dispunham dos processos de seleção para contratação dos primeiros servidores técnico-administrativos em educação e dos primeiros docentes da instituição e o edital UFFS 02/2009 que dispunha do processo seletivo dos primeiros discentes da nova universidade.

Já no primeiro semestre do ano de 2010, o *Campus* de Laranjeiras do Sul da UFFS contava em seu quadro de servidores com 32 (trinta e dois) técnico-administrativos e 24 (vinte e quatro) docentes²⁹, bem como, com 275 (duzentos e setenta e cinco) discentes que acabavam de ingressar na instituição, formando às primeiras turmas dos cinco cursos de graduação ofertados até então (UFFS, 2015f).

Nos primeiros anos, as atividades da Universidade aconteceram em espaços cedidos. As salas de aulas, os laboratórios, a biblioteca e parte da infraestrutura funcionaram no prédio cedido pela UNICENTRO e as salas dos professores e os setores administrativos na Escola Municipal Francisco Freitas, cedido pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul.

Com a inauguração do Bloco A, no início do ano de 2013, parte das atividades começaram a ser desenvolvidas no *Campus* Definitivo, salas de aula, biblioteca, cantina e todo o setor administrativo passaram a funcionar no KM 405 da BR 158. No início de 2015, os laboratórios e as áreas experimentais também se mudaram para o *Campus* Definitivo, deixando a UFFS de Laranjeiras do Sul de utilizar espaços cedidos.

²⁹ Informações obtidas junto ao Setor de Gestão de pessoas da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul, março de 2015.

No total, o projeto do *Campus* Definitivo prevê 21.188,54 metros quadrados de área construída, com mais 15.000,00 metros quadrados de áreas descobertas de infraestrutura e urbanização – comportando áreas de convivência, salas dos professores, restaurante universitário, entre outros espaços.

Com relação ao quadro de servidores, o *Campus* Laranjeiras em pouco mais de cinco anos, recebeu um incremento significativo em seus quadros. Atualmente, conta com 185 (cento e oitenta e cinco) servidores, dos quais 81 (oitenta e um) são docentes, 64 (sessenta e quatro) são técnicos-administrativos e 40 (quarenta) são servidores terceirizados (motoristas, zeladores, vigias e copeiras).

Ainda como resultado do Movimento Pró-Universidade e dos atores presentes no momento de criação da UFFS³⁰, Laranjeiras do Sul priorizou e recebeu cursos de graduação nas áreas das Ciências Agrônômicas, da Administração e da Formação de Professores, voltando-se às demandas de toda a Microrregião da CANTU.

Hoje, o *Campus* conta com a oferta de seis cursos de graduação, nominados anteriormente, um curso de especialização *lato sensu* e um programa de especialização *stricto sensu* em nível de mestrado.

O programa de mestrado é em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, está em sua segunda turma e apresenta, ao todo, 40 (quarenta) alunos regulares matriculados. Já a especialização *lato sensu* é em Produção de Leite Agroecológico, está na primeira turma e possui 50 (cinquenta) alunos matriculados.

Com relação aos cursos de graduação, nesses seis primeiros anos o *Campus* recebeu quase dois mil alunos, formou suas primeiras turmas em 2014 e, atualmente, apresenta 905 (novecentos e cinco) alunos devidamente matriculados e frequentando a Universidade (UFFS, 2015f).

O quadro a seguir demonstra, detalhadamente, o número de vagas ofertadas e o número de ingressantes dos seis primeiros processos seletivos que ocorreram no *Campus*.

³⁰ Principalmente os atores listados na nota de rodapé nº 12, na página 29.

QUADRO 7 – Vagas Ofertadas / Vagas Preenchidas

Ano	Vagas Ofertadas	Vagas Preenchidas
2010	260	275
2011	267	290
2012	282	334
2013	320	384
2014	320	340
2015	320	311
Total	1769	1934

Fonte: UFFS, 2015f

Os dados apresentados deixam transparecer que, principalmente nos dois últimos processos seletivos, o número de ingressantes tem reduzido. Essa redução aliada ao alto índice de evasão (detalhada no quadro a seguir) é preocupação permanente da comunidade universitária e tem questionado a própria proposta institucional, principalmente ao passo que a UFFS deixa de ser uma instituição *pró-tempore* e passa a integrar a Matriz Andifes de orçamento de custeio e capital³¹.

QUADRO 8 – Situação dos Alunos por Curso

Curso	Ingressantes	Ativos		Formados		Evadidos*	
ALIMENTOS	291	111	38,15%	-	0,00%	180	61,85%
AGRONOMIA	397	226	56,93%	13	3,27%	158	39,80%
AQUICULTURA	274	94	34,31%	05	1,82%	175	63,87%
IEDOC	405	156	38,23%	01	0,25%	248	61,23%
IEDOC – A	152	111	73,03%	-	0,00%	41	26,97%
ECONOMIA	415	207	49,88%	17	4,10%	191	46,02%
Total	1934	905		36		993	

³¹ Por meio do decreto presidencial 7.233/2010, estabeleceu-se os critérios técnicos e as diretrizes básicas para o rateio dos recursos orçamentários entre as IFES e a institucionalização desses critérios, com base em índices de produtividade e qualidade é conhecido como Matriz Andifes. A produtividade impera no cálculo da Matriz, 80% dos recursos transferidos para as IFES são decorrentes da relação aluno ingressante/aluno concluinte – aluno equivalente. Enquanto a UFFS não possuía alunos concluintes, encontrava-se no período denominado “*pró-tempore*” e recebia sua verba orçamentaria baseada em critérios que levavam em conta às dificuldades de implantação e estruturação. (BRASIL, 2010).

* Estão sendo considerados aqui todos os alunos que desistiram ou trancaram seus cursos, que foram eliminados ou tiveram suas matrículas canceladas.

Fonte: UFFS, 2015f.

Dentre os 06 (seis) cursos de graduação do *Campus*, os cursos de Licenciatura Interdisciplinar de Educação no Campo, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Aquicultura são os que apresentam maiores índices de alunos evadidos. Assim, a diminuição do número de alunos ingressantes, bem como os elevados índices de evasão são condicionantes da proposta institucional, uma vez que reduzem significativamente a parcela de recursos destinados à Universidade.

Este é o *Campus* Laranjeiras do Sul, localizado na Microrregião da CANTU; um *Campus* muito próximo aos movimentos sociais – não só por fisicamente estar inserido dentro de uma área de reforma agrária, mas pelo perfil dos cursos ofertados; um *Campus* em expansão, que nos próximos anos deverá receber 10 (dez) novos cursos, aumentando significativamente o número de alunos; um *Campus* em estruturação, que está concluindo as obras de infraestrutura (pavimentação, urbanização, acesso, etc.), do restaurante universitário e do centro vocacional; um dos *Campi* que apresenta os maiores índices de evasão da UFFS; e *locus* de realização da pesquisa de campo, que, nesse movimento de continuidade e descontinuidade, está construindo sua história.

3.3 A Investigação de Campo

Para perquirir o objetivo traçado e a problemática que envolve nossas indagações, tratamos de forma científica todos os passos que demarcaram os procedimentos metodológicos, compreendendo teoricamente os dois movimentos que são parte constitutiva do materialismo histórico e dialético: o processo de investigação e o processo de análise e interpretação.

A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 26 de março e 09 de abril de 2015. Os participantes foram entrevistados na sala de atendimento do Setor de Assuntos Estudantis (SAE) do *Campus* Laranjeiras do Sul da UFFS. Todas as entrevistas foram filmadas e seus áudios transcritos. Na busca de atender aos objetivos desta pesquisa, os entrevistados expuseram suas compreensões acerca das principais categorias conceituais que compõem a proposta institucional, manifestaram seus entendimentos a respeito da proposta propriamente dita, bem como sinalizaram suas opiniões com relação aos limites institucionais presentes na efetivação da proposta e as possibilidades que se apresentam.

O instrumental de coleta de dados foi composto por duas partes. A primeira traçou o perfil dos entrevistados, identificando, principalmente, a formação acadêmica, os cursos de pós-graduação realizados e a trajetória profissional. A segunda parte, que consistia no roteiro das entrevistas, foi composta de 08 (oito) questões abertas, com alguns desdobramentos, divididas em 04 (quatro) eixos. As compreensões que os participantes apresentam acerca das categorias “público”, “popular” e da “educação popular” nortearam as entrevistas e compuseram o primeiro eixo.

O segundo eixo buscou identificar como, na visão dos entrevistados, tem sido pensada e desenvolvida a proposta da UFFS enquanto Universidade Pública e Popular, o que torna a UFFS pública e popular, se a proposta tem se concretizado e quais os facilitadores e os limites que estão se apresentando à proposta.

No terceiro eixo, comparou-se a Universidade com as demais IFES, identificando os traços comuns existentes, assim como pontuando tudo que, na visão dos entrevistados, torna a Fronteira Sul diferente. O último eixo tratou do compromisso da Universidade com a comunidade e os segmentos populares. Tal eixo buscou verificar se existe de fato um compromisso da UFFS com a comunidade; se ele é aparente e assumido por todos; além de identificar como a instituição acolhe e devolve as demandas populares, em que o compromisso se faz presente; e se a Universidade valoriza e busca manter esse compromisso. Esse instrumental de coleta de dados foi aplicado junto a Direção de *Campus* e a Coordenação de todos os cursos de graduação da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul.

3.3.1 Identificação dos Participantes da Pesquisa

Foram elencados como sujeitos da pesquisa o Diretor de *Campus*, o Coordenador Administrativo e a Coordenadora Acadêmica, que juntos, segundo o Regimento Geral da Universidade, exercem a direção do *Campus* Laranjeiras do Sul.

O Artigo 20 do Regimento Geral versa que, “[...] a Direção de *Campus* é integrada por um diretor de *campus*, assessorado pelo coordenador acadêmico e pelo coordenador administrativo.” (UFFS, 2014c). Além deles, também participaram como sujeitos, os Coordenadores dos cursos de graduação do *Campus*.

A escolha por estes sujeitos se deu pelo necessário vínculo que as funções desempenhadas por eles apresentam com a proposta institucional. Cabe a cada Coordenador de Curso, segundo o Regulamento de Graduação, promover a coordenação didática, pedagógica e

organizacional do curso (UFFS, 2014a), sendo atribuições específicas “[...] elaborar e submeter anualmente à aprovação do Colegiado de Curso o Plano Geral do curso, em afinidade com as políticas institucionais, respeitando o calendário acadêmico [...]” e “[...] fomentar, junto ao colegiado de curso, atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de pós-graduação que potencializem a formação dos acadêmicos, em sintonia com as políticas institucionais [...]” (UFFS, 2014a, p. 9). O Regulamento de Graduação evidencia, assim, a responsabilidade que cada Coordenador de Curso apresenta, sendo sua atribuição, ainda, sintonizar as ações e as atividades desenvolvidas com a proposta institucional.

A escolha do Diretor de *Campus* e dos Coordenadores Administrativo e Acadêmico, deu-se, também, pela estreita ligação que suas funções e suas atividades apresentam com a garantia e efetivação da proposta institucional. Pelo Estatuto da Universidade, compete ao Diretor, “[...] representar e superintender as atividades, atos e serviços dos órgãos administrativos e acadêmicos do *campus*, em consonância com as orientações fixadas pela Reitoria, pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de *Campus* [...]” além de “[...] promover a compatibilização das atividades acadêmicas e administrativas do *Campus* e destas com as dos outros órgãos da Universidade [...]” (UFFS, 2012a, p. 15).

Cumpra as respectivas Coordenações, “[...] auxiliar o diretor do *Campus* no exercício de suas funções acadêmicas, especialmente no que concerne ao planejamento, à supervisão e execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, junto às Unidades Acadêmicas e coordenações dos cursos [...]” e “[...] auxiliar o diretor do *Campus* no exercício de suas funções administrativas, especialmente no que concerne à realização e ao acompanhamento das atividades de finanças, contabilidade, patrimônio, infraestrutura, prestação de contas e gestão de pessoas” (UFFS, 2014c, p. 9).

Sendo assim, como, atualmente, o *Campus* Laranjeiras do Sul apresenta 06 (seis) cursos de Graduação e como a Direção de *Campus* é exercida por 03 (três) pessoas, 09 (nove) foram os sujeitos que participaram da pesquisa.

Dos nove entrevistados, 05 (cinco) são do sexo masculino e 04 (quatro) do sexo feminino. Eles apresentam idades que variam de 32 (trinta e dois) a 49 (quarenta e nove) anos e no que se refere à especialização, todos apresentam pós-graduação *stricto sensu* mínima em nível de mestrado, sendo que 06 (seis) são doutores e 01 (um) possui pós-doutorado.

Com exceção de um único entrevistado, os demais passaram por instituições públicas de ensino superior em algum momento da formação profissional. Entre os 8 (oito) entrevistados que possuem mestrado, 6 (seis) realizaram seus cursos em instituições públicas e entre os 6

(seis) que possuem doutorado, 5 (cinco) obtiveram seus títulos junto a universidades estaduais ou federais. O quadro a seguir apresenta as instituições de ensino responsáveis pela formação dos entrevistados.

QUADRO 9 – Perfil dos Entrevistados – Instituições de Graduação e Pós-Graduação

Coordenação/Direção	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado
Acadêmica	UNIJUÍ	UNIJUÍ	UFSC	-
Administrativa	UNICENTRO e UFPR	UNIOESTE	-	-
Agronomia	UnB	UFSC	-	-
Alimentos	UFSC	UNICAMP	UNICAMP	-
Aquicultura	UNAP	UFSM	UFSM	-
Ciências Econômicas	UNIJUÍ	UNIJUÍ	UNISC	-
Diretor	UFSM	-	UFPR	-
Iedoc	UEM	USP	UFSCAR	UFU
Iedoc – A	UEPG	UNESP	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A constatação de que a maioria dos entrevistados apresenta passagens por instituições públicas de ensino superior é significativa. Embora ocupando locais diferentes nessas instituições, como discentes de graduação ou de programas de Pós-Graduação, a experiência em universidades públicas tradicionais possibilita a comparação da UFFS – e de sua proposta institucional – com as demais universidades federais, fazendo emergir, no terceiro eixo, as similitudes e as principais diferenças que se fazem presentes entre elas.

Quanto à trajetória profissional, todos os entrevistados são ou foram docentes do Ensino Superior. Inclusive o coordenador administrativo, que é um servidor técnico-administrativo em educação, também apresenta larga experiência na docência superior. Além de docentes, 5 (cinco) dos entrevistados declararam experiência também na área de gestão, desempenhando funções de coordenação de curso, coordenação de programa de mestrado, coordenação de pesquisa, coordenação técnica e coordenação político-pedagógica.

Com relação à permanência dos entrevistados no exercício da atual função (direção/coordenações), percebe-se que o tempo médio é superior a 23 (vinte e três) meses, contudo, a variação é expressiva. Por exemplo, o Diretor do *Campus* está no cargo há mais de 60 (sessenta) meses, enquanto que o Coordenador do Curso de Engenharia de Alimentos está

exercendo a função há pouco mais de 1 (um) mês. Os coordenadores acadêmico e administrativo, bem como dos cursos de Agronomia e Engenharia de aquicultura estão há mais de 24 (vinte e quatro) meses no cargo, já os coordenadores dos cursos Interdisciplinares de Educação no Campo e de Ciências Econômicas estão há pouco mais de 1 (um) ano na função.

Com o perfil traçado, segue a exposição e a análise dos dados coletados nas entrevistas. Para preservar a identidade e garantir o sigilo, todos os participantes serão tratados como “entrevistados - E” e distinguidos pela ordem em que as entrevistas ocorreram.

3.3.2 Apresentação e Análise dos Dados Observados

Com a finalidade de verificar a viabilidade da proposta institucional – ser pública e popular – bem como evidenciar seus limites e suas possibilidades, no primeiro eixo, como salientado anteriormente, buscou-se identificar que compreensão os sujeitos apresentam acerca da proposta institucional e das categorias que a fundam.

O entendimento que os participantes apresentam a respeito da categoria “público”, foi o primeiro ponto abordado. Com relação à aproximação teórica sobre o que é público, constatase que os sujeitos entrevistados manifestam em suas respostas uma gama bem variada de fenômenos, de sujeitos e de sentidos.

Como a sociedade capitalista nasce no berço da modernidade, suas entranhas colocam rupturas e continuidades. Nesse universo nos deparamos com o que Marx, pautado em Hegel, vai denominar de sociedade civil. Para Marx (1998) a sociedade civil é a esfera da produção, espaço onde nasce, desenvolve-se e se modifica o universo das relações econômicas e é sobre esse concreto que as ideias, as instituições e o Estado são criados. Assim, verifica-se que a estrutura – relações econômicas – é o campo das relações privadas e que, de forma ideologizada, cria-se o Estado para representar o bem comum, por tanto, a esfera pública.

Nesse sentido, a “[...] multiplicidade de significados concorrentes [...]” anunciada por Habermas (2003, p. 13) é facilmente percebida nas respostas coletadas junto aos entrevistados. Respeitando a polissemia, o conjunto de respostas apresentadas pode ser sintetizado em três principais definições. A primeira e mais presente, refere-se à concepção de que “público” é o serviço, o bem, a instituição, etc. em que todo o conjunto da população contribui para a sua manutenção.

Tal definição é presente nas falas dos entrevistados E1, E2, E3 e E8 ao reforçarem que pública é a instituição que não “[...] cobra qualquer outra contraprestação do usuário, a não ser,

os impostos que toda a sociedade contribui [...]”³² (E1) e que “[...] todo contribuinte participa de alguma forma [...]” (E2).

A segunda definição, correlata à primeira, remete o sentido de “público” diretamente à existência do Estado, atribuindo a esse ente a responsabilidade pelo provimento do bem público, dos serviços e das instituições, referendando, assim, uma das definições apresentadas por Habermas (2003, p. 14), de que “[...] o Estado é o poder público. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem como a todos os cidadãos [...]”. Esse sentido é atribuído ao “público” nas respostas apresentadas pelos entrevistados E5 e E7. Para estes, “[...] o público representa este compromisso com os próprios direcionamentos que o estado está dando [...]” (E5) e é “[...] um dever do estado para as populações [...]” (E7).

A última delas, em um mundo em que a propriedade privada impera, onde portões e muros limitam a passagem e o ingresso, a garantia do livre acesso configura o “público”. O que é “[...] acessível a qualquer um [...]” (HABERMAS, 2003, p. 14), o que “[...] pode ser visto e ouvido por todos [...]” (ARENDDT, 2010, p. 59) é uma importante e significativa definição. Por intermédio dela, a compreensão de que serviços, espaços e instituições públicas não devem apresentar limites e dificultar o acesso, deve estar sempre presente.

A liberdade e a possibilidade de acesso foram lembradas como sinônimos de público pelos entrevistados E3, E4 e E9. Para E3, instituição pública por exemplo, é “[...] uma instituição que todos devem ter acesso [...]” e, segundo E9, o serviço público é “[...]aquele onde a população tem acesso de forma gratuita [...]”.

Contudo, quando o “público” se refere à universidade, a repreensão de Marilena Chauí faz todo o sentido e é necessário estar presente. Chauí (2001) chama a atenção para a importante distinção entre “espaço público” e “coisa pública”. Espaço público está associado à concepção habermasiana de lugar da opinião livre, predominante na definição de universidade, e coisa pública supõe necessariamente uma análise de classes. Nas palavras de Chauí (2001, p. 67),

A universidade, se fosse entendida como coisa pública, nos forçaria a compreender que a divisão social do trabalho não exclui uma parte da sociedade apenas do espaço público, mas sim do direito à produção de um saber e da cultura dita letrada. Como coisa pública, a universidade não torna os produtos mais rigorosos da cultura letrada imediatamente acessíveis aos não iniciados – isto seria reproduzir o ideal da gratificação instantânea do consumidor, própria da televisão – mas torna clara a diferença entre o direito de ter acesso à produção dessa cultura, e a ideologia que, em nome das dificuldades teóricas e das exigências de iniciação, faz dela uma questão de talento e de aptidão, isto é, um privilégio de classe.

³² Todas as citações diretas identificadas com ‘E’ seguido de um número pertencem as entrevistas.

Assim, compreender o “público” em uma sociedade de classes pressupõe entender que o direito posto e instituído da possibilidade de acesso aos bancos universitários, na frieza da lei, não garante e não dá condições efetivas e plenas de acesso à maioria da população.

A partir dessa compreensão de que é o espaço público e de que é coisa pública, pôs-se, no cenário dos entrevistados, o entendimento do que é popular e do que é educação popular.

No que diz respeito à compreensão de tais temas (popular e educação popular), também imprescindíveis para a efetivação da proposta da UFFS, os sujeitos entrevistados demonstraram em suas respostas desde afirmações de cunho opinativos, até formulações teóricas e metodológicas sólidas.

Em relação ao “popular”, além da polissemia verificada no público, uma pequena confusão e, até mesmo, uma certa indefinição do conceito estão presentes. Como o popular apresenta vários ângulos analíticos (WANDERLEY, 2010), estão presentes nas falas dos entrevistados compreensões que referenciam o popular como a população em geral; que igualam o popular ao pobre; e que apresentam em seus fundamentos uma perspectiva de classe social, vinculando o popular à classe trabalhadora, como agentes revolucionários (MARX, 2010).

A concepção de “popular” enquanto termo relativo ao povo, à população, pertencente a um território ou nação, aparece nas respostas dos entrevistados E3, E5 e E8, ressaltando, inclusive, como expressa E3, que popular “[...] não tem a ver com questão financeira [...]”, retirando do conceito, qualquer perspectiva de classe social.

Outra concepção, que difere da primeira, mas que também não apresenta nenhuma perspectiva de classe, aparece nas entrevistas E2 e E6. Para tais entrevistados, o “popular” faz referência à população carente e menos favorecida.

Um dos entrevistados ainda (E9), diz não ter clareza sobre o termo. Diz que muitas vezes público e popular “[...] parecem serem sinônimos [...]”, que embora “[...] uma coisa em certo grau abarca a outra [...]”, ele não percebe os termos enquanto sinônimos, mas também não tem clareza suficiente para trabalhar com o conceito.

Apenas na concepção de dois dos nove entrevistados, o “popular” aparece vinculado a uma perspectiva de classe social. Na fala do entrevistado E4 essa perspectiva é evidenciada quando o entrevistado caracterizar o popular “[...] como àquelas pessoas menos favorecidas e que organizam-se politicamente [...]”. Já nas palavras do entrevistado E7, tal perspectiva é explicitamente trabalhada. Para ele, o popular “[...] está engajado, vamos dizer assim, em um

projeto de sociedade que a gente, enquanto algumas forças de esquerda, vêm tentando construir, que é justamente, ademais de possibilitar o público, mas que está envolvido num projeto de construção de um novo tipo de sociedade [...]” (E7).

A ausência dessa perspectiva de classe, na definição do popular presente na fala da maioria dos entrevistados, é um ponto nodal na proposta institucional. A percepção do que o popular representa e da perspectiva revolucionária a qual está vinculado é de suma importância para efetivação da proposta institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Conforme enfatiza Trevisol (2014, p. 14), “[...] apesar de ser uma categoria sociológica, política e pedagógica antiga, polissêmica e difusa, a expressão *popular* passou a traduzir o conjunto das expectativas, concepções e diretrizes estruturantes da UFFS [...]”, firmando compromissos fundamentais da universidade.

Embora a Universidade não seja um movimento revolucionário, compreender a proposta popular, desvinculada dessa perspectiva, sedimenta a compreensão leninista de que ter consciência prática não significa ter consciência teórica.

Para Lênin (1991, p. 99), “[...] sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário [...]”, ou seja, não existe revolução com verbalismos (FREIRE, 1987), a teoria deve estar presente na ação. Nesse mesmo sentido, Gramsci reforça:

[...] o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica dessa sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer também, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção ‘verbal’ tem consequências: ela se liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, até mesmo, atingir um ponto no qual a contrariedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma decisão, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política (GRAMSCI apud MONASTA, 2010, p. 80).

Desse modo, a proposta institucional e sua possível efetivação perpassam pela interpretação das funções políticas da categoria “popular” e da educação à luz da teoria revolucionária. Além de que a imprecisão na definição do que é o “popular” e a ausência do vínculo imprescindível, entre popular e sociedade de classes, produz, também, de imediato, uma compreensão distorcida do que é a “educação popular” – enquanto eixo fundamental da proposta institucional.

No que se refere à compreensão acerca da educação popular, está ausente novamente a perspectiva de classe trabalhadora. Está explícita, nos argumentos apresentados pela maioria dos entrevistados, a ausência dos conteúdos teóricos aproximativos no que se refere à compreensão de classe social. Nota-se que a perspectiva teórica está distante de qualquer imbricação com a consciência prática.

Assim, seis dos nove entrevistados não vinculam ao conceito de “educação popular” às lutas políticas da classe trabalhadora. Ademais, além da maioria dos entrevistados não reconhecer a educação popular como uma “[...] prática pedagógica politicamente a serviço das classes populares” (BRANDÃO, 1985, p. 22), um dos entrevistados alegar não ter clareza sobre o assunto (E2) e outros quatro entrevistados ao compreenderem a educação popular como a que “[...] educa as pessoas para serem cidadãos [...]” (E3), “[...] é para todo mundo [...]” (E6), é “[...] um princípio básico para o desenvolvimento [...]” (E8) e “[...] está vinculada à formação cidadã, indistintamente de classe social [...]” (E9), associam à categoria fundante da proposta institucional com a concepção de educação que, nos capítulos iniciais deste trabalho, definimos como educação do popular.

Tal qual se analisou no Capítulo 2, é salutar diferenciar educação *do* popular e Educação Popular. Educação *do* popular tem um sentido conservador, servindo de imediato aos interesses da classe dominante de reprodução ideológica e de garantia da sustentabilidade do projeto societário burguês, enquanto que a Educação [para o] Popular é uma educação de classe, comprometida com a classe trabalhadora e com seu projeto de sociedade, para tanto, revolucionária.

Usando com frequência as mesmas palavras e sugerindo em aparência as mesmas metas, programas de educação de adultos têm o seu princípio operacional na pessoa do sujeito subalterno e têm o seu fim operacional nos grupos e organizações que ela gera na comunidade. De outra parte, programas de educação popular possuem o seu princípio operacional nas unidades populares de representação da vida comunitária e do trabalho político de classe na comunidade e têm o seu fim operacional na ampliação do poder de tais unidades de trabalho popular (BRANDÃO, 2012, p. 110).

Nessa perspectiva, a educação [do] popular deixa de se apresentar como “[...] um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação [...]” (BRANDÃO, 2012, p. 82) e passa a se apresentar como um importante instrumento de consolidação e fortalecimento do consenso social.

Conceber educação popular como educação cidadã ou como educação de todos, no nosso entendimento, é expropriar da categoria todo o seu sentido revolucionário e transformador; é atribuir à tal concepção (de educação popular) a tarefa de incluir os excluídos, reconhecendo a classe que trabalha apenas em sua marginalidade, retirando da concepção todo o seu sentido de exploração e opressão.

Como referência ao professor Brandão (2012, p. 43),

No interior de uma sociedade que divide o trabalho e o poder, e que faz de tal divisão, a condição de sua ordem e a base de outras tantas divisões, o sistema de educação escolar acompanha, ao lado de outros, processos e práticas sociais de reprodução, controle e manipulação da própria desigualdade. Acompanha também o trabalho simbólico – o que se diz, o que se mostra, o que se afirma, o que se esconde – de consagração do valor e da necessidade de tal ordem, tanto quanto o trabalho de ocultamento de suas condições reais e da possibilidade histórica de sua transformação.

A discussão teórica tem, na essência das argumentações dos entrevistados, a percepção aproximativa de elementos que indicam não somente a compreensão teórico-crítica, mas expressão de elementos do pensar/fazer justificador do projeto societário burguês, portanto conservador.

Desse modo, mais importante do que evidenciar a fala dos entrevistados E4, E5 e E7, que concebem a “educação popular” na devida perspectiva – criadora –, é chamar a atenção para as concepções presentes nas falas de alguns gestores e coordenadores do *Campus Laranjeiras do Sul*, que reproduzem o discurso da garantia, da inclusão e do acesso, ou seja, do consenso e da paz social, em detrimento do movimento de mobilização e organização da classe trabalhadora e de sua tomada de consciência.

Esse entendimento, em grande medida, conservador e reproduzidor da ordem estabelecida, tem desdobramento na caracterização da Universidade enquanto Pública e Popular. Pelas definições apresentadas principalmente por Freire (2013), Paludo (2001), Vale (2001), Figueiredo (2009) e Wanderley (2010), uma Universidade se propor Pública e Popular significa se comprometer, para muito além da possibilidade de acesso, com as camadas populares; significa apresentar uma prática emancipatória; valorizar o saber e a cultura popular; atender aos trabalhadores e às suas demandas imediatas; e estar a serviço do processo de transformação social. Contudo, esses significados não estão presentes na fala da maioria dos entrevistados.

Com a exceção dos entrevistados E4 e E7 que, respectivamente, reconhecem como pública e popular a universidade que “[...] vai na perspectiva de educação popular como sendo

uma proposta metodológica como sendo uma libertação do ser humano [...]” (E4) e que se compromete “[...] com a classe trabalhadora, seja ela organizada ou não, seja ela estando em organizações, movimentos, sindicatos, partidos ou não estando [...]” (E7) e evidenciam a opção política pelas demandas da classe trabalhadora, os demais entrevistados compreendem que a universidade pública e popular é aquela que “[...] valoriza as pessoas, dentro dos seus limites, das suas individualidades [...]” (E1), que “[...] atende aos objetivos do Estado [...]” (E5) e que “[...] se compromete com a inclusão da população [...]” (E9), e inclusão com qualidade pois “[...] estamos usando dinheiro público e esse dinheiro público tem que formar pessoas capacitadas a serem parte dos melhores profissionais que estiverem atuando no mercado [...]” (E8).

Essas passagens evidenciam que o entendimento que os entrevistados apresentaram acerca do que é o popular e do que é a educação popular manipula, em grande medida, a compreensão da proposta institucional, falsificando o verdadeiro conteúdo presente na criação da UFFS.

É importante identificar na fala dos entrevistados o vínculo da proposta institucional com a garantia do acesso das camadas populares ao ensino superior, com o atendimento de qualidade, bem como com a necessária quebra dos paradigmas presentes nas universidades tradicionais. Contudo, a perspectiva crítica, a prática emancipadora e o caráter revolucionário não estão presentes na maioria dos significados apresentados.

A compressão de que uma Universidade Pública e Popular precisa “[...] elevar o patamar cultural da comunidade onde se insere [...]” (ONÇAY et al., 2014, p. 34), ter a relação de sua proposta metodológica e de sua definição política de ação “[...] vinculada organicamente às lutas sociais, produzindo e apropriando-se de conhecimento capaz de apreender a historicidade do real em vista da intervenção social [...]” (ONÇAY et al., 2014, p. 34) e que precisa estar a serviço da transformação social não figuram no entendimento da proposta institucional da grande maioria dos entrevistados.

O caráter popular da proposta – seu lado político – está escamoteado, perdendo seu sentido original. A proposta de universidade “pública e popular” está alicerçada em um projeto societário de classe, ou melhor, em um projeto societário da classe trabalhadora. Compreender a proposta, no limite do acesso ao ensino superior das camadas populares ou no limite da educação para todos, é retirar dela seu alicerce revolucionário e desconstruir o caminho até aqui trilhado. Como diria Weffort (2003, p. 34) é “[...] uma traição à massa popular [...]”.

Embora a dificuldade de entendimento da proposta institucional esteja presente nas falas da maioria dos entrevistados, com a exceção do entrevistado E9³³, em maior ou menor grau, todos os participantes identificaram na UFFS importantes elementos que a caracterizam enquanto “pública e popular”.

A política de ingresso, que valoriza o candidato oriundo de escolas públicas e que destina quase 40% (quarenta por cento) das vagas aos candidatos com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo; a proximidade com a comunidade regional; o histórico institucional; os projetos políticos dos cursos; e o vínculo com as organizações populares são exemplos de alguns dos elementos identificados.

É possível perceber que muitos dos elementos apontados fazem parte dos três grandes fatores que objetivam os compromissos e desafios reconhecidos nos documentos institucionais e que garantem a proposta da Universidade, enquanto pública e popular. O entrevistado E2 por exemplo, referencia a matriz curricular dos cursos de graduação da Universidade.

Segundo ele, um dos elementos que torna a UFFS pública e popular é a integração entre os cursos de graduação. Em suas palavras, “[...] comparado com outras universidades a gente tem uma certa integração né, entre diferentes cursos. Isso aí, eu acho que até é favorecido pelo fato de ter colegiado e tudo mais [...]” (E2).

O acesso à universidade foi citado por cinco entrevistados como um dos principais fatores que efetivam a proposta institucional. As respostas dos entrevistados E1 e E3 sintetizam a política de ingresso da UFFS como um importante elemento que torna a Universidade pública e popular. Segundo E1, “[...] a nossa política de ingresso valorizando a escola pública e o filho do pobre, sendo a primeira geração, muitas vezes, de pessoas que conseguem acessar a universidade [...]” e, de acordo com E3, “[...] a gente tem cuidado para garantir o acesso de toda a população, então esse é o grande diferencial da universidade [...]”.

O outro grande fator, do controle e da participação popular é também presente na fala de alguns dos entrevistados. Como referencia e exemplifica o entrevistado E7, o vínculo com os movimentos sociais da classe trabalhadora e a participação da sociedade na universidade é um forte elemento que efetiva a proposta institucional. Segundo E7, “[...] esse vínculo com as organizações populares aqui na região é um aspecto chave desse público e popular [...]”.

A transcrição, na íntegra, da resposta do entrevistado E4, sintetiza bem esse conjunto de fatores. Segundo ele, a proposta institucional tem sido pensada e desenvolvida na articulação

³³ Pois aponta a forma de acesso como o único fator que caracteriza a UFFS enquanto pública e popular.

constante da garantia de acesso, do vínculo com a comunidade regional e com os movimentos sociais e da proposta curricular dos cursos de graduação,

É, em primeiro lugar dizer que isso não é uma tarefa fácil, isso também é um projeto que é disputado e acho que nunca vai deixar de ser disputado. Mas a universidade, ela, por exemplo, tomou algumas atitudes que são marcantes nesse sentido, em ir nesse sentido. Uma, foi pensar a questão do ensino da pesquisa e da extensão a partir de uma conferência que juntou todos os segmentos da sociedade e da universidade, onde se tirou 10 pontos principais tanto que foi a COEPE Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, que balizam a universidade no sentido de pensar a questão do ensino, da pesquisa e extensão. Nós queremos uma universidade que pense os problemas da pesquisa a partir da realidade social e não da cabeça do professor ou de dentro do laboratório, embora isso também tenha validade, também seja possível. Que os problemas de pesquisa venham da extensão, isso se torna também um tema de ensino dentro da universidade. E a universidade desde seu princípio, desde a sua fundação têm se comprometido com a questão das energias renováveis, embora a gente não tenha investido tanto porque eu acho que também temos limites de implementar isso, mas é um tema importante que a gente está fazendo. A universidade tem pensando, tem uma proposta, por exemplo, de um campus indígena e com formações específicas pra indígenas com recurso próprio, com gestão própria pra indígenas com professores indígenas, eu acho que isso é novo e acredito que se a gente implementar a gente avança muito nessa questão. E ela está altamente comprometida, por exemplo, com o desenvolvimento da agricultura familiar, do campesinato, com a causa da reforma agrária. A universidade, por exemplo tem muitos pontos de extensão, mesmo de pesquisa que estão dentro dos acampamentos dentro de assentamentos, com a formação de agricultores né, eu acho que tem de fato, tem ido nessa linha. E outra questão é que os nossos cursos foram pensados né, os projetos políticos pedagógicos de cada curso né, que de alguma forma envolvem, englobam esses grandes temas. Então por exemplo não é à toa que você tem a disciplina que é do domínio comum em todos os cursos que se chama Meio Ambiente, Economia e Sociedade, não é à toa que você tem Direito e Cidadania e tantas outras disciplinas que poderia pegar nos currículos que são comuns, que nessa perspectiva de você ter uma visão maior do mundo, de valorização das ciências sociais, também e humanas tanto quanta das exatas né, e ciências naturais, enfim, a universidade caminha nesse rumo (E4).

Assim, embora muitos dos entrevistados, ao externarem suas compreensões acerca do significado de uma Universidade se propor pública e popular, tenham trazido à tona elementos conservadores e reprodutores da ordem estabelecida, é notória a identificação dos elementos novos que abarcam a proposta da UFFS enquanto pública e popular.

Além de identificar esses elementos, os entrevistados não hesitam em responder que, em alguma medida, embora necessite de significativos progressos, a proposta institucional tem se efetivado. Os entrevistados E1, E3, E4 e E8 por exemplo, reconhecem que “[...] a gente já conseguiu grandes avanços em nível da nossa política [...]” (E1), que “[...] gradativamente os

docentes estão entendendo a filosofia da universidade [...]” (E3), que os avanços são claros, mas que “[...] nós temos muito que avançar ainda [...]” (E4) e que a proposta “[...] precisa dar um salto de qualidade [...]” (E8).

O aparente sucesso da proposta é atribuído ao vínculo que a Universidade apresenta com os movimentos sociais e à sua política de ingresso. Na opinião dos entrevistados E1, E5 e E7 o vínculo da UFFS com os movimentos sociais da classe trabalhadora, a participação da comunidade regional nas instâncias deliberativas e consultivas da Universidade e a forma com que os novos discentes são selecionados são os principais elementos facilitadores da proposta institucional. O entrevistado E7, por exemplo, salienta que a proximidade apresentada entre a UFFS e os movimentos sociais é o principal facilitador da proposta institucional. Em suas palavras, “[...] penso que é fundamental isso. Que é a forma, como na região, tem o desenvolvimento dessas organizações sociais, ela [...] da forma como tem a pressão dessas organizações sociais, ela ajuda a ir se concretizando [...]” (E7).

Na perspectiva desses entrevistados, fica evidente que a participação e a pressão dos movimentos sociais presentes desde a criação da Universidade, inclusive na elaboração da proposta institucional, garante, em grande medida, a efetivação da proposta, até porque uma universidade que se projeta popular não tem sentido afastada dos movimentos sociais. De acordo com Boaventura de Souza Santos (apud BENINCÁ, 2011, p. 55) “[...] não devemos levar apenas o saber da universidade aos movimentos; temos de trazer os movimentos para dentro da universidade [...]”.

Assim, evidencia-se a importância da presença dos movimentos sociais da classe trabalhadora para a efetivação da proposta institucional. Os mesmos movimentos e organizações que mobilizados conquistaram uma Universidade Federal na Fronteira Sul do país e que garantiram, em seus documentos oficiais, que essa Universidade se projetasse além de pública, popular, hoje participando dos conselhos e comissões, demandando serviços da instituição – presentes inclusive na escolha dos dirigentes –, além de auxiliar no processo de efetivação da UFFS enquanto “pública e popular” garantem, inclusive, que a proposta não se perca frente a todos os empecilhos que se apresentam.

Os entrevistados E2, E6 e E9 enfatizam um pouco isto, reconhecendo a complexidade da proposta e as dificuldades que se apresentam para a sua efetivação. O entrevistado E2 reconhece que a proposta institucional é complicada e que, com a UFFS passando a ser avaliada no conjunto das Instituições Federais, a proposta pode ser questionada,

Um dia a gente vai ser avaliado exatamente igual às outras universidades e quem avalia na verdade são assim, quem faz parte do comitê que avalia e tudo, fazem parte docentes conceituados, eu não vou falar que não são. São, mas em grande parte eles levam em conta o desempenho individual ou do curso como um grupo, e a UFFS tem uma concepção diferente. E por isso é muito fácil ceder ao método tradicional (E2).

Já os entrevistados E6 e E9 acreditam ser preciso trabalhar um pouco mais e garantir o acesso à Universidade das pessoas da comunidade regional, atribuindo, especialmente, ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) a responsabilidade pela dificuldade de efetivação da proposta institucional – quanto à garantia de acesso das pessoas da microrregião da CANTU.

É notório que uma Universidade que se projeta pública e popular encontrará, no processo de efetivação de sua proposta, inúmeros limites e dificuldades. Na concepção dos entrevistados, esses limites são muitos e os mais variados. Os principais limites pontuados pelos entrevistados em suas falas, enfatizam, principalmente, as diferentes concepções de educação presente, as divergências de opiniões acerca da proposta institucional e o perfil “diferenciado” dos alunos que acessam à Universidade.

Com relação ao “perfil diferenciado”, ao grande número de alunos oriundos do Ensino Médio Público, filhos da classe trabalhadora e primeira geração familiar a acessar o Ensino Superior, lembrado pelo entrevistado E3, o limite da proposta institucional é evidente. Segundo Gadotti (1997, p. 55-56, grifo do autor),

O ensino burguês é necessariamente elitista, discriminador. Para que os filhos das classes dominantes possam estudar é preciso reprovar todos os outros. A chamada *evasão escolar* nada mais é do que a garantia para as classes dominantes de que continuarão a se apoderar do monopólio da educação. A escola capitalista é essencialmente divisionista, reprodutora e conspiradora. Como os trabalhadores não dispõem de tempo livre para o estudo e a pesquisa, não conseguem superar as etapas do ensino que os filhos das classes dominantes conseguem superar com facilidade.

Assim, uma Universidade que se propõe pública e popular, que se compromete com a valorização dos saberes populares e com a possibilidade de acesso massiva de alunos com esse “perfil diferenciado”, ao passo que é avaliada e recebe seus recursos baseados em critérios de produtividade (sobretudo na relação aluno ingressante/aluno concluinte), já se depara, desde o seu nascimento, com esse importante limite: o que deveria ser um importante diferencial da UFFS, sua política de ingresso – seu público de acesso –, passa a se apresentar como um limitador da própria proposta. Em uma sociedade e em um sistema federal de ensino superior

pautados na competitividade, na produtividade, nos resultados e na imediatividade esse perfil de alunado não só não é bem querido nas IFES, como também é facilmente excluído delas.

A defasagem do Ensino Médio, a baixa escolaridade dos pais, a inexistência de uma cultura universitária, a necessidade de conciliar trabalho e estudos e dificuldades financeiras³⁴ são possíveis fatores que corroboram com os altos índices de evasão e retenção e que acabam, como salienta o entrevistado E3, se convertendo em um “[...] limite muito grande e muito desafiador, que é o despreparo que o nosso acadêmico chega na instituição, ele tem deficiência nos conteúdos do ensino médio e isso é um agravante pra que ele abandone a universidade, o curso superior [...]”.

A solução apontada pelo próprio entrevistado para superar tal limite se configura no “[...] trabalho conjunto com as escolas, enquanto nós não trabalharmos, mantermos um diálogo com as escolas, nós não vamos resolver o problema [...]” (E3). Isto vai ao encontro de Loss, Michels e Onçay (2014), que identificam a importante articulação entre universidade e escola pública como uma das dimensões³⁵ responsáveis pela reconquista da legitimidade da Universidade Pública e Popular.

O vínculo e a opção pela escola pública se configuram não só como formas de superar o limite presente, mas também como partes constitutivas da proposta institucional, principalmente porque “[...] em um sistema que reforça privilégios porque coloca o ensino superior público a serviço das classes e grupos mais abastados, cujos filhos são formados na rede privada no primeiro e o segundo grau [...]” (CHAUÍ, 2001, p. 37). Nas palavras de Paulo Freire (apud FASSINA et al., 2014, p. 12),

[...] é impossível discutir seriamente o tema que nos prende hoje sem enfrentar a questão da escola pública de primeiro e segundo graus, sem sublinhar a necessidade de lutarmos tanto quanto possível no sentido de, primeiro, fazermos uma escola pública menos ruim para, em seguida, criarmos uma escola pública melhor. Por isso é que, para mim, numa política educacional que pretenda uma aproximação maior da universidade com as áreas populares, temos de ter um “capítulo” em torno da melhoria da escola de primeiro e segundo graus.

³⁴ Atualmente, são desenvolvidos no *Campus Laranjeiras do Sul* dois projetos de pesquisa que objetivam criar subsídios para a construção de um banco de dados para a formulação de políticas institucionais de combate à evasão e a retenção.

³⁵ Ao lado das proposições afirmativas, da extensão, da pesquisa-ação e da ecologia de saberes (LOSS; MICHELS; ONÇAY, 2014, p. 64-65).

Articular Universidade e escola pública – principalmente com ações de pesquisa e extensão –, acolher com prioridade as demandas que delas se originam, preocupar-se com a formação continuada de professores e ofertar cursos de licenciatura são possíveis formas de transpor esse importante limite institucional.

No que diz respeito às diferentes opiniões acerca da proposta institucional, fica evidente nas falas dos entrevistados E1 e E4, que o processo de luta é constante para a garantia desta proposta e que existem na própria universidade “[...] grupos de interesses que querem uma universidade diferente daquela que existe [...]” (E1) e outros grupos e setores “[...] que não querem evidentemente que se avancem nessas políticas [...]” (E4).

A universidade, como reforça Chauí (2001), é reflexo da sociedade em que está inserida, assim, a correlação de forças presente na sociedade é constante dentro da Universidade. Logo, superar esse importante limite da proposta institucional passa, sem dúvidas, pelo debate constante e pela formação continuada dos quadros que integram à Universidade.

O contraditório é necessário e o confronto de ideias produz o avanço. Contudo, espaços para que o debate ocorra, momentos de diálogos e de formação, contato com o histórico institucional, formação política e o conhecimento dos fundamentos da proposta institucional, na nossa compreensão, são fundamentais para se caminhar no sentido da efetivação da proposta e da superação dos limites que se apresentam par tal.

Por último, outro importante limite, que foi citado pelos entrevistados E2, E4, E7 e E8, refere-se às diferentes concepções de educação presentes na comunidade acadêmica.

Fica evidenciada nas falas anteriores dos entrevistados que a concepção de educação vinculada a um projeto de classe, transformador da sociedade, não é unânime, sendo muito presente definições que atrelam a educação à formação cidadã, no limite da sociedade burguesa. Talvez, resida aí, no nosso entendimento, um dos maiores entraves para a efetivação da proposta institucional.

Se uma universidade é “pública e popular”, ao passo que se vincula estreitamente com as demandas e que se compromete com o processo de conscientização das classes populares, com vistas à transformação social, a concepção de educação que deve estar presente é a concepção de “educação popular” que, segundo Gadotti (1997, p. 161),

Ao contrário da tendência tecnoburocrática que visa à extensão da racionalidade técnica, a tendência popular visa essencialmente à formação política das classes trabalhadoras para o exercício da hegemonia. Privilegia a política (os conteúdos) sobre a técnica (as reformas), insiste numa educação que surge com a organização popular, com projetos educativos que o povo

tem. Essa tendência é sustentada por uma outra análise política, cujo ponto central é a relação entre capital e trabalho, contradição fundamental da nossa sociedade, razão da violência, da miséria e da pobreza.

Quanto à forma de superar esse limite, o entrevistado E7 sinaliza que o primeiro passo é “[...] fazer um debate muito contundente com todo o conjunto dessa instituição e especialmente este Campus, a respeito dessa concepção de educação [...]”. Além do debate, julga ainda ser necessário “[...] aprofundar algumas, não só metodologias na parte da educação, vivenciar experiências, coisas diferentes e que tenham esse caráter do popular [...]” (E7).

Nesse sentido, como referenciam Mohr et al. (2012, p. 815), “[...] a conquista da UFFS ainda não está completa e nem ficará completa um dia. A universidade é um campo de eterna disputa [...]”. Assim, limites como as diferentes concepções de educação, divergências com relação à proposta institucional e o perfil dos alunos ingressantes põem continuamente à prova a proposta institucional. Contudo, na visão dos próprios entrevistados a superação desses limites não é algo tão distante da realidade da Universidade, o diálogo e o debate constantes, a articulação com a comunidade e com as escolas públicas e a formação continuada podem dar conta da transposição desses obstáculos.

Esses importantes limites à proposta institucional podem apresentar seus fundamentos na própria LDB (BRASIL, 1996). Segundo tal regramento, a educação apresenta como finalidade, além do pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação para o trabalho, seu preparo para o exercício da cidadania, não sendo presente no ordenamento jurídico brasileiro a concepção de educação que apresenta como diretriz à transformação social. Embora a proposta institucional apresente em seus fundamentos a educação enquanto esforço de mobilização e organização social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, compulsoriamente, abrange a UFFS e seus pares e com muita força institui seus fundamentos.

Nesse sentido, mesmo que a proposta institucional da Fronteira Sul esteja atrelada a um movimento questionador da ordem social estabelecida, ela está subjugada aos mesmos princípios, aos mesmos critérios e as mesmas legislações das demais Instituições Federais de Ensino Superior. Esta submissão, sim, comum a todas as universidades federais, apresenta-se como um dos maiores limites à proposta institucional da UFFS, pois está atrelada à lógica da reprodução e da manutenção da sociedade atual.

Além da submissão, da sujeição à Legislação Federal, que faz com que a Universidade Federal da Fronteira Sul se assemelhe às demais IFES nas questões estruturais – como o orçamento, a organização e a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão – a burocracia

é também um ponto de convergência da UFFS com outras universidades públicas e que também se apresenta como um importante limite à efetivação da proposta institucional.

Como podemos observar no quadro a seguir, a burocracia aparece como uma das principais similitudes apresentadas pela Fronteira Sul em relação às demais IFES, além, é claro, de se configurar como um entrave para a realização da UFFS enquanto pública e popular.

QUADRO 10 – Pontos Comuns entre a UFFS e as Demais Universidades Federais

Sujeito	Similitudes
E1	<i>Questões orçamentárias, questões de como você organiza e faz funcionar a universidade.</i>
E2	<i>Burocracia e às vezes até um pouco mais.</i>
E3	<i>Nós temos uma semelhança muito grande que é na qualidade de ensino.</i>
E4	<i>Ai existem os limites legais, os entraves, a deficiência e o limite de pessoal também.</i>
E5	<i>A própria interação ensino, pesquisa e extensão.</i>
E6	<i>No ingresso, como está sendo ofertado.</i>
E7	<i>Como eu comentava da discussão de um novo tipo de educação, em alguma medida ela reproduz várias situações das instituições.</i>
E8	<i>Acho que na burocracia. Eu acho que na burocracia ela até supera as outras.</i>
E9	<i>No geral não vejo muita diferença.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A burocracia, na concepção Weberiana, sintetizada por Girglioli (apud BOBBIO, 2009, p. 125), apresenta como principal característica a “[...] existência de regras abstratas às quais estão vinculados o detentor (ou os detentores) do poder, o aparelho administrativo e os dominados [...]”.

Fica clara, nessa perspectiva, que a burocracia é um dos pilares do Estado Moderno e uma importante aliada na preservação do modo de produção capitalista. Como reforça Tragtenberg (2006), a burocracia é consequência de uma forma específica de racionalização, tem sua origem no contexto do capitalismo, na divisão social do trabalho, tendo no Estado sua realização plena. Ela

[...] protege uma generalidade imaginária de interesses particulares. As finalidades do Estado são as da burocracia e as finalidades desta se transformam em finalidades do Estado. A burocracia é sinônimo de toda casta, seja hindu ou chinesa. Ela possui o Estado como sua propriedade. A

autoridade é sua ciência e a idolatria da autoridade, seu sentimento mais profundo (TRAGTENBERG, 2006, p. 28).

Assim, o Estado se organiza para manter a ordem vigente, criando normas e regras muito semelhantes as empresas privadas, garantindo o avanço do capital (TRAGTENBERG, 2006). Nas palavras de Faria e Meneghetti (2011, p. 427),

Quando a burocracia se estabelece plenamente, ela se situa entre as estruturas sociais mais difíceis de serem destruídas, configurando-se um meio de transformar ação comum em ação societária, racionalmente ordenada. Dessa forma, constitui-se um instrumento de poder, de dominação, pois, ninguém pode ser superior à estrutura burocrática de uma sociedade.

Quando dois dos nove entrevistados (E2 e E8) identificam a burocracia como o principal fator de igualdade da UFFS com as demais IFES e reconhecem que, em muitos casos, a burocracia na Fronteira Sul até supera as demais instituições e, ainda, quando outros dois entrevistados reconhecem que “[...] várias situações das universidades tradicionais são reproduzidas na UFFS [...]” (E7) e que “[...] tudo é muito igual na Universidade [...]” (E9), a Universidade que se projeta pública e popular tem, também na burocracia, um importante entrave.

Como referenciado anteriormente, a burocracia é um instrumento de poder e de controle que está a serviço da ordem societária vigente. A percepção por parte dos entrevistados de uma estrutura extremamente burocratizada reforça a contradição presente na proposta institucional e evidencia a dificuldade de sua efetivação.

Segundo Freire (2013, p. 77, grifo do autor),

É comum, nas grandes instituições, encontrarmos normas, pautas ou regras para o desempenho. Portanto: o profissional tem um certo comprometimento com elas; sua forma de interpretação da realidade estará pautada por normas e regras. *Perguntamos o seguinte:* quem elaborou as normas? E as pautas? A quem estas servem? Privilegiam o quê?

Se a UFFS, no limiar de suas ações, encontra na burocracia seu *modo de ser*, acaba exercendo, no limite, “[...] os interesses de uma parte da elite dominante, realizando a tarefa de mediação do capital com os interesses do coletivo [de acesso ao ensino superior, por exemplo] por meio de participações específicas no processo de racionalização [...]” (FARIA; MENEGHETTI, 2011, p. 429), o caráter popular da sua proposta fica comprometido.

Nesse mesmo sentido, Chauí (2001) reconhece a burocracia com um dos caminhos utilizados nas universidades para disfarçar e dissimular as diferenças e os conflitos políticos internos e externos.

Fazer diferente, se comprometer com saberes externos à Universidade e trabalhar em uma outra lógica implica romper com o que está posto e superar, sobretudo, os limites legais e burocráticos estabelecidos e reproduzidos na instituição.

Se por um lado a burocracia é identificada como o principal ponto de convergência da Fronteira Sul com as demais IFES, por outro, no que tange às diferenças – ao que ela diverge das demais instituições - o acesso, o vínculo com a comunidade e a estrutura dos currículos dos cursos de graduação (os três grandes fatores que compõem a proposta institucional), foram os principais pontos salientados pelos entrevistados.

Basicamente, todos os entrevistados reconhecem a proposta institucional – em um ou em mais de seus grandes fatores formadores – como o que torna a UFFS diferente das demais instituições. Seu grande diferencial, formulam os entrevistados, reside na proposta ímpar e inovadora, no vínculo com os movimentos sociais da classe trabalhadora, na opção pelo seu público preferencial, na organização curricular e na formação integral.

O entrevistado E1, por exemplo, além de reconhecer a estrutura multicampi e a localização em três estados como fatores que diferenciam a UFFS, reforça que “[...] a proposta da universidade que é o que mais importa nesse momento, que é essa condição de ser universidade popular e que possibilita o ingresso do filho do pobre, do filho do rico, do assentado, do filho do grande produtor [...]” identificando a política de acesso – um dos grandes fatores da proposta institucional – como seu principal diferencial.

Nessa mesma linha, o entrevistado E4, ao reconhecer estar convencido de que a Fronteira Sul é diferente das demais IFES, salienta o processo seletivo, as políticas afirmativas, os projetos políticos dos cursos e o desenvolvimento regional como principais pontos divergentes:

Ela é diferente nessas ações que eu te falei, de processo seletivo, de inclusão dos pobres, dos negros e dos índios né. Enfim, das políticas afirmativas, das minorias. É diferente, por exemplo na questão, por exemplo dos próprios PPC's dos cursos né, que foram PPC's pensados para o desenvolvimento regional, com a participação de professores, de técnicos e alunos. Eu acho que nós temos uma preocupação com o meio ambiente, enfim, com o desenvolvimento regional. Ela é diferente em todos esses sentidos (E4).

Fica evidente na fala de todos os entrevistados que, embora a maioria não apresente uma compreensão clara da proposta institucional e do vínculo da UFFS com um projeto da classe trabalhadora, como vimos anteriormente, a forma com que a Universidade vem tentando efetivar sua proposta – sobretudo na política de ingresso, na estrutura dos cursos e no vínculo com os movimentos sociais – está visível e, de imediato, a diferencia das demais instituições.

Por fim, quanto ao vínculo da Universidade com os movimentos sociais e com a comunidade regional, todos os entrevistados foram unânimes em responder que a UFFS possui sim uma ligação forte com o desenvolvimento, com a comunidade regional³⁶ e com os segmentos populares, que esta ligação é muito perceptível e que a Universidade tem um cuidado todo especial em mantê-la.

Essa unanimidade reforça as lições de Dirceu Benincá (2011) e Ana Maria do Vale (2001), com relação à Educação Popular, à Universidade Popular e seus vínculos necessários com os movimentos sociais, para quem

A atuação dos movimentos sociais é crucial para a democratização da educação superior, não só no sentido de reivindicar a criação de novas universidades públicas, de qualidade, populares e democráticas, mas também como forças indutoras na transformação de estruturas e lógicas centralistas que, por vezes, impregnam instituições ou setores universitários. Com sua capacidade mobilizadora, os movimentos podem contribuir de maneira significativa para a superação de visões mecanicistas e positivistas de universidade e de ciência. Podem somar forças no enfrentamento de concepções colonialistas de educação que ainda persistam e que fazem *tabula rasa* dos saberes e dos valores populares (BENINCÁ, 2011, p. 50).

E para quem somente com a aproximação da Universidade com os movimentos e segmentos populares é que seu compromisso com essa parcela da população pode ser efetivado (VALE, 2001).

Está evidente na proposta institucional que a Universidade é chamada a participar efetivamente do cotidiano dos movimentos sociais, com a construção de vínculos fortes e permanentes que objetivem, num primeiro momento, sua emancipação política, ideológica e cultura.

³⁶ A compreensão acerca do desenvolvimento regional, aqui apresentada, está amparada nas lições de Schallenberger. Segundo ele (2003, p. 10), “[...] o desenvolvimento é, pois, um processo coletivo de mudança social, verificado em elementos socioculturais, políticos e econômicos territorializados [...]” e o regional é uma categoria que situa o homem no seu entorno e desperta nele a consciência das condições de produção e reprodução da vida social – materialidade social.

Contudo, embora todos os entrevistados percebam claramente que existe um vínculo entre a Universidade e os segmentos e movimentos populares, a mesma unanimidade não está presente no entendimento quanto à prioridade dada ao vínculo com esses segmentos e ao desenvolvimento regional.

Na fala do entrevistado E2, por exemplo, é nítido esse questionamento:

Até, se cabe aqui, eu vou comentar uma coisa. Eu acho que é importante esse atendimento regional, mas eu acho que - é uma opinião minha compartilhada por professores do colegiado, é importante esse atendimento só que ele não pode se limitar a isso. Então, por ser uma universidade federal, também por estar inserida na região, estar inserida no país, estar inserida no mundo, então a gente não pode cortar iniciativas que busquem impulsionar a universidade para fora da região e isso às vezes acontece (E2).

Para o entrevistado, a Universidade não pode atuar exclusivamente voltada ao compromisso com o desenvolvimento local e regional. E complementa, “[...] esse apelo regional é muito forte e na minha opinião às vezes forte demais, às vezes atrapalha [...]” (E2).

Fica evidenciado que o compromisso com o desenvolvimento regional e o vínculo com os movimentos sociais, fatores importantíssimos da proposta institucional, não são aceitos por toda a comunidade acadêmica e são constantemente questionados e pressionados. O entrevistado E8 por exemplo, ao proferir: “[...] eu vejo alguns movimentos bem presentes aqui dentro, a universidade parece estar presente também neles, mas acho que a gente precisa ser mais pluralista [...]”, reforça essa concepção e deixa claro que, embora o vínculo com os segmentos populares e suas organizações seja uma importante peça da proposta institucional e que sua existência na Universidade seja nítida e perceptível por todos, sua compreensão e seu envolvimento não abarcam todo o conjunto da Universidade.

A fala do entrevistado E5 enfatiza tal dicotomia,

Institucionalmente a gente percebe isso, essas portas abertas e a própria estrutura permite isso. Agora, o envolvimento do conjunto dos segmentos com esse compromisso acho que a gente vê pouco. A gente vê ainda limitado a algumas pessoas, alguns professores, alguns grupos de estudantes.

Assim, a ligação da Universidade com os movimentos sociais da classe trabalhadora – em que é possível destacar, principalmente, o vínculo MST – embora visível aos olhos de todos, transparece que não é vista com “bons olhos” por todos, tornando evidente uma distância entre percepção e aceitação. Como reforçam Loss, Michels e Onçay (2014, p. 63), “[...] uma universidade pública e popular não se fecha aos movimentos da sociedade [...]”, portanto, a

proposta da UFFS, enquanto universidade pública e popular, sobrepõe-se à percepção do vínculo institucional com os movimentos sociais e se efetiva na relação intrínseca da Universidade com tais movimentos, na acolhida de suas demandas, na capacitação de suas lideranças, na abertura de seus espaços para todos os seus integrantes, ou seja, na opção política pela classe que trabalha.

Nesse sentido, quanto ao local de presença dos movimentos sociais na UFFS e a forma como as demandas desses movimentos são acolhidas, as respostas dos entrevistados estão sintetizadas nos quadros abaixo.

QUADRO 11 – Local de Presença dos Movimentos Sociais Na UFFS

Sujeito	Presença dos Movimentos Sociais
E1	<i>Conselhos.</i>
E2	<i>Projetos de Extensão.</i>
E3	<i>Conselhos.</i>
E4	<i>Processo eletivo e conselhos.</i>
E5	<i>Colegiados.</i>
E6	<i>Projetos de pesquisa e extensão.</i>
E7	<i>Projetos de extensão.</i>
E8	<i>Projetos de pesquisa e extensão.</i>
E9	<i>Conselho Comunitário</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

QUADRO 12 – Formas de Acolhimento das Demandas

Sujeito	Acolhimento das Demandas
E1	<i>Conselhos.</i>
E2	<i>Projetos de extensão.</i>
E3	<i>Assembleias e seminários.</i>
E4	<i>Conselhos.</i>
E5	<i>Seminários.</i>
E6	<i>Reuniões e projetos de extensão e de pesquisa.</i>
E7	<i>Debates, discussões e seminários.</i>
E8	<i>Projetos.</i>
E9	<i>Projetos.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A UFFS, por meio de sua estrutura organizacional, além de garantir a participação de representações da comunidade regional e de lideranças dos movimentos sociais nas suas instâncias deliberativas e no processo de escolha de seus gestores, volta-se, por intermédio de seus projetos de pesquisa e extensão, para as demandas e necessidades apresentadas por tais segmentos.

Esses quadros, portanto, que refletem os locais em que a comunidade e os segmentos populares se fazem presentes na UFFS e as formas como as suas demandas são acolhidas pela Universidade, sinalizam que ainda que a importância dada ao vínculo com esse segmento da população – movimentos sociais da classe trabalhadora e comunidade regional – não seja hegemônica, os movimentos se fazem presente na Fronteira Sul e suas demandas reais, em alguma medida, são acolhidas.

Uma Universidade, na concepção de Boaventura de Souza Santos (apud BENINCÁ, 2011, p. 55), não deve apenas levar os seus conhecimentos aos segmentos populares e movimentos sociais, deve, sim, “[...] trazer os movimentos para dentro da universidade [...]”.

A garantia da presença dos movimentos sociais e da comunidade regional nas instâncias consultivas e deliberativas da Universidade (citada pelos entrevistados E1, E3, E4, E5 e E9) reforçam o caráter popular da UFFS e a continuidade, se não da proposta, da luta pela sua manutenção.

Uma Universidade Popular se vincula, por definição, aos movimentos sociais e aos segmentos populares, com vistas à transformação social. Esse vínculo deve estar presente na opção política por tais movimentos e segmentos, convertendo seus problemas imediatos – suas demandas – em projetos de pesquisa e extensão, abrindo suas portas à população e voltando suas ações à construção do poder popular. Conforme Silva (2000, p. 3), quando a universidade se volta para as demandas da sociedade e considera seus problemas, “[...] reafirma, assim, seu compromisso social diante de questões que vêm exigir a redefinição de suas práticas de ensino, pesquisa e o atendimento aos apelos veiculados pelos referidos movimentos [...]”.

Assim, os canais de consulta³⁷, as instâncias de controle e participação social, as ações desenvolvidas juntos as escolas públicas e as prefeituras da região – salientadas pelo conjunto de entrevistados – efetivam um importante fator da proposta institucional, ou seja, a presença da Universidade nos movimentos sociais da classe que trabalha e a presença desses movimentos nos espaços e na agenda da Universidade.

³⁷ Incluindo aqui a consulta prévia para escolha da reitoria e das direções de *campi* ocorrida recentemente.

Ao final das entrevistas, todos ficaram livres para ponderar ou destacar algum aspecto sobre o conjunto de questões pontuadas, fazendo suas considerações finais. Entre os nove participantes da pesquisa, os Entrevistados E2 e E5 não realizaram nenhuma consideração ou ponderação.

Os demais participantes teceram significativas considerações. Tais apontamentos reconhecem o trabalho realizado pela Universidade, enfatizam as dificuldades que se apresentam para efetivar a proposta institucional, reforçam a necessidade de avançar, de fundamentar e fortalecer o projeto institucional e salientam a necessidade de uma maior aproximação da UFFS com a comunidade.

O entrevistado E1, por exemplo, reconhece todo o avanço alcançado pela UFFS, mas pondera que “[...] a gente tem muito a avançar [...]”, fazendo referência, principalmente, aos problemas de evasão e retenção que se apresentam, achando ser de extrema valia desenvolver práticas pedagógicas que deem suporte ao público diferenciado que acessa à Universidade.

Já os entrevistados E3 e E7 ponderam a importância do trabalho de fortalecimento da proposta institucional. E3 reconhece que até o presente momento, o problema principal era “[...] a questão do espaço físico e que agora a preocupação deve ser de fundamentar e fortalecer o projeto [...]”, dando continuidade aos “[...] cursos de capacitação, de formação [...]” tendo sempre presente à comunidade. E7 chama a atenção para a ausência de hegemonia no entendimento do caráter público e popular da Universidade e acredita ser necessário “[...] tentar consolidar uma unidade maior entre os professores, os técnicos, todos os trabalhadores que têm uma afinidade com esse projeto, o que ajuda a fortalecer a instituição [...]”.

O entrevistado E8 reconhece que precisamos retomar um pouco da história da universidade e da região onde ela está inserida e reconhece as dificuldades de se trabalhar a proposta institucional. Já o entrevistado E6 cita os avanços alcançados, e reconhece que todos estão em um processo significativo e importante de amadurecimento, em suas palavras,

O amadurecimento que tem acontecido é muito grande, e isso é pelos professores, pelos técnicos, pelos acadêmicos, todo mundo em conjunto, a direção, a coordenação, a gente vai amadurecendo, vai organizando, vai discutindo e isso é importante porque vai trazendo desenvolvimento, do curso, do Campus, da Universidade (E6).

Por fim, os entrevistados E4 e E9 reconhecem dois pontos significativos que carecem de avanços. O primeiro, salienta a necessidade de se avançar “[...] na questão de energias renováveis [...]” (E4), que essa necessidade é um dos propósitos da UFFS. O segundo, reforça

a necessidade da Universidade se aproximar efetivamente da comunidade, tendo projetos que realmente “[...] mostrem a cara da universidade [...]” (E9).

Destarte, as entrevistas possibilitaram constatar a polissemia acerca da categoria “público”, distorções e indefinições a respeito da categoria “popular” e a ausência da perspectiva de classe na categoria “educação popular”. Na aproximação com a fala dos entrevistados, evidenciou-se o vínculo da proposta inovadora e diferenciada da instituição, com a possibilidade de acesso das camadas populares no ensino público superior, bem como o escamoteamento do sentido político da proposta da Universidade.

Além disto, as entrevistas com gestores e coordenadores do *Campus Laranjeiras do Sul* da UFFS identificaram importantes limites e impasses que se apresentam na efetivação da proposta, tais como a burocracia, as divergências de opiniões a respeito do que é a Universidade e as diferentes concepções de educação presentes no corpo docente da instituição, e apresentaram o vínculo com os movimentos sociais, segmentos populares e comunidade regional como um importante facilitador para a efetivação da proposta.

CONSIDERAÇÕES

Um ponto final acompanhado por uma vírgula. Este é o sentimento ao entregar a presente dissertação de mestrado. Um período repleto de encontros e desencontros no cotidiano acadêmico e pessoal. Porém, com certeza, há um ponto final. Nossa proposição demarcada pela delimitação do objeto, sua problematização e os objetivos a serem atingidos ganhou maturidade e se efetivou. A partir desse percurso, afirmações, negações, interrogações e exclamações são parte constitutiva desse conteúdo. Destaca-se os pontos de inflexões que a apreensão do movimento do objeto nos revelou ou, em alguns momentos, deixou pistas para apropriar de seus verdadeiros conteúdos. Algo é possível afirmar: não sou mais o mesmo após viver esse processo acadêmico.

Ao construirmos esse trabalho de forma artesanal, verificamos o quão possível é uma Universidade se propor pública e popular, comprometer-se com os segmentos populares, com a valorização de seus saberes e com a construção de um processo de superação da matriz produtiva vigente, sem deixar, contudo, de ser uma Instituição Federal de Ensino Superior subordinada legal e burocraticamente aos princípios excludentes e elitistas que imperam. Contudo, o movimento do objeto e suas determinações objetivas/subjetivas trouxeram os possíveis avanços e, principalmente, os pontos contraditórios que indicam a dificuldade em avançar, na atual realidade histórica, o novo projeto em relação à formação educacional universitária a partir das bases econômicas, políticas e culturais sedimentadas pela forma de pensar capitalista. Elencaremos, assim, as linhas cruzadas e seus pontos de intersecções presentes nessa peça artesanal chamada de dissertação de mestrado.

A primeira e principal se refere aos conteúdos relacionados ao termo conceitual e sua materialidade denominada de público, popular e educação popular presentes na gestão dos órgãos da administração central do *Campus* Laranjeiras do Sul. Algo cêntrico marcou na falas o modo de pensar dos sujeitos da pesquisa: a ausência de conteúdos filosóficos, sociológicos em suas compreensões a respeito da perspectiva de classe social – lembrando que a categoria classe social é intrínseca aos modos de produção e, em particular, ao modo de produção e reprodução social capitalista. Entendemos ser essa constatação um elemento contraditório entre a proposição da criação da UFFS e o modo de pensar dos sujeitos gestores, pois conceber, sobretudo, a compreensão categorial de popular e de educação popular em uma perspectiva de classe com origens na classe que trabalha, comprometidos com o projeto de sociedade da maioria e ter a clareza de que existe, nessas categorias fundantes do projeto da Universidade,

uma esfera política intrínseca é, a nosso ver, imprescindível para a efetivação do projeto institucional. Como aponta Togliatti (apud NETTO, 2010), “[...] quem erra na análise erra na ação [...]”.

Na mesma medida, limitar a educação popular, conforme explicitaram os entrevistados, à prática pedagógica que “[...] educa o sujeito para ser cidadão [...]” (E3), no estreito sentido da “[...] educação para todos [...]” (E6), “[...] indistintamente de classe social [...]” (E9) retira da categoria seu potencial revolucionário. Pois, segundo Brandão (2012, p. 93), só “[...] estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador [...]”.

Um segundo ponto de intersecção contraditório decorre e está imbricado ao primeiro. A ausência de clareza nas concepções dessas importantes e fundamentais categorias, que auxiliam na garantia do caráter popular da proposta institucional, limitam a proposta ao acesso democrático. Como enfatiza Vale (2001), a extensão da escola [universidade] para todos não garante seu caráter popular, uma universidade que “apenas” se abre às camadas historicamente excluídas de seus espaços não é uma universidade popular, muito embora, a possibilidade de acesso já represente um avanço. Percebemos, por meio dos dados estatísticos, que os critérios para entrar na UFFS são construídos a partir de métodos e metodologias que se fundamentam na perspectiva de reformar para continuar o mesmo – é uma prática de passar o verniz no objeto, mas seu conteúdo se mantém o mesmo. Embora a compreensão de democrático traga em seus elementos de critérios a presença da igualdade entre diferentes, é correto afirmar que a democratização representa um pequeno avanço no sentido de quebrar alguns elos do projeto societário burguês.

Cada elo da corrente do capital que é quebrado – e aqui, no nosso entendimento, a possibilidade e a garantia de acesso das camadas populares no Ensino Superior representam isto – sinaliza uma conquista significativa pois, como reforça Faleiros (1997), as mudanças de algumas situações atacam pontos importantes da estrutura social, quando se avança, por exemplo, em questões como o machismo, o racismo e o direito, os pilares que dão suporte à atual matriz produtiva, de algum modo, sofrem pequenos abalos. Assim, a garantia de acesso às camadas populares ao Ensino Superior representa efetivamente uma conquista.

Contudo, a proposta institucional da UFFS não se limita ao acesso. Garantir e efetivar tal proposta, sobretudo na atual conjuntura, carece da “correta análise”. Uma universidade, para valorizar o saber popular, para se comprometer com o desenvolvimento regional, com as

demandas dos trabalhadores e para construir práticas com vistas a superação da matriz produtiva precisa tomar lado político – lado político a favor das classes populares.

A ausência dessa perspectiva pode colocar todo o projeto institucional em cheque. Compreender o caráter popular da UFFS limitado à possibilidade de acesso, ou o reduzir ao acesso é romper com a possibilidade instituinte inaugural, criadora da proposta institucional; é fazer com que a Universidade que se projeta popular passe a compor o discurso instituído³⁸, ou, como versa Chauí (2011), compor o discurso competente.

Dessa maneira, a ausência da perspectiva de classe social, transforma o projeto revolucionário de Universidade em um discurso “[...] que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu seus laços com o lugar e o tempo de sua origem. Assim, não é paradoxal nem contraditório em um mundo como o nosso [...]” (CHAUÍ, 2011, p. 19). A Universidade – que nasce do poder de mobilização e organização dos movimentos sociais das classes trabalhadoras e que antes mesmo da promulgação do decreto que a cria – está vinculada a um projeto societário “para além do capital”, ao perder seu sentido político, sua perspectiva de classe, passa a compor o rol de instituições que legitimam e reproduzem a ordem social, invertendo por completo seus próprios fundamentos.

Um terceiro ponto, que é expressivo e constatado enquanto contradição, refere-se aos conteúdos presentes na formulação e nas práticas **burocráticas**. A burocracia, como salienta Tragtenberg (2006), é um dos importantes pilares do Estado Moderno e uma aliada incondicional na preservação da ordem social vigente. Desse modo, toda instituição que apresenta como diretriz a superação dessa ordem social deve buscar romper com as suas amarras.

Assim como o direito e a legalidade, a burocracia impede que propostas que venham de encontro a ordem estabelecida se efetivem. Isto nos remete as palavras de Florestan Fernandes (apud SILVA, 2006, p. 8) quando da criação do Partido dos Trabalhadores no final da década de 1970 e início da de 1980, para o sociólogo, um partido com aspirações revolucionárias teria de perder a obsessão pela legalidade, pois “[...] a concessão da legalidade constitui uma autorização para funcionar nos limites da ordem e para ser punido nas transgressões [...]”.

³⁸ Para Chauí (2011) o discurso instituído é aquele estabelecido, fundado conforme a classe que domina economicamente. Já o discurso instituinte, criador ou fundador, é aquele que vai contra tudo que é instituído, fazendo uma crítica ao contexto histórico e assumindo novas formas de conhecimento.

Nesse mesmo sentido, uma Universidade que se projeta popular, deve também perder a obsessão tanto pela burocracia, quanto pela legalidade. Isto não implica em a UFFS deixar de bater-se pela legalidade, ou em excluir todos os seus processos e fluxos, mas em não constituir a burocracia – e a legalidade, por consequência – como sua preocupação central, embora, enquanto Instituição Federal de Ensino Superior a UFFS tenha os mesmos procedimentos e apresente a mesma sujeição às letras do REUNI, da LDB, etc.

Contudo, o projeto da Universidade rompe teórica e praticamente com a ordem. Para sua efetivação, seus agentes (gestores, docentes, técnicos, discentes e comunidade regional) devem “[...] estar permanentemente preparados para realizar aquelas tarefas em duas frentes simultâneas, a legal, se existir, e a ‘ilegal’ se não houver outro remédio [...]” (FERNANDES, apud SILVA, 2015, p. 8). Mas como agir na ilegalidade se o acordo é assinado de forma homogênea? Parece que a proposta tem limites e a prática precisa ir para além desse universo.

A criação da Universidade, enquanto pública e popular, reforça a contradição da sociedade capitalista e a evidencia enquanto espaço de possibilidades. A superação dos entraves burocráticos se apresenta também enquanto possibilidade. Corrobora para isto o fato de a Instituição ser relativamente nova – com pouco mais de cinco anos –, não apresentando ainda toda uma tradição burocrática instituída e tendo que criar do zero todos os seus processos, fluxos e instrumentos legais. Carece, no entanto, que a proposta institucional esteja a frente e que as diretrizes e o perfil da Universidade sejam levados em conta no momento de construção destes processos, fluxos e instrumentos.

Se a burocracia é tão presente no Estado e em suas instituições, ao ponto das finalidades do Estado serem as finalidades da burocracia e as finalidades desta se transformarem em finalidades do Estado (TRAGTENBERG, 2006) não sendo possível superá-la, o que se espera de uma Instituição que se projeta popular é que a sua proposta esteja presente, contraditoriamente, na burocracia.

Por outro lado, se a burocracia e a ausência da perspectiva de classe na compreensão das categorias fundantes da proposta institucional se apresentam como entraves e limites, a proximidade que a UFFS possui com os movimentos sociais, sobretudo com os que compunham o Movimento Pró-Universidade e com as demandas reais e imediatas das camadas populares, pode se configurar como um importante elemento na efetivação e na garantia da proposta institucional.

A presença constante na Universidade dos movimentos sociais da classe trabalhadora e a garantia legal da participação da comunidade regional e destes mesmos movimentos nas

instâncias deliberativas e nos processos de eleição dos dirigentes institucionais revelam o vínculo da UFFS com esses movimentos e segmentos e se configuram como aliadas na garantia de manutenção da proposta institucional e se colocam como **mais um elemento contraditório**.

Além disto, uma IFES sobrevive do pacote de recursos da União. Na medida em que a Universidade passa a se submeter, para a sua manutenção, aos mesmos critérios de rateio dos recursos federais, os movimentos sociais com seu poder de organização e mobilização, de imediato se apresentam como importantes aliados. Se os índices de aluno equivalente rebaixarem a UFFS na tabela da Matriz Andifes de distribuição dos recursos de custeio e capital, inviabilizando financeiramente sua própria existência³⁹, bem como sua proposta institucional, a presença constante e o vínculo com esses movimentos poderão, frente organização, mobilização e pressão – a criação da própria Universidade é um exemplo disto –, garantir por exemplo, a suplementação orçamentária e a manutenção da UFFS e de sua proposta.

A capacitação, a formação e o diálogo constante de toda a comunidade universitária se coloca como um **quinto elemento contraditório** a ser explorado. No nosso entendimento, e a pesquisa salientou isto, a efetivação da proposta perpassa por processos de capacitação continuada de todos os segmentos da Universidade. Servidores técnico-administrativos, discentes, docentes e comunidade regional precisam estar em sintonia com a proposta institucional.

Apresentar e discutir continuamente os eixos que compreendem a proposta, reforçar seu caráter, sobretudo popular, e dialogar constantemente sobre a Universidade que se projeta são tarefas essenciais tanto para a compreensão, quanto para a efetivação da proposta.

Como explicita Freire (1987, p. 42) o diálogo é

[...] o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.

Nesse sentido, diálogo, debate e capacitação permanente, além de serem “necessidades existenciais” do próprio projeto, são importantes mecanismos de sua efetivação.

³⁹ Um estudo da UNIPAMPA revela que uma IFES que apresenta índices de alunos concluintes de 20% receberá, frente a Matriz Andifes de Custeio e Capital menos da metade dos recursos que uma IFES com índices de 100% de alunos concluintes, ou seja, como a UFFS gradua menos de 1/5 de seus alunos, ao passo que ela deixar de receber seus recursos em decorrência de seu regime “*pró-tempore*”, passará a receber aproximadamente 40% de seu orçamento atual (UNIPAMPA, 2011).

Entretanto essa não parece ser uma preocupação essencial da UFFS, pelo menos não para o triênio 2014–2016. O Programa de Capacitação da Secretaria Especial de Gestão de Pessoas não aborda em momento algum as categorias público, popular e educação popular, que compõem o projeto, tampouco aborda os eixos da política de ingresso, da participação, do controle social e da estrutura curricular dos cursos de graduação que sedimentam tal projeto. A preocupação da Secretaria, por intermédio de sua Diretoria de Desenvolvimento de Pessoal foi antes de propor programas de capacitação e formação nas áreas do Direito, do Controle de Finanças e Orçamento e das Técnicas de Gestão, por exemplo, do que de olhar para a própria Universidade, para seu projeto institucional e sua proposta diferenciada.

O compromisso institucional com o questionamento da ordem social também é um germe presente na base dos sujeitos e é parte constitutiva da UFFS. Esse elemento aparece de forma tímida na fala dos entrevistados, porém é determinante. É um elemento contraditório, **no caso o sexto ponto**, mas que é um dos mais determinantes quando se propõe ir para além da proposta burguesa de Universidade. Segundo Marx (2010, p. 44) “[...] arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material [...]”, ou seja, não cabe à filosofia, ao diálogo, à educação ou tampouco a uma instituição de ensino fazer a revolução, superar a matriz produtiva vigente que oprime e aliena.

Contudo, embora a Universidade não seja “poder material” e não caiba a ela substituir a “materialidade” no processo revolucionário, “[...] também a teoria se transforma em poder material assim que se apodera das massas [...]” (MARX, 2010, p. 44), ou seja, a educação e a universidade podem transformar-se em materialidade ao ponto que se aproximam e se apoderam das massas. Segundo Fernandes (1966, p. 85, grifo do autor) “[...] a educação escolarizada tanto pode ser compreendida como *produto* da mudança social, quanto como seu *requisito* e até como seu *fator específico* [...]”.

Assim, por mais que não caiba à educação – muito menos à UFFS – a responsabilidade pelo processo de transformação social e pela superação da matriz vigente, a ação pedagógica revolucionária, comprometida com as camadas populares, com suas demandas e com o seu movimento “[...] não pode esperar a revolução acontecer para se dar [...]” (FREIRE apud HENRIQUES; TORRES, 2009, p. 42) precisa acontecer ainda hoje pois “[...] a educação não é um destino, mas uma construção social [...]” (CAMBI, 1999, p. 13).

Para concluir, em relação à pergunta central, que provocou e norteou a elaboração deste trabalho, acreditamos que sim, que é possível uma Universidade Federal se propor pública e popular. A convicção é presente, não apenas porque a UFFS goza de autonomia didático-

científica, administrativa, financeira e patrimonial, consagradas constitucionalmente, mas também, porque “o novo nasce dos escombros do velho”. Ao passo que uma instituição, que historicamente é subordinada legal e burocraticamente aos princípios excludentes, elitistas e reprodutores da ordem social estabelecida, passa a pautar em seus documentos e a garantir que suas práticas cotidianas sejam voltadas às demandas da classe que trabalha, a possibilidade aparece. A política de acesso, as instâncias de controle e participação e a proposta curricular dos cursos reforçam essa possibilidade – de ser pública e popular – e caminha no sentido do “novo”.

Muito embora uma educação libertadora, criadora e que objetive uma ordem social qualitativamente diferente só possa se dar “[...] para além do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 71), o movimento do real possibilitou a criação da UFFS que se projeta pública e popular, cabendo a ela, agora, efetivar-se e ampliar seus horizontes no interior do velho, com uma ressalva: vivemos um momento histórico em que o velho se aperfeiçoa em suas proposições manipulatórias e cria mecanismos cada vez mais sofisticados para ampliar o mundo da consciência reificada, bem como na impossibilidade de avançar neste campo, o uso da força física e da lei estão sendo colocadas em prática com maestria.

Para tanto, a Universidade precisa imediatamente superar os limites que se apresentam; aproximar-se teórica e praticamente das categorias que fundam sua proposta, mantendo presente todo seu histórico de criação; romper com a estrutura burocratizada em que está inserida, perdendo a obsessiva atenção pela burocracia e pela legalidade, enquanto pilares do Estado Moderno e da ordem vigente; e precisa, ainda, manter um programa permanente de capacitação voltado a toda a comunidade universitária, esclarecendo e reiterando o projeto da universidade, seus compromissos, diretrizes e valores junto, sobretudo, aos seus gestores, docentes, servidores e alunos, para que todos conheçam verdadeiramente os objetivos da instituição e os significados de seus eixos estruturantes.

As universidades, como referenciado anteriormente, são instituições históricas, a UFFS é uma instituição histórica e sendo histórica é “[...] um espaço político e contraditoriamente também um espaço gerador de possibilidades [...]” (VALE, 2001, p. 61). Nesse ínterim, “[...] a ação educativa, e nela o projeto revolucionário que se propõe comprometido com a libertação dos homens, desempenha uma forte influência na construção da consciência crítica das classes dominadas, levando-as à ultrapassagem do senso comum ao bom senso [...]” (VALE, 2001, p. 61) e à luta simultânea pela transformação da sociedade.

A superação da ordem social vigente não ocorrerá por um ímpeto voluntarista, tal superação prescinde da articulação do aspecto consciente. Nesse sentido, “[...] o acesso ao conhecimento científico, que se identifica com o domínio da organização e do funcionamento da realidade, aparece como uma condição *sine qua non* à transformação, mas não suficiente por si só [...]” (ORSO, 2013, p. 56). Logo, a educação pode apresentar um caráter transformador, socializando o conhecimento e as artes, inserindo, no processo formativo, conteúdos teórico/práticos fundamentados em uma perspectiva crítica, “[...] inculcando nos indivíduos conhecimentos e valores revolucionários, isto é, que contribuam para a superação da sociedade de classes e do seu Estado político [...]” (PINHO, 2009, p. 6). Como lembra Gadotti (1984, p. 63), “[...] a educação não é, certamente, a alavanca da transformação social. Porém, se ela não pode fazer a transformação, essa transformação não se efetivará, não se consolidará sem ela [...]”.

Desse modo, embora a UFFS não se projete, ou se perceba, como uma instituição messiânica, salvadora ou responsável pela superação da ordem do capital, a possibilidade de se efetivar enquanto Pública e Popular deixa transparecer o potencial – e a contradição – das Universidades em particular – e das instituições sociais como um todo – assumirem uma perspectiva de classe social, tomando um outro lado no confronto existente. Isto possibilita, além do acesso das camadas populares no Ensino Superior, a oportunidade dessas camadas se reconhecerem enquanto agentes históricos e produtores de suas próprias histórias, servindo assim, de fato, como alavanca no processo de transformação social.

Nesse sentido, embora um estudo limitado, a oportunidade de debate da proposta institucional, bem como a identificação dos limites e das possibilidades presentes se configuram como os maiores benefícios dessa pesquisa. A abertura de um espaço de discussão e de reflexão acerca da Universidade Pública e Popular e do espaço ocupado pela educação na sociedade capitalista, além de decisivo no processo de ruptura com a ordem social é um fator imprescindível para a efetivação da proposta institucional e se espera que possa ser construído ou ao menos vislumbrado com a realização da nossa pesquisa.

Assim, mesmo que o esforço empreendido nessa dissertação tenha se ocupado apenas de um dos *Campi* da UFFS, espera-se que os resultados obtidos a partir do *Campus* Laranjeiras do Sul sirvam como parâmetros para pensar a proposta institucional – Universidade Pública e Popular – para além dos documentos legais, no intuito de sua efetivação.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Revisada. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2010.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS [DA] CANTUQUIRIGUAÇU. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Associação dos Municípios [da] Cantuquiriguaçu. Redação e sistematização: Adelar Antonio Motter, Marcos Valentin Ferreira Martins, Antonio Carlos Rodrigues da Silva. Laranjeiras do Sul, 2003.
- ATLAS BRASIL. **Consulta**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- BM. Banco Mundial. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995.
- _____. **Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria**. Washington, 2003.
- _____. **La educación superior em países em desarrollo: peligros y promesas**. Washington, 2000.
- BENINCÁ, Dirceu. Uma universidade em movimento. In: BENINCÁ, Dirceu (Org.) **Universidade e suas fronteiras**. 1. ed., São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- _____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº de 2005**. Autoriza a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul – UFGFM e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/512636.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2015.
- _____. **Lei nº. 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015

_____. **Lei nº. 12.029 de 15 de setembro de 2009.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm>. Acesso em: 08 fev. 2015.

_____. **Decreto nº 7.233 de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015

_____. **Lei nº. 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. 2012b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. PROUNI. **Programa complete 10 anos com maior oferta de bolsas desde que foi criado.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20998:programa-completa-10-anos-com-maior-oferta-de-bolsas-desde-que-foi-criado&catid=212&Itemid=86>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, n. 28, Curitiba: 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**. n. 24, Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CARIBÉ, Daniel. **Ensaio sobre universidade popular.** Disponível em: <<https://dceufpr.files.wordpress.com/2008/04/ensaio-universidade-popular.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE LARANJEIRAS DO SUL. **Projeto para Criação e Implantação do Campus Universitário de Laranjeiras do Sul, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.** Guarapuava, 2010.

Disponível em:

<http://www.unicentro.br/proplan/documentos/projeto_do_campus_universitario_de_laranjeiras_do_sul.pdf>. Acesso em 20 jun. 2015.

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL. **Manifesto.** Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Rio Grande do Sul, 2007. Documento elaborado pela Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, para ser entregue ao secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, professor Ronaldo Mota, em audiência realizada em maio de 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FARIA, José Henrique; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como organização, poder e controle. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, p. 424-439, set./out., São Paulo, 2011.

FASSINA, Alexandre Luis et al. Universidade popular e extensão: um olhar a partir dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação da UFFS. In: LOSS, Adriana Salette et al. (Orgs.). **Uma experiência de universidade pública que se projeta como popular: bases para (re)leituras dos cenários da UFFS.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Florestan. Universidade e talento. **Revista Adusp.** São Paulo, v. 4, outubro, 1995.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus Editora, 1966.

FIGUEIREDO, Daniel Augusto de. História da educação popular: uma leitura crítica. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). **Educação popular na perspectiva freiriana.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Educação e poder**: introdução a pedagogia do conflito. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez – Autores Associados, Universidade Federal do Ceará. 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HENRIQUES, Lucas Fernando César; TORRES, Michelangelo Marques. Potencialidades do círculo de cultura na educação popular. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. **Brasil teve mais de 7 milhões de matrículas no ano passado**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado>. Acesos em 20 jun. 2015.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em Números**. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 25 nov. 2015.

JÚNIOR, Israel Pacheco; TORRES, Michelangelo Marques. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na educação popular. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

LARANJEIRAS DO SUL, Prefeitura de. **Laranjeiras em Números**. Laranjeiras do Sul, 2015a. Disponível em: <<http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/numeros.php>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **Economia**. Laranjeiras do Sul, 2015b. Disponível em: <<http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/economia.php>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**. v. 34, n. 1. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** Obras Escolhidas. Lisboa: Avante, 1981.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

LIMA FILHO, Paulo Alves. Notas introdutórias à questão do controle social na UFFS: preâmbulo a uma constituição. **Cuadernos de Educación y desarrollo**. v. 1, n. 9., novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/ced/09/palf.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

LOSS, Adriana Salete; MICHELS, Lísia Regina Ferreira; ONÇAY, Solange Todero Von. Do Projeto de universidade ao currículo na perspectiva da educação popular. In: LOSS, Adriana Salete et al. (Orgs.). **Uma experiência de universidade pública que se projeta como popular: bases para (re)leituras dos cenários da UFFS**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

LUBENOW, Jorge Adriano. **A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2012.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução**. Tradução de Lúcia Ehlers. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Introdução e tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MESOMERCOSUL. **Mesorregião**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.mesomercosul.org.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbah Zainko. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, n. 28, p. 179-198, Curitiba: Editora da UFPR, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2013.

MOHR, Naira Estela Roesler et al. A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 93. n. 235. Brasília, set./dez., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812012000400013&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MONASTA, Atílio. **Antônio Gramsci**. Tradução de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NETTO, José Paulo. **O déficit da esquerda é organizacional**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/o-deficit-da-esquerda-e-organizacional-por-/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática: desafios contemporâneos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ONÇAY, Solange Teodoro Von et al. Educação popular e universidade pública e popular: caminhos na construção de uma práxis educativa. In: LOSS, Adriana Salete et al. (Orgs.). **Uma experiência de universidade pública que se projeta como popular: bases para (re)leituras dos cenários da UFFS**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

ORSO, Paulino José. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). **Educação e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto alegre: CAMP; Tomo Editorial, 2001.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Educação superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: PAULA, Maria de Fátima Costa; LAMARRA, Norberto Fernández (Orgs.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Idéias & Letras, 2011.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____. Classes populares no ensino superior brasileiro: desafios políticos e pedagógicos. In: BENINCÁ, Dirceu (Org.). **Universidade e suas fronteiras**. 1. ed., São Paulo: Outras Expressões, 2011.

PEREIRA, Thiago Ingrassia et al. O acesso como fator de democratização da universidade pública brasileira: o caso da uffs campus Erechim. In: LOSS, Adriana Salete et al. (Orgs). **Uma experiência de universidade pública que se projeta como popular: bases para (re)leituras dos cenários da UFFS**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PINHO, Maria Teresa Buonomo. Ideologia, educação e emancipação humana em Marx, Lukács e Mészáros. **XII Conferência Anual da IACR** – International Association for Critical Realism. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/51T.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2014.

PINTASSILGO, Joaquim. **As universidades populares nas primeiras décadas do século XX em Portugal**: o exemplo da academia de estudos livres. Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8354/1/As%20Universidades%20Populares.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ROMÃO, José Eustáquio; LOSS, Adriana Salete. A universidade popular no Brasil. **Foro de Educación**, v. 12, n. 16, jan./jun., p. 141-168, Salamanca, Espanha, 2014,. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14516/fde.2014.012.016.006>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

ROSSATO, Ermelio. **Modelos da universidade brasileira (1920 – 1968)**. Santa Maria: Biblios, 2008.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de história. 2. ed. Passo fundo: UPF, 2005.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. Florianópolis, 2009. **Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicass%20recentes.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 maio 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHALLENBERG, Erneldo. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. Mediações: **Revista de Ciências Sociais**, v.8, n. 2, p. 9-26, jul./dez., Londrina, 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/642/showToc>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelos de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez., Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Rita de Cássia Curvelo da. **Os sem-terra e o desejo de aprender**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2000.

SILVA, Luiz Fernando. **A atualidade de Florestan Fernandes: universidade pública, marxismo e revolução**. Bauru, 2006. Disponível em: <<http://www.lamericas.org/arquivo/florestanfernandes2.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

SILVA, Maria Ozarina da Silva e (Coord.). **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa. As experiências do domínio comum na UFFS e as fronteiras do currículo universitário. In: BENINCÁ, Dirceu (Org.) **Universidade e suas fronteiras**. 1. ed., São Paulo: Outras Expressões, 2011.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Revista Espaço Acadêmico, n. 58, ano V, Unijuí, 2006. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. 2. ed. Edição Revisada. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

TREVISOL, Joviles Vitório. Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS. **Anais da X ANPED SUL**, Florianópolis, 2014.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **O Financiamento da Educação Superior Federal: desafios à gestão dos cursos de graduação**. Seminário de Formação para Coordenadores de Curso. Bagé, 2011. Disponível em: <http://portarias.r.unipampa.edu.br/portais/cap/files/2011/03/apresentacao_coordenadores_proplan.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Portaria 046/GR/2009**. Chapecó, Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://antiga.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/portarias/2009/portaria046.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2015.

_____. **Conselho Estratégico Social.** Santa Catarina, 2011. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1085&Itemid=1876&site=ces>. Acesso em 20 de março de 2015.

_____. **Estatuto da Universidade.** Santa Catarina, 2012a. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&Itemid=&gid=5332>. Acesso em: 06 mar. 2015.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Agronomia – Bacharelado.** Laranjeiras do Sul, 2012b. Disponível em: <
http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1192&Itemid=1759>. Acesso em: 06 mar. 2015.

_____. **Edital 162/2012.** Santa Catarina, 2012c. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=142&Itemid=899&limitstart=4>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Resolução Nº 6/2012 – CONSUNI/CGRAD.** Santa Catarina, 2012d. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1079&Itemid=1910&site=consuni>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Carta de Serviços ao Cidadão.** Santa Catarina, 2013. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8100&Itemid=>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. **Resolução Nº 4/2014 – CONSUNI/CGRAD.** Santa Catarina, 2014a. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/images/sic/RESOLUO_4-2014-_CONSUNI_-_CGRAD_-_Aprova_o_regulamento_de_Graduao.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. **Resolução Nº 21/2014 do CONSUNI.** Santa Catarina, 2014b. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/images/soc/021_-_Processo_de_consulta_para_escolha_de_reitor_vice-reitor_e_diretores_de_campus_-_corrigida.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. **Resolução Nº 35/2014 do CONSUNI.** Santa Catarina, 2014c. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/images/soc/035_-_Resoluo_e_Anexo_I_para_publicar.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. **A Instituição.** Santa Catarina, 2015a. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=822>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. **Perfil.** Santa Catarina, 2015b. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=370&Itemid=823>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. **Metas.** Santa Catarina, 2015c. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=371&Itemid=824>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. **PPI**. Santa Catarina, 2015d. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=825>
. Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. **Política de Ingresso**. Santa Catarina, 2015e. Disponível em:
<<http://www.uffs.edu.br/estudenauffs/PoliticadeIngressoUFFS.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

_____. **Sistema de Gestão Acadêmica**. Santa Catarina, 2015f. Disponível em:
<<http://sga.uffs.edu.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Universidade, educação, cultura. **Revista eletrônica Ponto-e-Vírgula**, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, n. 6, PUC/São Paulo, 2º semestre de 2009.

_____. **O que é Universidade?** 9. ed., São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. **São Paulo em perspectiva**, v. 10, n. 4, p. 96-106, out./dez., São Paulo, 1996.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2003.

APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título do Projeto: Uma Universidade Federal Pública e Popular é Possível?

Pesquisador responsável: Wilian Przybysz

CPF: 031.999.499-67

Telefone: (42) 99163802

E-mail: wilian.przybysz@uffs.edu.br

Convidamos o(a) senhor(a) a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de compreender como a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus de Laranjeiras do Sul – Paraná, na atual conjuntura histórico-social, efetiva-se enquanto Universidade Pública e Popular, voltada à valorização do saber popular e à superação da matriz produtiva existente.

A pesquisa ora proposta não apresenta riscos e danos à saúde dos seus participantes. Contudo, como se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, nas palavras de Minayo (2008), que envolve valores, atitudes, e motivos, sempre existe (embora mínimo) o risco da quebra do sigilo das respostas dos sujeitos participantes. Diante disto, as entrevistas serão transcritas sem identificação e será resguardado aos sujeitos, direito de participar ou não da pesquisa proposta.

Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento o pesquisador poderá ser contatado a qualquer momento.

A possibilidade do debate da proposta da UFFS enquanto Universidade Pública e Popular, bem como a identificação dos limites e possibilidades dessa proposta se configuram como os maiores benefícios dessa pesquisa.

Informo que o TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; que o sujeito não pagará nem receberá para participar do estudo; que será mantida a confidencialidade do sujeito; que os dados serão utilizados para fins científicos; e que os sujeitos poderão cancelar sua participação a qualquer momento. O telefone do comitê de ética da UNIOESTE é (45) 3220-3272.

Declaro estar ciente do exposto e **desejo** participar da pesquisa.

(nome e assinatura)

Eu, Wilian Przybysz, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante.

Laranjeiras do Sul, 25 de junho de 2014.

APÊNDICE 2 - Questionário de Pesquisa

Título do projeto: Uma Universidade Federal Pública e Popular é Possível?

Pesquisador: Wilian Przybysz

PERFIL DO ENTREVISTADO:

Idade _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Formação:

- Graduação:

1. Curso: _____ Ano de Formação: _____

Instituição: () Pública () Privada

Qual: _____

2. Curso: _____ Ano de Formação: _____

Instituição: () Pública () Privada

Qual: _____

3. Curso: _____ Ano de Formação: _____

Instituição: () Pública () Privada

Qual: _____

Pós-Graduação:

Pós-Graduação	Instituição	Área	Ano de Conclusão
Especialização			
Mestrado			
Doutorado			
Pós-Doutorado			

Trajetória Profissional:

Experiências profissionais anteriores (listar em ordem cronológica as três com maior relevância).		
Área	Função	Período
1°		
2°		
3°		

Tempo em meses no Cargo ou Função: _____

- 1 – Qual a sua compreensão a respeito da Categoria PÚBLICO?
- 2 – Qual é a sua compreensão acerca do tema POPULAR?
 - E a respeito do tema Educação Popular?
- 3 – O que significa para você uma Universidade se propor pública e popular?
 - Com o que ela se compromete? – O que ela valoriza? – Qual é seu principal objetivo?
- 4 – Como tem sido pensada e desenvolvida a proposta – Universidade Pública e Popular?
 - O que torna a UFFS pública e popular? – Quer considerar algo aqui do Campus Laranjeiras do Sul?
- 5 – A proposta político-institucional da UFFS está se concretizando?
 - Se sim, indique os elementos facilitadores que estão contribuindo para a efetivação da proposta.
 - Se não, indique o porquê.
- 6 – Levando-se em conta a proposta político-institucional da UFFS e sua efetiva concretização, indique quais os limites apresentados.
 - E quais as formas de superá-los.
- 7- Frente ao que foi conversado, você está convencido de que a UFFS é diferente?
 - Em que ela é diferente?
 - Em que ela se assemelha ao modelo tradicional de universidade?
- 8- A UFFS tem um compromisso explícito com a comunidade e com os segmentos populares. Você percebe este compromisso?
 - Onde ele está?
 - A UFFS preza por ele?
 - Como os vínculos são fortalecidos e às demandas atendidas?
 - Há algum outro aspecto que você gostaria de destacar sobre o conjunto de questões pontuadas?
 - Mais alguma coisa para se chamar a atenção?

Obrigado

ANEXO 1 – Manifesto

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL
(Manifesto¹)**

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL

03 de maio de 2007.

¹ Documento elaborado pela Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, para entrega ao Secretário de Ensino Superior do MEC, Prof. Ronaldo Mota, em audiência realizada em 03/05/2007.

APRESENTAÇÃO

O Movimento Pró-Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, formado por Movimentos e Organizações Sociais Populares e agentes públicos subscritos, apresenta, de forma sintética, as reflexões, experiências e desejos dos sujeitos sociais quanto à instituição a ser criada

O presente documento compõe-se de três partes. A primeira parte, "Resgate do processo", consiste numa breve síntese das principais atividades do Movimento Pró-Universidade Federal e da relação estabelecida com o Ministério da Educação – MEC até o momento, visando socializar e resgatar os compromissos até então assumidos.

A segunda parte do documento, "A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul", apresenta algumas das principais características da Região do ponto de vista econômico, político, social, cultural e educacional, com o objetivo de identificar a importância de uma Universidade para o desenvolvimento dessa grande Região.

A última parte, "A Universidade que Queremos", apresenta, de forma sintética, alguns princípios de gestão e organização da Universidade, considerados referenciais para o arcabouço institucional da nova Universidade, compreendida como estratégica para o desenvolvimento da Mesorregião.

RESGATE DO PROCESSO

O Movimento Pró-Universidade Federal teve início, de forma não articulada entre os três estados da Região Sul, ainda em 2005. No Rio Grande do Sul, iniciou com o objetivo de criação de uma universidade federal para o norte do Estado. Foram organizados comitês municipais na maioria dos mais de 200 municípios, comitês regionais e o comitê estadual.

Em 10 de dezembro de 2005, foi realizada uma Audiência Pública em Ijuí, com a presença do Secretário Executivo do MEC. Nesta audiência, o Movimento entregou o documento "Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul – Proposta de criação", moções de apoio e abaixo-assinados contendo milhares de assinaturas. O Secretário Executivo acenou com a possibilidade da universidade e se comprometeu com a organização de audiências nas diferentes regiões que compõem o Norte do Rio Grande do Sul. Estas audiências regionais foram realizadas em março de 2006, com a participação do Secretário Executivo, reunindo milhares de pessoas. Em 2005 e 2006, também foram realizados diversos seminários e atos públicos em todas as regiões.

Em Santa Catarina, ainda em 2003, na abertura da EFAPI, em Chapecó, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o Oeste teria uma universidade pública federal. Em 2005, o Deputado Federal Cláudio Vignatti (PT-SC) protocolou o Projeto de Lei 6037/05, que autoriza a criação da Universidade Federal da Grande Fronteira do Mercosul (UFGFM). Em maio de 2006, uma equipe da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a partir de uma Emenda Parlamentar do Deputado Cláudio Vignatti, iniciou a elaboração do projeto técnico.

No Paraná, várias entidades, tanto públicas como não-governamentais, realizaram encontros e seminários para discutir a demanda e a importância de uma universidade federal para o sudoeste paranaense.

Em 13 de junho de 2006, em audiência no Ministério da Educação, o Ministro Fernando Haddad ficou sensibilizado com a diversidade produtiva e a identidade cultural da Região, aprovou a idéia de uma universidade federal para o Sul do Brasil (abrangendo o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná) e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Neste dia também foi acertada uma nova reunião para aprofundar o perfil da instituição e o processo de sua implantação.

Em 23 de junho de 2006, em Chapecó, durante o II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar², o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou a determinação do governo federal em implantar uma nova universidade federal no Sul do Brasil, contemplando o norte gaúcho, o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná. "Vocês terão uma universidade", afirmou o Presidente Lula, destacando que o Ministério da Educação iniciou a elaboração do projeto da nova instituição.

Em 22 de agosto de 2006, em nova audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, na sede da Fetraf-Sul/CUT, em Chapecó, integrantes da coordenação do Movimento Pró-universidade Federal entregaram ao Ministro um documento contendo objetivos, justificativa, princípios e diretrizes para o projeto da

² Encontro promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-Sul/CUT e pela Cooperativa de Crédito e Interação Solidária – Cresol Central.

nova instituição de ensino superior³.

Em 18 de dezembro de 2006, o Movimento Pró-Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul realizou um seminário em Chapecó. Nessa oportunidade, a Equipe da UFSC, responsável pela elaboração do projeto técnico da Universidade Federal, apresentou o documento ao Movimento e abriu possibilidade de acolher sugestões. No sentido de fortalecer o processo iniciado nos três estados do sul, definiu-se que a coordenação do Movimento seria feita pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf-Sul/CUT e pela Via Campesina, entidades que têm atuação na Mesorregião.

Em 24 de janeiro de 2007, a Coordenação do Movimento reuniu-se com o Secretário de Ensino Superior do MEC, Manuel Palácios, para debater o processo de criação da nova universidade. Na audiência, o Secretário comprometeu-se com a realização de uma ampla discussão do projeto, ressaltou a existência de previsão orçamentária para três *campi* (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), acenou com a possibilidade dos *campi* de Palmeira das Missões e de Frederico Westphalen serem incorporados à nova universidade, assumiu o compromisso com a realização de discussão a respeito de um plano de expansão de novos *campi* para os próximos anos e com a realização de um seminário conjunto entre o MEC e os Movimentos e Organizações Sociais para discussão do formato e da proposta político-pedagógica da nova universidade. O referido seminário foi realizado no dia 13 de abril de 2007, sem a presença do Secretário de Ensino Superior, já que, dois dias antes, o professor Ronaldo Mota havia assumido como novo Secretário. Neste seminário, recompôs-se a Coordenação do Movimento e elegeu-se uma Equipe Técnica para contribuir na elaboração.

Enfim, o resgate do processo demonstra que estamos convictos quanto à demanda por ensino superior público e quanto ao papel estratégico de uma Universidade Federal para o desenvolvimento das potencialidades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

³ Documento em anexo.

A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 381 municípios, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de 3,7 milhões de habitantes.

Mesorregiões do Brasil



Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul



A Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%), concentrando parcela significativa da população na zona rural. Em relação à região Sul, a Mesorregião representa um quarto do território e da população. No entanto, o PIB da Mesorregião representa pouco mais de um décimo e o PIB *per capita* (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, do Ministério da Integração Nacional, classifica as microrregiões brasileiras como de "alta renda, baixa renda, dinâmicas e estagnadas". A maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul são classificadas como estagnadas. Os indicadores demonstram que a Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, vem empobrecendo⁴.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes europeus. O processo de colonização trouxe consigo novos valores, formas de organização da produção e da vida comunitária, que implicaram na quase exclusão das populações nativas e negras. Ainda hoje, a forte presença de imigrantes europeus, juntamente com remanescentes de indígenas e mestiços, é uma característica marcante da Região. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização do povo é também outro elemento característico da região.

A Agricultura Familiar e Camponesa é um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região. O processo de modernização do campo, conhecido como Revolução Verde, trouxe à região um padrão tecnológico danoso ao meio ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas, adubação química e agrotóxicos. Nesse processo, coube à Agricultura Familiar e Camponesa a liberação de mão-de-obra para os centros urbanos, o suprimento de

⁴ Ministério da Integração Nacional. PNDR, 2005.

patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País.

O movimento sindical combativo do campo, que deu origem à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-sul/CUT e posteriormente Fetraf-Brasil, é construído a partir da Mesorregião. É também a partir dessa Região que se constroem o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento dos Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR (hoje, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC), que se articulam através da Via Campesina.

É também nesta Mesorregião que se desenvolve um importante movimento cooperativo desde a primeira metade do século passado, constituindo as chamadas cooperativas tradicionais. Recentemente, a partir da ação do Movimento Sindical e Popular, foram criadas novas cooperativas de produção (a exemplo do Sistema Coorlac), agroindústrias familiares, cooperativas de crédito (a exemplo do Sistema Cresol) e cooperativas de habitação (a exemplo da Cooperhaf).

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. É especialmente a partir da luta e ação dos Movimentos Sociais Populares desta Região que um conjunto de programas e políticas públicas foi construído nas últimas duas décadas: a aposentadoria de um salário mínimo para o homem e a mulher do campo; a Reforma Agrária; o Programa Nacional de Fortalecimento e Valorização da Agricultura Familiar – Pronaf; o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – Seguro Preços; o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; o Programa de Habitação Rural; o Sistema Único de Saúde – SUS; programas na área da educação. Muitas dessas políticas são responsáveis pela manutenção de milhares de famílias no campo e pelo desenvolvimento de regiões e municípios, especialmente os de pequeno porte.

A ausência ou os baixos índices de investimentos estatais na Mesorregião são particularmente ilustrativos no que se refere à educação. No passado, para garantir educação aos filhos, os imigrantes tiveram que criar as chamadas escolas da comunidade, já que, somente a partir da segunda metade do século XX, percebe-se uma presença mais forte do Estado na área da educação. Em termos de educação superior pública, a ação do Estado na Mesorregião continua ausente. O ensino superior público foi pensado pelas e para as elites dominantes, o que justifica a inexistência de Instituições Federais de Ensino Superior na Mesorregião. Enquanto outras regiões contam com Universidades Públicas Federais e/ou Estaduais, as Universidades Públicas mais próximas da Mesorregião encontram-se, em média, a mais de 400 quilômetros de distância.

matéria-prima para indústria, a geração de oferta de alimentos e produtos para exportação e a transferência de renda para o setor urbano.

Uma parte das famílias que permaneceu no campo foi inserida ao processo capitalista de desenvolvimento, submetida à lógica mercantil, produzindo, especialmente grãos para exportação ou carne e leite para as grandes agroindústrias. Os excluídos desse processo migram, tardiamente, para as periferias das cidades ou mantêm-se no campo, produzindo basicamente para a subsistência. Nesse sentido, a Agricultura Familiar e Camponesa, ao mesmo tempo em que é estruturadora e dinamizadora do desenvolvimento da Região, também é a mais vulnerável, tendo em vista um modelo excludente que não serve para o seu desenvolvimento.

Mesmo submetida ao setor urbano-industrial, a Agricultura Familiar e Camponesa é estruturadora e dinamizadora do desenvolvimento da Região. Tendo em vista a falta de uma base de dados da Mesorregião, enfocaremos alguns dados mais genéricos para concretizar nossa afirmação. Na Região Sul, a Agricultura Familiar e Camponesa representa 90,05% dos estabelecimentos, o que corresponde a 907.635 famílias, e responde por 57% do Valor Bruto da Produção do setor agrícola⁵. Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE⁶, encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, revela que a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar respondeu, em 2003, por 10,1% do PIB nacional. No total, a agricultura familiar movimentou R\$ 156,6 bilhões, o que corresponde um terço do PIB do agronegócio, respondendo por 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 31% do arroz produzidos no Brasil. No Rio Grande do Sul, a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar respondeu, em 2003, por 27% do PIB gaúcho, 97% da produção de fumo, 74% do milho e 58% da soja, 89% do leite, 74% das aves e 71% dos suínos. Mesmo não dispondo de dados neste momento, é incontestável a concentração da Agricultura Familiar e Camponesa na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

O setor urbano industrial da Mesorregião possui uma profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais. O oeste Catarinense - espaço de predominância dos grupos agroindustriais - é um dos três principais complexos de atividades do setor industrial de Santa Catarina. Alguns dos principais grupos nacionais do setor agroindustrial, como Sadia, Chapecó, Perdigão e Ceval, localizam-se em Chapecó, Concórdia, Videira e Caçador. No Rio Grande do Sul, o eixo dinâmico da agroindústria é liderado pelas cidades-pólo de Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Santo Ângelo, Santa Rosa, Cruz Alta e Ijuí. Além do setor agroindustrial, há uma forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais, também com intensa relação entre a cidade e o campo.

A identidade da Mesorregião, do ponto de vista geográfico, é reforçada pela inserção nas Bacias Hidrográficas do Rio Uruguai (municípios gaúchos e catarinenses) e do Rio Paraná (municípios paranaenses), juntamente com a implantação de grandes projetos hidrelétricos.

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, que constitui um grande

⁵ IBGE. Censo Agropecuário, 1995/96.

⁶ PIB das cadeias produtivas da Agricultura Familiar... FIPE/USP, Ed. MDA, 2005.

A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS

Pretendemos construir uma Universidade Pública, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento voltado à superação de situações-problemas relativas à promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da região Sul do país, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento.

Entendemos que uma Universidade Federal nesta região deva ser tradutora dos anseios dos sujeitos sociais menos favorecidos economicamente e, conseqüentemente, desprotegidos socialmente de um direito conquistado pelos movimentos sociais que é a educação pública, gratuita e em todos os níveis.

Queremos uma universidade que supere os modelos que hoje existem, muitos dos quais sob efeito das transformações vividas na última década no que diz respeito a mercantilização da educação, reafirmando uma posição elitista e excludente construída historicamente. Não queremos uma instituição para vender educação com intenção de obter lucro, como fazem um grande número de instituições, hoje, mas queremos uma instituição que esteja envolvida com a vida das pessoas e que contribua, através das suas ações planejadas coletivamente, com a melhoria da qualidade de vida.

Defendemos uma universidade com o olhar voltado para a promoção de alternativas de ensino, pesquisa e extensão, através das organizações sociais, que apontem para a democratização do bem público, o conhecimento, tendo a universidade uma contribuição específica na definição e solução dos problemas sociais e econômicos.

A universidade que defendemos buscará construir novas experiências de ensino pesquisa e extensão em conjunto com a comunidade regional através de um projeto mobilizador e aglutinador de forças tendo como meta o desenvolvimento sustentável e solidário e uma sociedade mais equilibrada e justa.

Entendemos que o modelo de desenvolvimento a ser produzido e induzido por essa universidade deve ser um processo integral e integrador, mediado historicamente por um projeto político global, centrado na conquista e garantia da qualidade de vida, cujos sujeitos são os setores populares organizados e que resulta em transformações sustentáveis nas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Este conceito e natureza de desenvolvimento estão alicerçados em princípios, como: igualdade, democracia, direitos humanos, diversidade, busca constante da liberdade, autonomia, sustentabilidade, solidariedade e cooperação. Entendemos que esse processo deve ser conduzido e orientado pelos setores populares organizados, sem o que o desenvolvimento é desvirtuado para um simples crescimento econômico.

Isto requer a construção de políticas para a distribuição social e espacial da renda e da riqueza, com prioridade para a agricultura familiar e camponesa, a reforma agrária, a economia popular e solidária, os empreendimentos urbanos de base familiar, buscando uma interação sistêmica com o meio ambiente, constituindo um processo que resulta em transformações sustentáveis nas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. Sustentável, no sentido de ser economicamente viável,

politicamente democrático, socialmente justo, culturalmente diverso, ecologicamente equilibrado, levando em consideração o atendimento das necessidades e aspirações presentes e de gerações futuras.

Para dar conta da construção de um novo modelo de desenvolvimento a educação desenvolvida por essa universidade precisa ser nova em conteúdos, nas formas e nos fins. No caso da Mesorregião, os conteúdos e metodologias precisam dar conta do potencial estratégico que tem a Agricultura Familiar e Camponesa para o desenvolvimento da região e do país assim como todos os setores econômicos diretamente ligados a ela.

Com este objetivo a educação deve estar sustentada numa concepção que procura radicalizar a dimensão política e ética, tendo como fio condutor o ser humano histórico, priorizando as classes populares, historicamente oprimidas e roubadas em sua humanidade, assumindo assim uma posição ideológica que tem como base de sustentação o compromisso com a luta pela transformação da realidade. A educação precisa ser libertadora reconhecendo o saber do povo, que é parcial e fragmentado, mas que, ao ser sistematizado e organizado, cria condições de superar o que sabe e passa a incorporar o acúmulo teórico produzido historicamente.

Desta forma a educação pode contribuir com a transformação social, se tiver como objetivo a construção de uma nova sociedade, que responda aos interesses e aspirações dos setores populares, fundamentada nos princípios da igualdade, da democracia e da solidariedade. Para isso deve ter uma prática, fundamentalmente, inovadora que busque incidir tanto em nível da sociedade quanto ao nível dos grupos e sujeitos envolvidos nos processos educativos, potencializando os educandos e os educadores como sujeitos de transformação social.

Por fim, defendemos que a universidade para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul deve ser pública, gratuita e de qualidade, tendo o Estado a responsabilidade de assegurar os recursos orçamentários necessários à realização dos objetivos institucionais. Uma universidade que garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a universalidade de conhecimentos e fomento à interdisciplinaridade, para a construção de soluções individuais e coletivas conscientemente posicionadas em favor do meio ambiente e do desenvolvimento sócio-cultural. Um lugar onde se prime pela democracia, a autonomia, o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural; e onde a teoria e prática se relacionam para favorecer a formação humana, rompendo com a dicotomia entre o pensar e o fazer, o conceber e o atuar, garantindo dessa forma a efetiva participação das organizações da sociedade civil nos diferentes espaços (gestão, ensino, pesquisa e extensão).

Princípios de Gestão e Organização da Universidade

Trata-se, agora, de apresentar neste documento aspectos que devem orientar a constituição desta universidade. É um conjunto de princípios que se baseiam em propósitos de mudança, de participação inclusiva e de ultrapassagem construtiva de lógicas dependentes do mercado. Compreendemos que são quatro princípios gerais que devem orientar a nova universidade: gestão democrática, inovação e excelência, identidade institucional e relevância social.

a) Gestão democrática

A Gestão da universidade deve ter como princípio a transparência, a qualidade e a racionalidade da sua vida institucional, a inovação na gestão, a valorização de recursos e a capacidade de responder com forte envolvimento democrático, mas também com eficácia, aos desafios presentes e aos anseios da comunidade regional.

Para poder construir sua relevância social, a universidade deve adotar uma forma de gestão diferenciada, a *Gestão democrática*. É necessário desenvolver instrumentos de gestão, capacidade positiva de direção, mecanismos ativos de aconselhamento, processos de participação internamente e externamente fortes, visão estratégica permanentemente ativa e avaliativa.

Para concretizar esse desafio é necessário implementar equipes pedagógicas e comissões de pesquisadores que desenvolvam projetos transdisciplinares com o objetivo de equacionar as dificuldades e necessidades produtivas da Região; institucionalizar os processos acadêmicos com a presença de representantes de Movimentos Sociais e Populares, sobretudo os que integram o movimento pró-universidade, no processo de formulação do Projeto Político-Pedagógico, na implementação e na posterior gestão da Universidade; definir cursos e procedimentos de ingresso voltados para as demandas dos Movimentos Sociais e Populares, além de priorizar os alunos egressos da rede pública de ensino, reafirmando direitos multiculturais e dos excluídos, propiciando o ingresso no ensino superior público aos filhos de agricultores (as) familiares, negros, índios, caboclos, mulheres, desempregados; e contratação de profissionais comprometidos com a proposta de uma universidade diferenciada.

b) Inovação e excelência

A inovação e a excelência acadêmica, em todos os planos (ensino, pesquisa, extensão e relações com a comunidade), constituem-se como um princípio relevante. Neste sentido se ressalta a possibilidade da construção coletiva de um processo de gestão bem como de um projeto pedagógico voltados para as demandas historicamente colocadas pela população da Mesorregião.

Além de um programa de graduação consistente, com metas e propostas bem definidas, é preciso repensar os programas de pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, a partir dos programas e áreas de atuação da universidade, com vistas à excelência da pesquisa ou do conhecimento capaz de produzir uma nova realidade social, política e econômica para a região.

Estabelecimento de intercâmbio com Universidades e instituições científicas, culturais, educacionais e artísticas, nacionais e internacionais, para promover a formação humanística, à transferência e à oferta de tecnologia, visando à construção do desenvolvimento sustentável e solidário a partir de vocações e estruturas culturais e produtivas locais e regionais.

Entende-se ainda como necessário para a concretização desse princípio a elaboração das diretrizes da universidade que tenham como foco a realidade regional, na perspectiva do enfrentamento dos desafios do mundo globalizado neoliberal; elaboração coletiva de um projeto pedagógico alicerçado em metas e princípios claros; elaboração de uma rede de parcerias com organizações Sociais e Populares com vistas ao desenvolvimento sustentável e solidário da região;

c) Identidade institucional

A identidade de uma universidade é a sua principal marca e esta marca necessariamente deve caracterizar o seu empenho em construir o bem comum, rompendo com a idéia do conhecimento como uma propriedade privada. A identidade de uma instituição está associada a sua intervenção, características e compromissos com a sociedade em que está inserida. Essa identidade é representada pelo seu patrimônio físico e também *por aquilo que ela representa simbolicamente*.

Uma estrutura física pode ser decisiva para dar impulso à construção de um novo tempo e a uma nova universidade e sua localização deve ser no centro da dinâmica produtiva da Mesorregião, atendendo aos setores sociais e econômicos reconhecidos como estruturadores e dinamizadores do desenvolvimento da região.

A constituição da identidade institucional se dará na relação que estabelecerá com a história do seu povo, da sua região, na valorização da memória de sua gente e na implementação de projetos coletivos visando ao desenvolvimento e a promoção da qualidade de vida.

d) Relevância social

Pela sua significação social, a universidade não pode se contentar apenas com um lugar na sociedade, ela precisa criar marcas nesse tempo e nesse espaço. Ela tem que ser a instituição de maior relevância social e precisa ser reconhecida por todos como tal.

Para se constituir numa instituição socialmente relevante, a Universidade deve adotar uma forma de gestão que se define pela ética e pela transparência de suas ações, bem como, pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, preservando o meio-ambiente, a cultura, as diversidades, com vistas à diminuição das desigualdades sociais.

Para efetivar o compromisso social é preciso qualificar a instituição para que potencialize o desenvolvimento de tecnologias que atendam as características produtivas da Região Sul, considerando os aspectos ambientais das diferentes micro-regionais. Além disso, é necessário garantir livre acesso ao conhecimento dessas tecnologias produzidas, ampliando e diversificando os meios disponíveis para a socialização, dando a devida importância aos saberes produzidos pelas diferentes experiências sociais.

São indispensáveis *para atribuir relevância social para a universidade* estimular o desenvolvimento da universidade, aumentando sua massa crítica e o seu peso no contexto regional. Isso implica na focalização de cursos importantes para a região, objetivando formar profissionais capazes de interferir na realidade social; desenvolver modalidades de ensino que possibilitem o acesso de pessoas que historicamente estiveram marginalizadas, classes populares do campo e da cidade; elaborar calendários que respeitem a dinâmica de produção da Agricultura Familiar e Camponesa; e estabelecer formas de acesso diferenciado para os movimentos sociais e populares; Promover a integração diferenciada dos educandos com a comunidade durante o processo de graduação, desenvolvendo práticas de ensino, pesquisa e extensão, a fim de aprimorar a inserção dos mesmos na realidade social e econômica da região.

FORMAS DE ACESSO E LOCALIZAÇÃO

Compreendemos que uma universidade para cumprir com os quatro princípios expostos acima - gestão democrática, inovação e excelência, Identidade institucional e relevância social - precisa necessariamente garantir acesso diferenciado e inovador aos cursos, a pesquisa, a extensão e a sua localização no espaço da Mesorregião.

Para tanto, é imprescindível garantir o acesso aos cursos de membros das classes populares organizadas, seja ela feita com processos seletivos diferenciados ou através de turmas específicas para atender as demandas prioritárias destas organizações.

Quanto à localização dos campi entendemos que estes devem levar em conta a dinâmica da vida e da produção da Agricultura Familiar e Camponesa. Para atender tal demanda se faz necessário a implementação de pelos menos três campi dentro da Mesorregião – um para cada Estado – como forma de garantir o acesso rápido ao local das estruturas físicas e assim atendendo as especificidades da sazonalidade da produção da Agricultura Familiar e Camponesa.

Como ficou claro nos princípios expostos, especialmente os de gestão democrática, inovação e relevância social, a definição da localização, assim como dos cursos e da universidade devem levar em conta a opinião dos Movimentos Sociais e Populares envolvidos na dinâmica produtiva dessa região.

Assinam:

Fetraf-SUL/CUT

CUT Estadual de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul

Cresol Central - Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar

Senadora Ideli Salvatti

Deputado Federal Claudio Vignatti

Deputado Federal Marco Maia

Deputado Estadual Ivar Pavan

Deputado Estadual Luciana Rafagnin

Deputado Estadual Dirceu Dresh

MST – Movimento Sem Terra

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

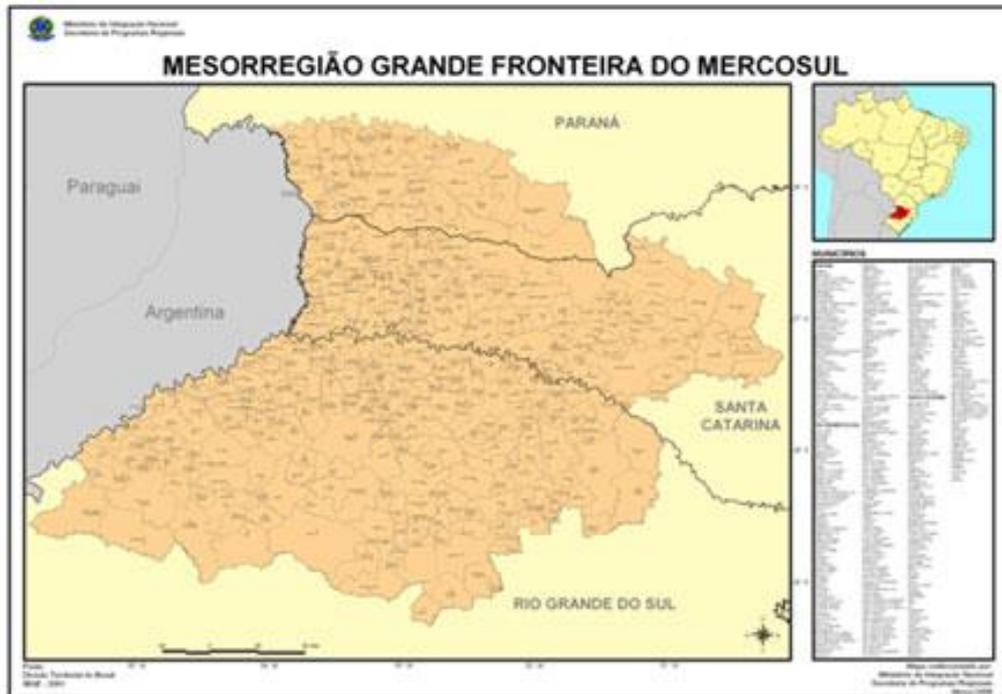
VIA CAMPESINA

Regional do Partido dos Trabalhadores – Palmeira das Missões

CPERS/Sindicato

Deputado Federal Adão Preto

Deputado Estadual Dionilson Marcon

ANEXO 2 – Mapa da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul

Fonte: BRASIL, 2005.

ANEXO 3 – Carta de Serviços ao Cidadão da UFFS

Universidade Federal da Fronteira Sul

**CARTA DE SERVIÇOS
AO CIDADÃO
2013**

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL.....	3
2. CURSOS DE GRADUAÇÃO	4
3. CURSOS DE PÓS- GRADUAÇÃO	8
4. EXTENSÃO, CULTURA E EVENTOS.....	10
5. BIBLIOTECA.....	13
6. OUTROS SERVIÇOS.....	17
7. CONTATOS DIVERSOS.....	18



APRESENTAÇÃO

Instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, a Carta de Serviços ao Cidadão tem por finalidade divulgar os serviços prestados pelas instituições públicas para conhecimento da sociedade. Dessa forma, a Carta de Serviços ao Cidadão da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) objetiva informar ao cidadão os principais serviços prestados e suas respectivas formas de acesso, assim como os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

A Carta de Serviços ao Cidadão está estruturada em torno dos serviços que podem ser acessados por quem não possui nenhum vínculo com a UFFS. Assim, este documento apresenta os cursos de graduação existentes e a sua forma de admissão; os cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e especialização; e as atividades de extensão, de cultura e os eventos, que são abertas ao público externo. Além disso, são informados os serviços disponibilizados pela biblioteca da instituição, com seus horários de funcionamento e as formas de acesso.

O documento ainda explica como proceder para consulta de processos da instituição, como acessar editais, pesquisas de preços, legislação e cadastro de fornecedores da UFFS; e a forma de acesso a informações diversas da Universidade, por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Por fim, a Carta de Serviços ao Cidadão expõe os meios de contatos que estão disponíveis, sejam eles endereços, telefones, e-mails ou redes sociais.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

O perfil institucional da UFFS, bem como a sua missão, objetivos e área de atuação acadêmica, encontra forte aderência aos movimentos sociais da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Nessa região, a UFFS legitimou-se como instituição pública estatal por meio da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, com sede e foro no município de Chapecó, estado de Santa Catarina (SC) e com campi nos municípios de Cerro Largo e Erechim, no estado do Rio Grande do Sul (RS), e nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza, no estado do Paraná (PR).

A UFFS é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, nos termos da Lei e de seu Estatuto.

Voltada para os 3.700.000 habitantes dos 385 municípios que compõem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – região histórica-



mente desassistida pelo poder público no tocante ao acesso à educação superior – a UFFS desenha o seu perfil e o seu histórico e contexto de implantação como uma universidade multicampi, interestadual, pública, gratuita, democrática, popular e interiorana.

Nessa perspectiva, a missão da UFFS se desdobra em três aspectos conjugados:

- Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região da fronteira sul, para a qualificação profissional e inclusão social;
- Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno;
- Promover o desenvolvimento regional integrado – condição essencial para garantir a permanência dos cidadãos graduados na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização ainda hoje em curso.

2. CURSOS DE GRADUAÇÃO

A UFFS conta com 37 cursos em 46 turmas ingressantes anualmente. A universidade prevê ter 10 mil estudantes nos primeiros cinco anos. As graduações oferecidas privilegiam a predisposição da economia local – visando o desenvolvimento regional integrado, pela valorização e superação da matriz produtiva – e estão em consonância com a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC).

Política de ingresso:

O candidato ao ingresso na UFFS será avaliado, unicamente, de acordo com seu desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em processo específico descrito em edital público.

As vagas que, eventualmente, não são preenchidas no processo seletivo, são ofertadas semestralmente em editais de Transferência Externa e de Retorno de Graduado, destinados ao público externo. Também é possível ingressar na UFFS através dos editais de aluno especial e aluno ouvinte, que é quando o candidato se inscreve para cursar disciplinas isoladas, integrantes dos currículos dos cursos de graduação da UFFS. Esses documentos são publicados semestralmente na página da UFFS (www.uffs.edu.br), no *link* “Editais”.



Ingresso pelo ENEM

O Processo Seletivo da UFFS está plenamente sintonizado ao marco legal do Estado Brasileiro (especialmente a Lei nº 12.711/2012 – lei da reserva de vagas nas instituições federais de educação, o Decreto nº 7824/2012 e a Portaria Normativa MEC nº 18/2012), fazendo justiça à trajetória escolar dos candidatos, ao perfil econômico das famílias e à caracterização étnica da população.

Tendo por base a nova Lei nº 12.711/2012, a UFFS desenvolveu uma política de ingresso, para todas as vagas ofertadas no Processo Seletivo, que respeita e atende a atual situação das escolas de ensino médio público nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Da distribuição percentual das vagas

A legislação exige a reserva de, no mínimo, 50% das vagas nos cursos de graduação para candidatos oriundos do ensino médio público, permitindo às instituições o estabelecimento da porcentagem a ser praticada. Assim, a UFFS adotou reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas na ordem de 87%, 86% e 89% das vagas ofertadas nos *campi* do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente, porque, segundo os dados do Censo Escolar (Inep/MEC, 2011), este é o percentual de matrículas no ensino médio das escolas públicas nesses estados.

O Processo Seletivo da UFFS, adota, ainda, uma reserva de vagas para estudantes que cursaram parcialmente o ensino médio em escola pública ou aos que frequentaram instituições privadas, porém mantidas, em parte, por recursos públicos. Desse modo, 5% das vagas ofertadas estão reservadas para estudantes que cursaram pelo menos um ano do ensino médio em escola pública (com aprovação) ou que frequentaram escolas privadas cujo orçamento institucional seja de, no mínimo, 50% composto por recursos públicos.

Além disso, conforme estabelece a legislação das vagas destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, a metade é destinada a estudantes oriundos de famílias com renda bruta *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Da mesma forma, com relação à reserva de vaga para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, nosso processo atende plenamente à legislação, levando em conta o percentual identificado pelo IBGE (censo mais recente) para cada estado da Federação.

Descontadas as vagas acima, as demais são destinadas para ampla concorrência.



Cursos de Bacharelado

CURSO	DURAÇÃO EM SEMESTRES	VAGAS ANUAIS*	CAMPUS DE OFERTA
Administração (Linha de formação: pequenos empreendimentos e cooperativismo)	09 (matutino) 10 (noturno)	100	Chapecó
Administração (Linha de formação: desenvolvimento rural e gestão agroindustrial)	08 (integral)	50	Cerro Largo
Arquitetura e Urbanismo	10 (integral)	50	Erechim
Agronomia (Linha de formação: agroecologia)	10 (integral)	200	Cerro Largo (50) Erechim (50) Laranjeiras do Sul (50) Chapecó (50)
Ciência da Computação	08 (matutino) 10 (noturno)	100	Chapecó
Ciências Econômicas (Linha de formação: desenvolvimento e cooperativismo)	09 (integral)	50	Laranjeiras do Sul
Enfermagem	10 (integral)	40	Chapecó
Engenharia Ambiental	10 (integral)	150	Cerro Largo (50) Chapecó (50) Erechim (50)
Engenharia de Alimentos	11 (integral)	50	Laranjeiras do Sul
Engenharia de Aquicultura	10 (integral)	50	Laranjeiras do Sul
Nutrição	10 (integral)	40	Realeza
Medicina Veterinária	10 (integral)	50	Realeza

* O número de vagas pode variar de acordo com a oferta do curso.

Cursos de Licenciatura

CURSO	DURAÇÃO EM SEMESTRES	VAGAS ANUAIS*	CAMPUS DE OFERTA
Ciências Biológicas	08 (integral)	60	Cerro Largo
Ciências Biológicas	10 (noturno)	40	Realeza
Ciências Naturais	08 (noturno)	50**	Realeza
Interdisciplinar em Educação no Campo	09 (integral)	60	Laranjeiras do Sul
Física	09 (noturno)	30	Cerro Largo
Física	10 (noturno)	30	Realeza

CURSO	DURAÇÃO EM SEMESTRES	VAGAS ANUAIS*	CAMPUS DE OFERTA
Filosofia	08 (matutino) 09 (noturno)	130	Chapecó (80) Erechim (50)
História	09 (matutino e noturno)	150	Chapecó (100) Erechim (50)
Geografia	08 (matutino) 09 (noturno)	130	Chapecó (80) Erechim (50)
Ciências Sociais	08 (matutino) 09 (noturno)	135	Chapecó (85) Erechim (50)
Pedagogia	09 (matutino) 10 (noturno)	150	Chapecó (100) Erechim (50)
Letras: Português e Espanhol	09 (matutino) 10 (noturno)	120	Cerro Largo (30) Chapecó (60) Realeza (30)
Química	09 (noturno)	30	Cerro Largo
Química	10 (noturno)	30	Realeza

* O número de vagas pode variar de acordo com a oferta do curso.

** Conforme o Art. 3º da Resolução nº 020/2012 – CONSUNI, o curso de Ciências Naturais do *Campus* Realeza não terá mais oferta.

Programas:

Atualmente, a UFFS conta com os seguintes programas que envolvem seus estudantes e podem ser acessados pela comunidade externa:

Prodocência

O Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) visa contribuir para elevar a qualidade dos cursos de licenciatura, por meio de fomento a projetos institucionais, na perspectiva de valorizar a formação e reconhecer a relevância social dos profissionais do magistério da educação básica. O edital 028/2010 é a segunda edição do programa no âmbito da Capes.

A UFFS teve seu projeto aprovado e, com ele, a criação do Núcleo de Estudos em Docência (NED), com o objetivo de fomentar a qualidade dos cursos de licenciatura e tornar-se um espaço de articulação entre professores formadores, professores em formação inicial e professores em exercício da educação básica.

PET

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades ex-



tracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O acadêmico e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica.

PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma iniciativa da Capes, que oferece bolsas aos estudantes de licenciatura para a valorização do magistério. Um dos objetivos do programa é a elevação da qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições públicas de educação superior, assim como a inserção dos estudantes de licenciatura no cotidiano de escolas da rede pública de educação, o que promove a integração entre educação superior e educação básica.

Informações sobre cursos e programas da graduação:

Pró-Reitoria de Graduação

📍 Av. General Osório, 413-D, Edifício Mantelli, Centro, Chapecó

☎ (49) 2049 1513 e 2049 1516

🌐 www.uffs.edu.br > Graduação

📞 **Secretaria Acadêmica do Campus Cerro Largo:** (55) 3359 3959

📞 **Secretaria Acadêmica do Campus Chapecó:** (49) 2049 1519 | 2049 3109

📞 **Secretaria Acadêmica do Campus Erechim:** (54) 3321 7068

📞 **Secretaria Acadêmica do Campus Laranjeiras do Sul:** (46) 3635 8665

📞 **Secretaria Acadêmica do Campus Realeza:** (46) 3543 8303

3. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A UFFS oferta gratuitamente cursos de pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado) e Lato Sensu (Especialização). Atualmente conta com dois cursos de Mestrado (e outros em fase de projeto) e diversos cursos de Especialização, ofertados em diferentes áreas.

Cursos de Mestrado

Mestrado em Estudos Linguísticos (Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Linguística

LINHAS DE PESQUISA: 1) Práticas discursivas e subjetividades; 2) Diversidade e mudança linguística; 3) Língua e cognição: representação e processamento da linguagem.

FORMA DE SELEÇÃO: A admissão ocorre mediante Processo Seletivo que consta de etapas diferenciadas, classificatórias e eliminatórias: (i) exame de proficiência em língua estrangeira, (ii) prova escrita sobre



conhecimento específico referente às linhas de pesquisa do PPGEL e (iii) arguição do Pré-projeto e do curriculum vitae.

REQUISITOS: O acesso está aberto a candidatos que concluíram curso de graduação reconhecido pelo MEC, no País e/ou no Exterior, ou a candidatos que comprovem, mediante certidão ou declaração de Instituição de Ensino Superior, que concluirão o curso de graduação até o ato da matrícula, apresentando, também, o histórico escolar da graduação.

DURAÇÃO: A duração mínima é de 12 meses e a máxima de 24 meses.

VAGAS: 20 vagas anuais

CONTATO: posg.estudoslinguisticos@uffs.edu.br

Mestrado em Educação

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Educação

LINHAS DE PESQUISA: 1) Políticas educacionais; 2) Conhecimento, desenvolvimento e processos pedagógicos.

FORMA DE SELEÇÃO: A admissão ocorre mediante Processo Seletivo que consta de etapas diferenciadas, eliminatórias e classificatórias: (i) prova escrita de conhecimento específico; (ii) arguição sobre memorial descritivo com proposta de pesquisa e sobre o curriculum vitae.

REQUISITOS: candidatos que concluíram curso superior de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), no país e/ou no exterior, ou candidatos que comprovem, mediante declaração de Instituição de Ensino Superior, que concluirão o curso de graduação até o ato da matrícula, apresentando, também, o histórico escolar da graduação.

DURAÇÃO: A duração mínima é de 12 meses e a máxima de 24 meses.

VAGAS: 20 vagas anuais

CONTATO: posg.educacao@uffs.edu.br

Aluno Especial (Mestrado)

São ofertadas vagas de aluno especial para interessados em cursar disciplina isolada, sendo que o aluno deverá submeter-se ao sistema de avaliação adotado pelo professor responsável. Cursados os créditos e obtida aprovação, o aluno terá direito à declaração de conclusão da disciplina cursada, na qual constará a respectiva ementa, programa, carga horária (créditos), frequência, professor responsável e conceito obtido.

REQUISITOS: curso de graduação concluído.

VAGAS: ofertadas por meio de edital, respeitando o limite de vagas ofertadas por turma.

Mais informações

 www.uffs.edu.br / Pós-graduação / Stricto Sensu / Cursos.



Cursos de Especialização

Os cursos de Especialização (Lato Sensu), que têm como característica não serem cursos continuados, não possuem oferta regular, como os de Mestrado, sendo ofertados conforme a demanda em cada campi e possuem relação com os cursos de graduação existentes no campus.

Ingresso nas Especializações

FORMA DE SELEÇÃO: Por meio de Processo Seletivo, conforme edital de cada curso a ser ofertado.

REQUISITOS: Ser portador de diploma de curso de graduação ou curso superior reconhecido pelo MEC; submeter-se ao processo de seleção, definido em cada projeto de curso e divulgado no edital de seleção, e ser aprovado; apresentar a documentação solicitada dentro dos prazos estabelecidos; atender às exigências estabelecidas no edital de seleção do curso.

CARGA HORÁRIA: Mínima de 360 horas

DURAÇÃO: Máximo de 18 meses (a contar da data de início das aulas).

Mais informações

Site da UFFS (www.uffs.edu.br), no link da Pós-Graduação.

Regulamento Geral da Pós-Graduação, disponível em www.uffs.edu.br / Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Legislação.

Informações sobre a Pós-graduação Stricto Sensu e Lato Sensu

Secretaria Geral da Pós-Graduação

📍 Avenida General Osório, n. 413D, Caixa Postal 181, centro, Chapecó-SC, CEP 89802-210

☎ (49) 2049-3129

✉ sec.posgraduacao@uffs.edu.br

🌐 www.uffs.edu.br > Pós-Graduação

4. EXTENSÃO, CULTURA E EVENTOS

As atividades desenvolvidas pela UFFS na área da extensão e cultura possibilitam a participação da comunidade acadêmica e externa, a partir das seguintes ações: projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

Projetos de Extensão

Os projetos de extensão são coordenados por docentes da UFFS e preveem a participação de discentes, técnicos-administrativos e comunidade externa, de acordo com a especificidade de cada projeto. Eles são desenvolvidos a partir de aprovação em editais internos e externos, da modalidade de demanda espontânea e por meio de convênio e/ou contratos.

Os projetos de extensão estão organizados por áreas temáticas, sendo elas:



Comunicação: Comunicação social; Mídia Comunitária; Comunicação Escrita e Eletrônica; Produção e Difusão de Material Educativo; Televisão Universitária; Rádio Universitária; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Comunicação Social; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área.

Cultura: Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção Teatral e Circense; Rádio Universitária; Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social.

Direitos Humanos e Justiça: Assistência jurídica; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Direitos Humanos; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Direitos de Grupos Sociais; Organizações populares; Questão agrária.

Educação: Educação Básica; Educação e Cidadania; Educação a Distância; Educação Continuada; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Incentivo à Leitura; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Educação; Cooperação Interinstitucional e Internacional na área de Educação.

Meio Ambiente: Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do Desenvolvimento Urbano e do Desenvolvimento Rural; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Meio Ambiente; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área de meio ambiente; Educação Ambiental, Gestão de Recursos Naturais, Sistemas Integrados para Bacias Regionais.

Saúde: Promoção à Saúde e Qualidade de Vida; Atenção a Grupos de Pessoas com Necessidades Especiais; Atenção Integral à Mulher; Atenção Integral à Criança; Atenção Integral à Saúde de Adultos; Atenção Integral à Terceira Idade; Atenção Integral ao Adolescente e ao Jovem; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Saúde; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Desenvolvimento do Sistema de Saúde; Saúde e Segurança no Trabalho; Esporte, Lazer e Saúde; Hospitais e Clínicas Universitárias; Novas Endemias e Epidemias; Saúde da Família; Uso e dependência de drogas.



Tecnologia e Produção: Transferência de Tecnologias Apropriadas; Empreendedorismo; Empresas juniores; Inovação Tecnológica; Polos Tecnológicos; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Ciências e Tecnologia; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Direitos de Propriedade e Patentes.

Trabalho: Reforma Agrária e Trabalho Rural; Trabalho e inclusão social; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas do Trabalho; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Educação Profissional, Organizações Populares para o Trabalho; Cooperativas Populares; Questão Agrária; Saúde e Segurança no Trabalho; Trabalho Infantil; Turismo e oportunidades de trabalho.

Para apresentar a sua demanda, na área de extensão e cultura, o cidadão precisa contatar um docente da UFFS para que seja encaminhado um projeto. Também pode entrar em contato com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para apresentá-la para apreciação. As proposições externas podem partir de uma solicitação de entidade não governamental, de um representante ou de uma demanda concreta da comunidade; de órgão governamental para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas.

Informações sobre a extensão

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFFS

📍 Unidade General Osório: Rua General Osório, 413 D – Centro – Chapecó

✉ dpex.proec@uffs.edu.br

☎ (49) 20493137

🌐 www.uffs.edu.br > Pró-Reitorias > Extensão e Cultura

☎ **Coordenação Acadêmica do Campus Cerro Largo:** (55) 33593954

☎ **Coordenação Acadêmica do Campus Chapecó:** (49) 2049-1552

☎ **Coordenação Acadêmica do Campus Erechim:** (54) 3321-7071

☎ **Coordenação Acadêmica do Campus Laranjeiras do Sul:** (42) 3635-8666

☎ **Coordenação Acadêmica do Campus Realeza:** (46) 35438306

Atividades Culturais

As atividades da UFFS são abertas à participação do público, sendo desenvolvidas pela comunidade universitária e em parceria com outras instituições. Essas ações são disponibilizadas no espaço da UFFS, espaços públicos e entidades parceiras, com livre acesso à comunidade externa, sendo gratuitas.

Informações referentes às atividades culturais

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFFS

📍 Unidade General Osório: Rua General Osório, 413 D, Centro – Chapecó

✉ proec.cultura@uffs.edu.br

☎ (49) 20493146

🌐 www.uffs.edu.br na página principal do site



Eventos

Os eventos realizados pela instituição são abertos à participação da comunidade externa. São realizadas palestras, seminários, semanas acadêmicas, oficinas, entre outros, em temas/áreas diversas.

Informações sobre os eventos

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFFS

📍 Unidade General Osório: Rua General Osório, 413 D, Centro – Chapecó

✉ cerimonial@uffs.edu.br

☎ (49) 20493146

🌐 www.uffs.edu.br na página principal do site

5. BIBLIOTECA

A biblioteca tem a finalidade de atender de forma eficiente as demandas de acesso à informação por parte de seus usuários, primando pela qualidade nos serviços inovadores. É coordenada pela Divisão de Bibliotecas e tem por objetivo coordenar, orientar e padronizar os serviços das Bibliotecas da instituição, visando articular de forma sistêmica a promoção e uso de padrões de qualidade na prestação de serviços; otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; além de propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados pelas Bibliotecas.

Serviços disponibilizados

A Biblioteca UFFS conta com diversos serviços, ofertados em todos os Campi, para atender às necessidades de seus usuários:

Consulta ao acervo: Catálogo online, no qual pode-se realizar pesquisas sobre o acervo da Biblioteca UFFS.

Empréstimo, reserva, renovação, e devolução: Acesso livre ao acervo, no qual realiza-se as seguintes operações: empréstimo, reserva, renovação e devolução, conforme categoria de usuário abaixo.

Categoria de usuários das bibliotecas

Categoria de Usuários	Quantidade de Exemplares	Tempo de Empréstimos
Acadêmicos	5	7
Técnicos Administrativos	7	15
Docentes	10	30

Fonte: Diretoria de Gestão da Informação/UFFS



Empréstimo entre bibliotecas: Solicitação de livros das bibliotecas de outros campi da UFFS para empréstimo.

Empréstimo interinstitucional: Solicitação de livros de bibliotecas de universidades que firmam acordo para esse fim.

Empréstimos de notebooks: as bibliotecas contam com equipamentos disponíveis para empréstimo domiciliar e local.

Teleatendimento: Atendimento ao usuário para esclarecimento de dúvidas e auxílio em pesquisas.

Chat: Serviço de atendimento online para esclarecimento de dúvidas e auxílio em pesquisas.

E-mail: Cada Biblioteca, dos cinco campi da UFFS, responde a mensagens enviadas pelos usuários orientando-os no que for solicitado.

Acesso internet wireless: Acesso livre à rede de internet sem fio.

Acesso internet laboratório: Disponibiliza computadores para trabalhos acadêmicos e acesso à internet.

Serviço de referência online: A Referência compreende o atendimento personalizado via chat aos usuários, prestando-lhes informações sobre questões bibliográficas, instrucionais ou de pesquisa.

Comutação bibliográfica: Através do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), é feita orientação ao usuário para cadastramento no COMUT e obtenção são obtidas cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos e partes de documentos, localizados em bibliotecas do país ou no exterior, que fazem parte do programa, mediante pagamento de taxa. Considerando atender aos cursos da área de saúde, está estabelecendo-se contato para viabilizar a participação do serviço SCAD, visando comutação bibliográfica com a BIREME (Biblioteca Virtual em Saúde).

Orientação normalização de trabalhos: Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de forma presencial, online e através de capacitações.

Catálogo na Fonte: A catalogação na fonte refere-se à elaboração da ficha catalográfica, a qual é registrada no verso da página de rosto de um livro, tese, dissertação ou monografia pertencente à produção da UFFS. A ficha é feita quando a obra está em fase de impressão e é obrigatória para efeito de depósito legal e recomendada pela ABNT.

Serviço de Alerta: Através do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas Pergamum, é enviado aos usuários avisos de: retirada de livro, data de devolução, reserva disponível e informações relevantes sobre a biblioteca.

Visita Guiada: Visitas agendadas previamente por professores, diretórios acadêmicos ou mesmo por grupos de alunos, que propiciam o conhecimento da estrutura das Bibliotecas e dos serviços oferecidos.



Serviço de Disseminação Seletiva da Informação: Através de cadastro no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas Pergamum, o usuário poderá escolher as áreas do conhecimento que deseja receber informações sobre novas aquisições relacionadas a sua pesquisa.

Divulgação de novas aquisições: Disponibiliza tutorial para acesso às obras adquiridas pela UFFS.

Capacitação no uso dos recursos de informação: Treinamento dos usuários na utilização das fontes de informação disponíveis, adotando a oferta de programas presenciais nas bibliotecas e a distância, fazendo uso da plataforma Moodle e do sistema de videoconferência.

Redes sociais: A Biblioteca da UFFS possui página no Facebook e no Twitter. Utilizando essas ferramentas para divulgação de serviços da biblioteca e para compartilhar atualidades de interesse da comunidade acadêmico-científica da UFFS.

Área de conhecimento e quantidade do acervo¹ por Campus:

Biblioteca Chapecó: o acervo é voltado para as áreas de Administração, Agronomia, Ciências da computação, Enfermagem, Engenharia Ambiental, História, Filosofia, Geografia, Sociologia, Pedagogia e Letras: Português e Espanhol. Conta com 5.006 títulos e 32.615 exemplares.

Biblioteca Cerro Largo: o acervo atende as áreas dos cursos de Agronomia, Engenharia ambiental, Administração, Licenciatura em Química, Física, Ciências biológicas e Licenciatura em Letras: Português e Espanhol. Dispõe de 1.970 títulos e 10.258 exemplares

Biblioteca Erechim: atende as áreas de Arquitetura e urbanismo, Agronomia, Engenharia ambiental, História, Filosofia, Geografia, Sociologia e Pedagogia. Conta com 4.395 títulos e 15.928 exemplares

Biblioteca Laranjeiras do Sul: atende as áreas de Aquicultura, Agronomia, Ciências econômicas, Engenharia de alimentos e Educação no campo. O acervo é composto por 1.552 títulos e 8.458 exemplares

Biblioteca Realeza: o acervo é voltado para as áreas de Nutrição, Medicina veterinária, Ciências, Biologia, Química, Física, Letras: Português e Espanhol. Conta com 1.488 títulos e 10.221 exemplares.

Horário de funcionamento

O horário de funcionamento das Bibliotecas é definido levando-se em conta o interesse dos usuários e as necessidades da comunidade acadêmica de cada campus. Qualquer alteração prevista será sempre informada aos usuários com antecedência pelos meios de comunicação

¹ Fonte: Diretoria de Gestão da Informação – Pergamum (14/03/2013)



adotados pela Biblioteca (Sítio da UFFS e das Bibliotecas, Facebook, Twitter, Blog, e-mail, cartazes, etc.)

BIBLIOTECAS	HORÁRIO	
	Segunda - Sexta	Sábado
B1- <i>Campus</i> Chapecó	07:30 às 22:30	8:00 às 12:00
B2- <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul	07:30 às 22:30	7:30 às 12:00
B3- <i>Campus</i> Realeza	07:30 às 22:30	8:00 às 12:00
B4- <i>Campus</i> Cerro Largo	07:30 às 12:00/ 13:30 às 22:40	8:00 às 12:00
B5- <i>Campus</i> Erechim	07:30 às 22:30	8:00 às 12:00

Serviços e Atendimentos

SERVIÇOS	B1 Cha- pecó	B2 L. do Sul	B3 Rea- leza	B4 Cerro Largo	B5 Ere- chim
Consulta ao acervo	X	X	X	X	X
Empréstimo, reserva, renovação, e devolução	X	X	X	X	X
Empréstimo entre bibliotecas	X	X	X	X	X
Empréstimo interinstitucional	X	X	X	X	X
Empréstimos de notebooks	X	X	X	X	X
Teleatendimento	X	X	X	X	X
Chat	X	X	X	X	X
E-mail	X	X	X	X	X
Acesso <i>internet wireless</i>	X	X	X	X	X
Acesso <i>internet</i> laboratório	X	X	X	X	X
Serviço de referência <i>online</i>	X	X	X	X	X
Comutação bibliográfica	X	X	X	X	X
Orientação normalização de trabalhos	X	X	X	X	X
Catálogo na Fonte	X	X	X	X	X
Serviço de Alerta	X	X	X	X	X
Visita Guiada	X	X	X	X	X
Serviço de Disseminação Seletiva da Informação	X	X	X	X	X
Divulgação de novas aquisições	X	X	X	X	X
Capacitação no uso dos recursos de informação	X	X	X	X	X
Redes sociais	X	X	X	X	X

Os serviços disponibilizados são focados nas necessidades dos usuários e correspondem, na medida do possível, às diferenças e particularidades culturais, científicas e linguísticas da comunidade universitária. Todos os recursos existentes na Biblioteca, bem como o apoio necessário à sua utilização, visam desenvolver as competências do usuário para a utilização dos recursos de informação disponíveis.

O atendimento ao usuário é prestado nas Bibliotecas por Bibliotecários e Assistentes Administrativos treinados, possuindo prioridade sobre todo e qualquer serviço. Todos os usuários são tratados de forma imparcial e de acordo com rigorosos princípios de neutralidade, salvo os usuários de portadores de necessidades especiais, que possuem atendimento conforme sua especificidade.

O usuário poderá comunicar-se com a Biblioteca por meio de chat, e-mail ou do item sugestões disponibilizado no Pergamum, formalizando sua contribuição ou solicitação.

Informações referentes às atividades das bibliotecas

Diretoria de Gestão da Informação

 Acesso Canários da Terra, s/n, Bairro Seminário, Chapecó

 (49) 2049-1537

 www.uffs.edu.br > Biblioteca > Atendimento online

 **Biblioteca Campus Cerro Largo:** (55)3359-3970 - biblio.cl@uffs.edu.br

 **Biblioteca Campus Chapecó:** (49) 2049 1539 ou 2049 3145 - biblio.ch@uffs.edu.br

 **Biblioteca Campus Erechim:** (54) 3321 7093 - biblio.er@uffs.edu.br

 **Biblioteca Campus Laranjeiras dos Sul:** (42) 3635 8686 - biblio_l.sul@uffs.edu.br

 **Biblioteca Campus Realeza:** (46) 3543 8305 - biblio.re@uffs.edu.br

6. OUTROS SERVIÇOS

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão tem como base a Lei nº 12.527/12, que assegura o direito de acesso à informação pelo cidadão. Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso a informações da UFFS por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

O acesso à informação é disponibilizado imediatamente pela instituição. Não sendo possível disponibilizar de imediato, a UFFS deve conceder o acesso em até 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias (nesse caso, sendo comunicado ao requerente com a justificativa sobre a prorrogação do prazo).



Informações sobre o SIC**Serviço de Informação ao Cidadão**

📍 Reitoria - Avenida Presidente Getúlio Vargas, 609N - Edifício Engemede - 2º andar, Centro - Chapecó

✉ acesso.sic@uffs.edu.br;

🌐 www.uffs.edu.br > Acesso à Informação

Consulta a processos administrativos

O portal de atendimento do Sistema de Gestão de Processos e Documentos - SGPD: possibilita a consulta de processos administrativos e visualização eletrônica de documentos. Também é permitido verificar a autenticidade de uma cópia impressa relativa a um documento assinado digitalmente que estiver dentro de um processo administrativo. Ele pode ser acessado pelo endereço: portalcpav.uffs.edu.br/atendimento/ ou pelo Portal da UFFS [www.uffs.edu.br/Acesso Rápido/ Portal de Atendimento](http://www.uffs.edu.br/AcessoRápido/PortaldeAtendimento).

Consulta a compras e licitações

Portal de atendimento do Sistemas de Compras e Licitações – SCL: possibilita a consulta de editais, pesquisas de preços, legislação e cadastro de fornecedores. É utilizado mais pelos fornecedores interessados em participar dos processos de compras da UFFS. Ele está disponível no endereço: compras.uffs.edu.br/portalscl/ ou pelo Portal da UFFS [www.uffs.edu.br/ link ACESSO RÁPIDO Portal de Licitações](http://www.uffs.edu.br/linkACESSORÁPIDOPortaldeLicitações).

Acesso à rede de internet

É disponibilizado acesso à internet para visitantes da UFFS no espaço de circulação dos Campi e da Sede. Informações pelo e-mail: dir.diti@uffs.edu.br ou pelo fone (49) 2049-1551.

7. CONTATOS DIVERSOS**Site**

No endereço <http://www.uffs.edu.br> são disponibilizadas informações diversas da Universidade. É possível acessar informações dos setores que compõem a estrutura da instituição. Para isso, basta acessar o espaço das Pró-Reitorias, Secretarias Especiais, Diretorias, Conselhos, Assessorias, entre outras. Também nesse endereço é disponibilizado o acesso aos documentos normativos da instituição, tais como: Estatuto, Portarias, Editais, Instruções Normativas, entre outros.



A visita ao site da UFFS possibilita uma visão geral da estrutura e dos serviços disponibilizados pela instituição.

Mais informações também podem ser obtidas pelo e-mail: contato@uffs.edu.br

Redes Sociais

Endereço no Twitter: @uffsonline

Perfil no Facebook: www.facebook.com/uffsonline#

Outros meios de contato

Reitoria

☎ (49) 2049-1400

✉ contato@uffs.edu.br

📍 Avenida Presidente Getúlio Vargas, 609N - Edifício Engemede - 2º andar ,
Bairro Centro - Chapecó

Unidade General Osório

📍 Rua General Osório, 413D, Bairro Centro - Chapecó

Campus Cerro Largo

☎ (55) 3359-3950

📍 Rua Major Antônio Cardoso, 590. (Antigo Seminário São José) - Cerro Largo/RS

Campus Chapecó

Unidade Bom Pastor ☎ (49) 2049-3100

📍 Av. Fernando Machado, 108 E, antigo Colégio Bom Pastor, Bairro Centro, Chapecó/SC

Unidade Seminário ☎ (49) 2049-1500

📍 Acesso Canários da Terra, s/n, Bairro Seminário – Chapecó/SC

Campus Erechim

☎ (54) 3321-7050

📍 Av. Dom João Hoffmann, 313, Bairro Fátima, junto ao Seminário Nossa Senhora de Fátima – Erechim/RS

Campus Laranjeiras do Sul

☎ (42) 3635-8650

📍 Avenida Oscar da Silva Guedes, 01 - Vila Albert - Laranjeiras do Sul/PR

Campus Realeza

☎ (46) 3543-8300

📍 Avenida Rubem Cesar Caselani, 3806, Bairro Cazaca – Realeza/PR



